



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

CORPO ESCRITO:

um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais

ELIZABETE REGINA ALMEIDA DE SIQUEIRA

RECIFE

2013

ELIZABETE REGINA ALMEIDA DE SIQUEIRA

CORPO ESCRITO:

um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais

Tese apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, composta pelos professores Dra. Edilene Freire de Queiroz (orientadora), Dra. Ilka Franco Ferrari, Dra. Márcia Maria Rosa Vieira, Dra. Glória Maria Monteiro de Carvalho e Dr. Zeferino de Jesus Barbosa Rocha, como exigência parcial para obtenção de título de Doutor em Psicologia Clínica.

RECIFE

2013

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LABORATÓRIO DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

ELIZABETE REGINA ALMEIDA DE SIQUEIRA

CORPO ESCRITO:

um estudo psicanalítico sobre nomeações e marcas corporais

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. ILKA FRANCO FERRARI – Examinadora Externa

Profa. Dra. MÁRCIA MARIA ROSA VIEIRA – Examinadora Externa

Profa. Dra. GLÓRIA MARIA MONTEIRO DE CARVALHO – Examinadora Interna

Prof. Dr. ZEFERINO DE JESUS BARBOSA ROCHA – Examinador Interno

Profa. Dra. EDILENE FREIRE DE QUEIROZ – Orientadora

RECIFE

2013

A Joacir, Andrea, Filipe, Arthur e Renato
com todo meu amor.

AGRADECIMENTOS

A Fabiana Pereira, pela generosidade de me ceder seu rico banco de dados, através da qual agradeço a todos aqueles que cederam suas falas e com isso algo de suas respeitáveis vidas.

À Professora Dra. Edilene Freire de Queiróz, orientadora desta tese, pela interlocução sagaz, pela acolhida e pela alegria sempre presente em nossos encontros de trabalho.

Aos membros da Banca Examinadora que aceitaram ler e discutir este trabalho.

Ao Professor Dr. Zeferino de Jesus Barbosa Rocha, por tudo que nos tem ensinado, ao longo desse caminho, em busca do saber sobre a Psicanálise.

À Professora Dra. Cristina Brito Dias, pela sua amizade e pela ajuda na organização das Referências.

A todos os professores do doutorado que souberam também ser mestres na arte de acolher e incentivar.

A Sarah Vasconcellos por sua amizade e companheirismo.

Aos funcionários da Secretaria do Doutorado em Psicologia Clínica pela presteza e cordialidade.

Aos meus pais e meus irmãos pelo carinho.

Ao meu marido, meus filhos, meu genro, minha nora, meus netos, pelo apoio, e pela paciência que tiveram ao longo do período em que me dediquei integralmente à elaboração deste trabalho, privando-os da nossa companhia.

O teu profundo, irrevelado segredo
se esconde no teu nome,
no essencial e secreto e único
que te pertence, o desconhecido nome
que diz, ele só, esse teu nome obscuro,
a verdade do que és e o que significas.

No entanto, alguém, não tu, teu nome sabe.
Alguém, que há-de encontrar no grande dia,
teu nome sabe e há-de dizê-lo,
a ti, que, ao ouvi-lo, nome
que te fundou no ser e te define,
descobrirás com espanto
a futilidade e a mentira
e toda a infinita vaidade
de teu nome de agora.

RESUMO

Um sujeito tem outro nome além dos que lhe foram destinados pelos seus pais ou pela linhagem a que pertence. É portador também de um nome desconhecido que lhe é mais próprio e singular, que o marca no real do corpo e fala do modo como goza das marcas dos restos vistos ou ouvidos, registradas no seu inconsciente. Utilizando a metodologia da marca do caso, realizamos uma leitura clínica, a partir dos pressupostos da psicanálise, dos depoimentos de um sujeito, que apresenta a peculiaridade de ancorar seu ser em suas alterações corporais, a fim de mostrar que elas são sua tentativa de resposta ao excesso traumático que foi para ele o encontro com um gozo sem ordenamento fálico. Reconhecer o nome a que responde o gozo, para saber o que fazer com ele, é essencial ao reordenamento da economia de gozo, na maioria das vezes mortificante, como no caso objeto deste estudo. O resultado obtido aponta para questões inesperadas com as quais a clínica contemporânea tem se deparado, especialmente a das psicoses, no sentido das invenções singulares com que os sujeitos buscam se estabilizar ou construir um modo de laço social. Faz avançar o debate sobre a clínica do gozo, em jogo, nas construções de cada sujeito em particular.

Palavras-chave: corpo, gozo, nome de gozo, marcas corporais, modo de gozo.

ABSTRACT

A subject has another name besides those who were given by their parents or by the lineage to which it belongs. He is also bearer of an unknown name that is more own and unique for him, which marks himself on the real of the body and talks about how he enjoys the brands of debris seen and heard, recorded in his unconscious. Using the brand of the case as a methodology, we conducted a clinical reading from the psychoanalysis assumptions, of the testimonials of a subject that has the peculiarity of anchoring his self on his body modifications, in order to show that they are his attempted response for the traumatic excess that was for him the meeting with a joy without phallic ordering. Recognize the name that responds joy, to know what do with him, is essential to the reordering of joy economy, mostly mortifying, as in the case object of this study. The result points to unexpected issues with which contemporary clinic has encountered, especially the psychoses ones, in the sense of unique inventions that subjects seek to stabilize or build a mode of social bond. It advances the debate about the clinic of the joy, at stake in the construction of each particular subject.

Keywords: body, joy, joy name, body marks, way of joy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PARTE I	24
O ESTATUTO DO NOME E SUA RELAÇÃO COM A MARCA.....	24
<u>CAPÍTULO 1</u>	25
FUNÇÃO E LÓGICA DO NOME PRÓPRIO EM LACAN E SEUS INTERLOCUTORES.....	25
1.1. John Stuart Mill e a noção de marca distintiva.....	25
1.2. Bertrand Russell e sua <i>palavra para os particulares</i>	27
1.3. Alain Gardiner e os sons diferenciais.....	31
1.4. Saul Kripke e a lógica do nome próprio.....	33
1.5. Claude Lévi-Strauss e a potência classificatória da Língua.....	36
1.6. A função do nome próprio em Lacan.....	39
1.6.1. O estatuto lacaniano da letra e sua relação com o nome próprio.....	46
1.6.2. O nome do pai como metáfora.....	51
1.6.3. Os três tempos do Édipo.....	55
<u>CAPÍTULO 2</u>	58
SOBRE O NOME DE GOZO.....	58
2.1. Definição e origem do conceito em Lacan.....	58
2.2. A topologia do nome de gozo.....	60
2.3. O patológico da nomeação.....	64
2.4. A instância da letra no inconsciente.....	76
<u>CAPÍTULO 3</u>	80
A FUNÇÃO DA NOMEAÇÃO NO ÚLTIMO ENSINO DE LACAN.....	80
3.1. O pai do Nome.....	81

3.2. Do singular ao plural, ou da retórica à lógica.....	88
3.3. O pai e a função <i>sinthoma</i>	93
PARTE II	99
NOMEAÇÕES E MARCAS: um artesanato com o gozo.....	99
<u>CAPÍTULO 4</u>	100
DA META-ANÁLISE À MARCA DO CASO.....	100
<u>CAPÍTULO 5</u>	112
A ESCRITA SELVAGEM DO GOZO: UM NOME À ESPERA DE UMA LEITURA.....	112
5.1. A substância gozante.....	112
5.2. A história de Paco.....	114
5.3. Paco e suas marcas.....	121
5.4. O neodesencadeamento.....	128
5.5. Paco e o Real do Nome.....	135
5.6. Marcação corporal: técnica de tratamento do gozo.....	136
5.7. Um apelo à nomeação.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	145

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto e sequência da nossa dissertação de mestrado intitulada: *O estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas e alterações corporais* (Siqueira, 2009), quando fizemos uma meta-análise do trabalho de tese de doutorado em Antropologia de Fabiana Pereira (2007), intitulada: *Tatuagens, piercings e outras marcas corporais, aproximações interetnográficas entre Recife e Madri*. Analisamos psicanaliticamente os depoimentos coletados por ela, de sujeitos que se tatuavam e marcavam o corpo. Esclarecemos que, como se tratava de material de domínio público, não precisamos, e tampouco agora no doutorado, submeter a nossa pesquisa ao Comitê de Ética. A pesquisa de origem cumpriu com todos os requisitos exigidos pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco, instituição em que a referida tese foi defendida.

Na nossa dissertação de mestrado, analisamos os depoimentos de quatro sujeitos, identificados como V, M, A2 e Paco (Siqueira, 2009, p. 130), a partir do material cedido pela pesquisadora acima citada. Com base em tais depoimentos, sobre a experiência e o sentido de se tatuar e alterar o corpo, isolamos elementos subjetivos relevantes que indicaram a dinâmica das identificações e a maneira como a elas se articulavam as práticas corporais. Dividimos esses sujeitos em dois grupos, na medida em que a análise de seus depoimentos nos deixava perceber que um deles se diferenciava dos demais. Os participantes do primeiro grupo constituído por V. M. e A2. tatuavam-se para convocar o olhar do Outro, estavam identificados horizontalmente (Miller & Laurent, 2005a) e organizados pela lógica do ter uma ou algumas tatuagens e buscavam, desta forma, pertinência e visibilidade em um claro endereçamento ao Outro na forma de tais demandas.

O segundo grupo, bem peculiar, era constituído de um só elemento: o interlocutor Paco, jovem espanhol de 20 anos, que ao contrário dos demais, tatuava-se, escarificava-se, suspendia-se solitariamente, sem trégua, e com essas modificações corporais, nas quais ancorava seu ser, tentava desesperadamente inventar uma forma de fazer algo, de responder ao excesso de gozo sem ordenamento fálico que o apossava, em virtude do seu confronto com a cena traumática das matanças de perus, que eram realizadas na fazenda do seu pai e que, em algumas ocasiões, era ele, Paco, quem, ainda muito pequeno, segurava os animais para serem degolados. Num esforço gigantesco, tentava articular e circunscrever algo que para ele insistia fora de sentido, e retornando sempre ao mesmo lugar. Conforme Lacan (1985a, p.21) “tudo que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung* reaparece no real”. Com essa citação queremos destacar que a ordem simbólica não foi capaz de impedir que o gozo se voltasse maciçamente para o corpo próprio, conduzindo-o a uma servidão voluntariamente forçada.

Paco saiu muito jovem da casa dos pais, ainda na adolescência, e viveu muita coisa nas ruas de Madri: drogas, sexo e violência. Vendia e consumia drogas. Consumia bastante, haxixe que o acalmava, pela manhã; e cocaína e comprimidos à noite a fim de ajudá-lo a suportar seu ritmo frenético de vida. Diz que sempre esteve muito perto do perigo e que não sabia como ainda estava vivo. Considera sua vida muito louca e diz que sempre esteve perdido. Já foi atropelado e fazia parte de uma rede de comerciantes de drogas em que um de seus amigos foi morto. Após esse episódio, passou a se sentir perseguido, tinha a sensação de estar sendo seguido todo tempo. Informa que tudo começou aos 17 anos e que, desde então, submete seu corpo a transformações progressivas e ininterruptas: *piercings*, tatuagens, escarificações e implantes com fins de controle dos pensamentos. Admite que, para ele, essas práticas são como uma droga, que ele tem uma droga nova e natural: *a body modification*.

Define-se como uma pessoa completamente louca, que muda a aparência e experimenta novas sensações. Diz que essas práticas lhes servem de tranquilizantes.

Assim, foi se delineando com clareza que sua identificação não era a uma marca simbólica do Outro, mas à marca de gozo presente na insígnia. À medida que avançávamos no estudo, foi ficando claro que Paco era uma dessas figuras do cotidiano que nos convocavam a questionar o que já estava pronto, e nos instavam a buscar operadores que nos fizessem compreender o que ele dava a ver. Além do que, ao final da pesquisa deparamo-nos com um dado inesperado que nos surpreendeu ainda mais, a ponto de relançar o trabalho e nos endereçar à continuação da pesquisa, encaminhando-nos ao doutorado, e a esse trabalho que ora apresentamos. Nesse momento, instituiu-se nossa marca do caso, interrogando-nos.

Paco, em uma de suas conversas na internet com sua interlocutora (Pereira, 2007, p.150) se autodenominou o “galo decapitado”, o que nos deixou, ao final do trabalho, diante de uma nova e abrangente questão referente a uma nomeação. Em virtude do que havíamos até então elaborado, para o trabalho da dissertação, levou-nos a indagações, que nos acompanharam ao longo da presente pesquisa, que representa o esforço de respondê-las. São elas: será que um sujeito tem mais de um nome que lhe é próprio? Possuiria outro nome além do que lhe foi dado pelos seus pais e pela linhagem a que pertence? Haveria um nome muito mais próprio do que o nome de batismo? Possuiria um Nome desconhecido e operante, que trabalharia em nome do superego, e seu mandato mortificante de exigir mais, sempre mais, até não poder mais? O que seria, de fato, a tentativa de se fazer um nome próprio?

Foram estas questões, mobilizadas pelo efeito surpresa de nos termos deparado com algo da ordem da nomeação, que endereçadas a nossa orientadora, Profa. Dra. Edilene Freire de Queiroz, receberam como resposta: essas perguntas você só poderá respondê-las em um trabalho de doutorado. Entendemos ser esta a “dimensão teorígena” (Dumézil, 2010, p. 17),

produzida pelo efeito surpresa, que justifica a escolha de Paco como um caso propício a ser abordado pela “Marca do caso”.

Lembramos que, originalmente, Paco foi participante de uma pesquisa antropológica, onde não havia um caso. A construção do caso se deu no trabalho do mestrado, justamente porque algo de um estranhamento-questionamento nos mobilizou quando da análise dos depoimentos dos sujeitos estudados, e cremos que também a Pereira, pois é notória a concentração de material coletado referente a ele. Observamos que havia nele algo a mais. A hipótese inicial da marca corporal como adorno, demanda ao Outro, desejo de cavar um lugar no campo do Outro, não dava conta. Nesse sentido, reconhecemos nas conclusões da nossa dissertação que não se podiam fechar os olhos para esse algo a mais, nem o denegando ou desconsiderando. E foi justamente esse encontro com o furo que nos relançou a novos estudos, objeto deste trabalho de doutorado.

Paco se constituiu, pois, como uma singularidade que convoca, mas que não é imediatamente apreensível, o sujeito da marca. Tomar a marca do caso como operador metodológico responde à intenção de dar destaque à singularidade do sujeito em questão, ao invés de deixá-lo apagar-se na vala comum dos tatuados. Dizer que o sujeito é um tatuado não basta, é preciso definir por quê, para quê, e para quem se tatua. Sua subjetividade é composta de não transparência e singularidade. Ele, então, desconstruiu-construindo nossas hipóteses originais, apontando para adiante, precisamente, para a necessidade de uma nova construção que fez surgir a marca do caso. Para utilização desta metodologia, necessário se fazia que uma construção anterior do caso tivesse se realizada, para que fosse desconstruída e reconstruída, indicando *a posteriori* a marca do caso, e isto, cremos verdadeiramente tê-lo feito, na medida em que ao ser questionada pelo fato de sua fala ser absolutamente distinta da dos demais sujeitos, ter sido capaz de, a partir desse estranhamento, formular questões teórico-clínicas, como as que foram aqui feitas.

Nossa intenção, portanto, não foi apenas olhar para as alterações corporais de Paco, mas também ouvi-las para tentar desvendar do que “isso” fala e quais são seus efeitos. Compreendemos as referidas alterações como algo que excede o corpo e fala dele. São uma linguagem e, quem sabe, uma língua que fala do “marcado”. O que buscamos foi detectar o caráter enigmático da singularidade do caso. Não podíamos deixar de ver que havia diferentes formas de se marcar. Paco foi escolhido porque, efetivamente, é singular em sua forma, e isso é o que tentaremos mostrar no Capítulo 5 do presente trabalho. Por isso, buscamos dar espaço e ouvidos a essa escrita veiculada pelo corpo, uma vez que não há marca sem corpo, nem corpo sem marca. Uma das nossas inúmeras questões foi: como as marcas de Paco afetam? E essa “fala-escrita” inclui o outro que a lê e escuta. Na obscena exposição de Paco não há ocultação, mas o que paradoxalmente oculta esse desvelamento? Seria um desejo de Nome próprio? Seriam as marcas de Paco uma expressão singular do seu **corpotrificado**?

As marcas de Paco produzem perplexidade ansiogênica e não uma calma estética, ao contrário de muitas tatuagens-adorno que estão no campo do belo. As marcas de Paco foram tomadas como objeto de estudo porque produziram um efeito sobre um pesquisador-intérprete que com elas se implicou, de modo a formalizar teoricamente o que restou da pesquisa que o descobriu. Além do que, o relato não faz todo, é uma ficção, e como tal tem resíduos, e são estes resíduos que se constituíram em um desejo de saber. Com isto, queremos dizer que o galo decapitado relançou o relato de Pereira (2007), e produziu a afetação da presente pesquisadora na forma de um desejo de saber, que será bem-sucedido se produzir um transporte de saber. Em outras palavras, a marca do caso Paco nos marcou com uma falta que pôs em marcha nosso desejo de saber e instalou um movimento de, a partir de um relato, se dá uma leitura, e a partir desta última se fazer uma escrita que não a completa nem a revela de todo. É essa a dimensão teorígena do método que permite produzir e transmitir a partir de uma falta, método bastante conforme com o saber que a teoria psicanalítica não é nem

totalitária e nem totalizante. Consideramos, pois, tendo em vista esse percurso, a marca do caso um operador metodológico legítimo que sustenta nossa hipótese de que é possível que outro teça a ficção teórica de um caso.

A marca do caso propõe que há uma dupla afetação: pelo caso e pela teoria. Teoricamente, deixamo-nos afetar pela parte do ensino de Lacan, que advoga a anterioridade da marca: a marca como prévia ao significante. Gostaríamos ainda de sublinhar que a marca do caso, como operador metodológico, não visa à apresentação exaustiva de um caso, mas como um clarão que ilumina um ponto cego, visa à apreensão de pequenos fragmentos de real. Segundo Dumézil (2010, p. 19), é na verdade uma passarela entre real e simbólico.

Nossos objetivos serão, então, mostrar como este nome outro sign(o)fixa um sujeito, marcando-o em seu corpo e pondo a descoberto a falência do ato de nomeação simbólica que se liga ao reconhecimento do desejo do Outro, e como tal de-signa, ou seja, liberta o sujeito dos signos que o aprisionam, ao contrário do nome de gozo que, por estar conectado ao gozo, não lhe faz barreira. Mostrar, principalmente, como as alterações corporais de Paco são sua tentativa de resposta ao excesso traumático que foi para ele seu encontro com um gozo sem ordenamento fálico, representado pela cena da matança dos perus, pela qual foi olhado, não ficando mais clara, a partir de então, a separação entre ver e ser visto, entre sujeito e objeto.

Por isso mesmo, detectar, situar, decifrar esse, ou esses nomes, para dialetizá-los e saber o que fazer com eles, é um passo essencial e decisivo para o reordenamento da economia de gozo, na maioria das vezes mortífero, como no presente caso. Reconhecer o nome a que responde o gozo pode ser o caminho decisivo para libertar um sujeito da influência mortificante de algumas nomeações que marcam o corpo e seu modo de ser. Deixamos claro que, aqui, nome de gozo é tomado como cifra de gozo, que consegue, sem dúvida uma organização mínima, mas que não é o mesmo nome de gozo a que se chega em um final de análise. Aqui nome de gozo é o signo da “fixão” do sujeito a uma marca anterior

ao advento significante, responsável pelo corpo escrito, marcado por uma cifra, por uma mensagem cifrada, não no sentido do que está oculto, mas como marca, pura escrita, rastro de um sujeito que existe, sem dúvida, mas que está um tanto apagado, perdido num labirinto de marcas. É preciso, portanto, transcender o um da marca, visando por um esforço de criação—inventar um sujeito que seja do significante. Um sujeito do nome e não um nome que marca um sujeito.

Destacamos, também, que o tema *Nomeações e marcas corporais* se inclui no campo das modalidades contemporâneas de práticas com o corpo que visam conseguir, de alguma forma e em algum lugar ancorar, e nomear modos de gozo que não encontraram nem lugar nem base estáveis e reasseguradoras. É também uma temática presente no ensino de Lacan, em sua releitura de Freud, desde os seus primórdios, na década de 1950; naquela época ele já destacava que o sujeito é o efeito de um significante que o marca e o nomeia, posto ser a marca significante aquela que lhe oferece um lugar no conjunto simbólico do Outro em que precisa inscrever-se para advir. Destaca ainda, que no oceano dos significantes do Outro, há um tipo especial de significante que é o nome do sujeito (Lacan, 2003a), o nome próprio, instituição universal de uma existência singular.

Visando atender ao objetivo a que nos propomos, elaboramos essa tese em duas partes. Na primeira parte denominada “O estatuto do nome e sua relação com a marca”, procuramos percorrer, revisitar conceitos que se articulem com a questão do traço unário que, como marca, está fora dos significantes equívocos e se relaciona com a letra e com nome próprio. Partimos do traço unário como suporte do significante para argumentar que algumas cenas marcam o corpo como uma cifra, signo de gozo, de não apagamento da coisa, e como tal de não advento à condição significante.

Buscamos também acompanhar as vicissitudes lógicas ocorridas ao longo do ensino de Lacan, no que tange às questões do nome e de sua culminância lógica com a teoria do gozo que demanda a passagem da função metafórica à função de nomeação, ou seja, a passagem do singular ao plural dos Nomes do Pai. O objetivo desta parte do trabalho é demonstrar como a nomeação, tal como Lacan a propõe, é de uma lógica diferente da lógica da significação e que nem sempre se propõe revelar um sentido latente, trata-se de marca como cifra que numera e fixa. Pura escrita. Nomear é aqui compreendido como aquilo que inscreve um vazio de inscrição significante, pois com a inscrição de um vazio, ele se delimita, ganha contornos, remete-se ao inconsciente e se sai do corpo. Buscamos com os três capítulos que compõem esta primeira parte demonstrar que é preciso produzir um recorte da marca, pois o que o traço visa é a repetição do gozo, e é pela via do recorte que se tentará que o sujeito possa ser representado não mais por um traço de gozo, mas a partir da extração deste traço, cessar a repetição do gozo e dar lugar a uma representação deste na cadeia significante para torná-lo falável.

No primeiro capítulo, intitulado “Função e lógica do nome próprio em Lacan e seus interlocutores”, trazemos um condensado teórico essencial do pensamento daqueles a quem direta ou indiretamente Lacan (2003a, 2006) se referiu, na elaboração de sua própria teoria do nome próprio, a fim de que possamos acompanhar essa rica interlocução e verificarmos em que coincidem e em que divergem essas distintas e bem elaboradas teorias sobre o tema, para, finalmente, podermos apreender a contribuição lacaniana que é, no âmbito desse grupo, a contribuição psicanalítica propriamente dita.

Para o diálogo com Lacan, escolhemos John Stuart Mill (filósofo), Bertrand Russell (matemático e lógico), Alain Gardiner (linguista e egiptólogo) e Claude Lévi-Strauss (antropólogo) para que, de alguma forma, se possa acompanhar de como no âmbito dessa

interlocução Lacan elaborava suas ideias e propunha os fundamentos que o afastavam a um só tempo das concepções existencialistas vigentes no pós-guerra, na França, e das posições imaginárias propostas pela Psicologia do ego, que centrava seus fundamentos nas relações de objeto. A esse grupo, vale uma ressalva, como exceção, acrescentamos Saul Kripke (filósofo da linguagem e lógico) cujos trabalhos só começaram a aparecer na década de setenta, mas de cujas concepções Lacan se aproxima, com uma década de antecedência, em algumas considerações sobre o nome próprio, como poderão constatar no item 1.4 do primeiro capítulo.

Não podemos deixar de destacar que foi no contexto de uma pesquisa sobre o que é o sujeito, e num tempo de formalização do ensino em que Lacan esforçava-se para distingui-lo do ego e suas miragens e para inscrever, por esta via, a psicanálise no campo da cientificidade, que se colocou entre esses lógicos, linguistas, antropólogos e etnólogos estruturalistas que se dedicaram a pensar sobre a função e a lógica do nome próprio.

No segundo capítulo, “Sobre o nome de gozo”, buscamos demonstrar que há um nome que não é um nome de família, que não cessa de não se escrever e que faz do sujeito um objeto. É o nome de gozo. Nomeação objetivante que reduz o sujeito ao seu enunciado e o marca em seu corpo. Esse nome indica o lugar do gozo e a defesa do sujeito contra ele.

Apresentamos o nome de gozo como um significante especial que comanda a estrutura de forma repetitiva e que se localiza no mais íntimo do ser, numa posição de extimidade (Miller, 2010). Extimidade é uma palavra que não existe no dicionário, e é uma invenção de Lacan. Aparece pela primeira vez no Seminário 7 *A ética da psicanálise* (Lacan, 1988) no contexto da análise de como se dá a apreensão da realidade para o sujeito. O próximo nomeado por Freud, *Nebenmensch* (p.68) é por sua natureza estranho. Essa é uma divisão original da experiência da realidade, que faz com que o sujeito reconheça a Coisa,

Outro absoluto de si mesmo, como estranho e alojado no interior do sujeito como exterior – êxtimo – um exterior que nada tem a ver com a realidade.

Daí nasce o conceito de extimidade como algo que se constitui no âmago, no mais íntimo do ser, indicando que o mais íntimo é um corpo estrangeiro que está no interior. Por isso, acreditamos ser legítimo falar de extimidade do nome de gozo. A extimidade é, pois, uma fratura constitutiva da intimidade, algo difícil de situar, difícil de representar topologicamente (Lacan, 1988, p. 91) e até mesmo de aceitar. Porém, é, para nós um conceito essencial, pois somente com a estrutura do êxtimo como o mais próximo, o mais interior, que é ao mesmo tempo exterior, podemos dar conta de algo tão paradoxal como o Nome de gozo.

No terceiro capítulo, “A função da nomeação no último ensino de Lacan”, buscamos acompanhar as vicissitudes da função paterna, ou seja, mostrar a passagem da função metafórica à função de nomeação, que coincide com a orientação para o real, cuja via é o corpo, e marca o que é conhecido sob a alcunha: último ensino de Lacan, cujo início se deu nos anos setenta. Esclarecemos, no entanto, que nesse capítulo, não fizemos uma síntese, mas um recorte, uma escolha de sublinhar alguns pontos de inflexão. Esse recorte se constitui numa série de respostas e, ao mesmo tempo, numa série de perguntas com as quais nos deparamos.

Tentamos acompanhar os avatares das formulações, seu avanço e a lógica que ordena a passagem de uma função a outra. Essa reformulação coincide com um deslocamento de perspectiva que coloca a ênfase da função paterna na nomeação, através da qual um pai consegue localizar seu filho na ordem simbólica.

Destacamos que é dessa capacidade nomeante do pai que surge a possibilidade para o sujeito de fazer-se um nome, a partir de uma nomeação que permita ao sujeito fazer uma

“gambiarra” (Laurent, 2006, p.20) quanto ao uso, ao saber se servir do Nome que lhe vem do Pai.

Na segunda parte, intitulada “Nomeações e marcas: um artesanato com o gozo”, buscamos demonstrar as formas que um sujeito encontra para se fazer um nome, bem como procuramos justificar, detalhadamente, a escolha da ferramenta metodológica, a quem dedicamos, em virtude de sua especificidade, o Capítulo 4 intitulado “Da meta-análise à marca do caso”, destacando nele a passagem de uma metodologia a outra, e dos avanços alcançados com a atual utilização, na leitura do caso Paco, caso objeto desta pesquisa, conforme explanação já iniciada no início desta introdução.

Destacamos que estamos localizados, nesta leitura, no que Lacan (1988) designou como o campo do gozo, definindo-o como aquilo que é da ordem do descontrole, do desgoverno. Embora parta de indicações encontradas na obra freudiana, foi Lacan quem formalizou, estratificou e deu as coordenadas deste campo que está para além do princípio do prazer. Por essa razão crucial, neste trabalho, seguimos essa orientação por considerarmos que nela estão os fundamentos teórico-clínicos de que necessitamos para a leitura que ora desenvolvemos.

Lembramos, ainda, que corpo e gozo são dois conceitos inseparáveis na obra de Lacan. Até parece que entre eles não há primitivo nem derivado. Onde há gozo há corpo e onde há corpo há gozo. Não há corpo sem gozo, nem gozo sem corpo. Lacan (1985c) afirma que o corpo é algo que está feito para gozar de si mesmo. É o mais oculto e o mais evidente num corpo, o que comanda um retorno incessante de excitações indomáveis, de uma força que desequilibra. O gozo que antecede o significante se deposita no corpo e é a causa da fruição de gozo que se faz do e no corpo. Ele é da ordem do imperativo absoluto e da incondicionalidade.

No Capítulo 5, realizamos uma leitura psicanalítica detalhada, a partir do operador metodológico “marca do caso”, do caso Paco, e o intitulamos “A escrita selvagem do gozo: um nome à espera de uma leitura” para com ele aprender que o nome de gozo é uma assinatura no corpo de uma letra à espera de uma leitura, esclarecendo que este é o capítulo fundamental desta tese, e é o capítulo que justifica sua escrita, por ser um caso paradigmático, um exemplo que ensina e transmite conceitos fundamentais, tais como, o que é uma orientação para o real. Para isso, não se necessita de um relato exaustivo da vida do sujeito, como já se fez, mas de poucos elementos que se constituam num eixo a partir do qual se possa isolar a marca do caso. (Dumézil, 2010).

O que nos interessou, e o que descrevemos nesse capítulo, foi a solução de Paco frente ao real. Pusemos o foco no seu esforço para articular e circunscrever uma dificuldade, resolver um problema fundamental que se coloca de forma tal, que só diz respeito a ele e a nenhum outro. Sublinhamos que o que ele tenta dar conta, tem para ele estatuto de real, no sentido de algo que insiste como fora de sentido, retornando sempre ao mesmo lugar. Procuramos mostrar como tentava cernir parcialmente o real em jogo. O essencial é que a partir de alguns fragmentos se consiga descrever e isolar o essencial do caso, uma vez que as determinações históricas são uma causa necessária, mas não suficiente para dar conta da causação sintomática de um sujeito. Ela se encontra ali onde ele se fixou.

Lembraríamos, no entanto, que em qualquer prática, em qualquer situação humana, trata-se de certo uso do simbólico para tratar algum tipo de real. O que está sempre em jogo é uma forma de tratamento de um gozo. Esclarecemos, então, que tentamos localizar em torno de que real, a operação desse sujeito se produz. Tentamos isolar o funcionamento pulsional vigente, que é seu modo de gozar. Ainda, tentamos localizar e nomear que operação esse

sujeito produz, através de uma série de construções próprias, arquitetadas para dar um sentido – vetorial – ao Real.

Escrevemos também uma última seção dedicada às considerações finais deste estudo, onde o que se destaca é que há uma clínica do gozo para ser feita, e que ela é uma clínica da nomeação, do isolamento do nome de gozo, para dar-lhe um tratamento artesanal, que tem por maior finalidade proteger o corpo dos ataques destemperados do gozo.

Siqueira (1998) abre o editorial do número 39 da *Revue de la Cause Freudienne* se perguntando se o nome próprio é uma doença, e responde dizendo que é, mas no mesmo sentido de doença que Duras considera a morte. Este trabalho, nos inclui entre os que se esforçaram e ainda esforçar-se-ão sobre uma temática que não cessa de questionar. O que aqui trazemos como contribuição foi o resultado do que Paco nos ensinou sobre isso.

PARTE I

O ESTATUTO DO NOME E SUA RELAÇÃO COM A MARCA

CAPÍTULO 1

FUNÇÃO E LÓGICA DO NOME PRÓPRIO EM LACAN E SEUS INTERLOCUTORES

Foi no contexto de uma pesquisa sobre o que é o sujeito e a partir do que ele se constitui que Lacan se incluiu no grupo dos lógicos, linguistas, antropólogos e etnólogos, que se dedicaram a pensar sobre a função e a lógica do nome próprio.

Por isso, neste primeiro capítulo trazemos um condensado essencial do pensamento daqueles a quem direta ou indiretamente Lacan (2003a, 2006) se referiu na elaboração de sua própria teoria do nome próprio, a fim de que possamos acompanhar esta rica interlocução e verificarmos onde coincidem e onde divergem essas distintas e muito bem elaboradas teorias sobre o tema, para, finalmente, podermos apreender a contribuição lacaniana que é, no âmbito desse grupo, a contribuição psicanalítica propriamente dita.

1.1. John Stuart Mill e a noção de marca distintiva

É dentro de uma discussão sobre Lógica que o autor inclui suas considerações sobre os nomes próprios. Entretanto, curiosa e inesperadamente, dentro do contexto da ciência e arte do raciocínio que é a lógica, defende que todo autor tem o direito de dar provisoriamente a definição que achar mais conveniente a respeito do seu tema. Esse espírito de liberdade de pensamento produziu um efeito desinibitório. É sob essa égide que almejamos produzir nossas reflexões sobre um assunto já estudado, mas ainda com aspectos a explorar, como é o caso do tema desta pesquisa.

Segundo Mill (1984), a teoria dos nomes é uma parte necessária da lógica. Ao dizer necessária, quer dizer essencial para a ciência e arte do raciocínio, ponto de vista que nos coloca analogicamente, do ponto de vista da psicanálise, no centro de uma discussão também essencial, no que diz respeito a uma teoria da constituição do sujeito, de suas vicissitudes e suas marcas.

Para o referido autor, os nomes não seriam nomes de nossas ideias, mas das coisas. Cita Hobbes para quem “um nome é uma palavra tomada ao acaso para servir como **marca**” (Mill, 1984, p. 92)¹. Todos os nomes são nomes de alguma coisa, seja ela real ou imaginária, uma vez que se pode falar até mesmo do que não existe, ou seja, uma coisa não precisa ter existência para ser falada, como, por exemplo, o dragão.

Nem todas as coisas têm nomes próprios e individuais que só podem ser afirmados verdadeiramente como pertencentes a uma só coisa, pois embora mais de uma pessoa possa usar o mesmo nome, este não lhe foi outorgado para definir algo comum. O mais importante é que “não se pode dizer que lhes é afirmado em algum sentido qualquer” (Mill, 1984, p. 95). Então, pode-se dizer que o atributo caracterizador de um nome próprio não é o sentido que ele atribui. Os nomes próprios não são conotativos, na verdade denotam os indivíduos a quem nomeiam, mas não afirmam nem implicam quaisquer atributos como lhes sendo pertencentes. Efetivamente, um nome próprio não passa de uma marca distintiva sem significação, a fim de localizar “aquele” objeto individual, não sendo sua função informar qualquer coisa a seu respeito.

Para deixar bem clara sua posição, Mill (1984) cria o apólogo da fada Morgana, a fim de sublinhar a noção de marca distintiva e demonstrar que se todas as marcas fossem iguais não haveria nome próprio:

¹ Destacamos a noção de marca, noção central neste trabalho. Grifo nosso.

Se, como o ladrão nas Mil e Uma Noites, fazemos uma marca com giz numa casa para podermos reconhecê-la novamente, a marca tem uma finalidade, mas não tem propriamente uma significação. O giz não nos ensina nada a respeito da casa; ele não diz: ‘Esta é a casa que contém o butim’. O objetivo da marca é apenas fazer uma distinção. Digo a mim mesmo: ‘Todas estas casas são tão semelhantes que, se perdê-las de vista, não serei capaz de distinguir novamente das outras a que olho no momento; devo, portanto, achar um meio de tornar a aparência desta casa diferente das outras, para poder depois reconhecer, quando vir a marca, não algum atributo da casa, mas simplesmente que será a mesma casa que olho agora. ‘Morgana marcou todas as outras de maneira idêntica e frustrou o plano. Como? Simplesmente eliminando a diferença entre aquela casa e as demais. O giz ainda estava lá, mas não mais preenchia a finalidade de marca distintiva’. (p. 101).

O que esse apólogo busca destacar é que, quando se trata de nome próprio entra em cena uma operação similar à que o ladrão empreendeu, marcando com giz uma casa em particular. Isso porque um nome próprio não passa de uma marca sem significação, a fim de localizar um objeto individual. Aqui não podemos deixar de lembrar que a conotação é uma marca significativa, que agrega valor, e constitui a significação, diferentemente da marca distintiva que apenas distingue. Em outras palavras, o nome próprio seria como uma etiqueta colada a uma coisa que denota, mas não conota, tem referente, mas não tem sentido.

1.2. Bertrand Russell e sua *palavra para os particulares*

Para Russell (1985) o nome próprio é “*uma palavra para os particulares*” (p. 71) em ligação direta com seu referente: “os particulares possuem essa peculiaridade, entre a espécie

de objetos que devemos descrever num inventário do mundo, que cada um deles existe inteiramente isolado e é completamente autossuficiente” (Russell, 1985, p. 72). A função do nome próprio é então designar o particular em sua particularidade, que só pode ser nomeada se for diretamente conhecida. Sua existência é absolutamente fugaz, na verdade, “na medida em que dura a nossa experiência” (p. 72). Os particulares, dos quais o nome próprio faz parte, existem para dar conta do que denomina os fatos atômicos.

Na análise dos fatos, constata-se que há uma completa hierarquia infinita dos fatos. Fatos nos quais se tem uma coisa e uma qualidade, ou, duas coisas e uma qualidade, ou ainda, duas coisas e uma relação, ou três coisas e uma relação, quatro coisas e uma relação e por aí vai até o infinito. Toda essa hierarquia constitui o que Russell (1985) denomina de fatos atômicos que são a mais simples espécie de fatos lógicos que, segundo o autor, são o que são e são expressos em proposições atômicas do tipo funções proposicionais, e os particulares dão conta das relações desse tipo (Portela, 2000).

O desafio, no entanto, é investigar se existe, de fato, algum particular, porque há muitas coisas que consideramos nomes próprios e não o são. Não o são porque não designam mais um particular em sua particularidade, a exemplo de Sócrates. Conforme Russell (1985), se não conhecemos Sócrates, e nos referimos a ele por seu nome, na verdade estamos empregando uma descrição: ele é o mestre de Platão, o homem que tomou cicuta. Não é mais uma palavra para um particular e, como tal, não pode ser um nome próprio, uma vez que não atende mais à exigência de representar um particular. Em sua tentativa de manter essa ligação direta, o autor faz uma separação rigorosa entre o nome próprio e as palavras que o descrevem. Considera a descrição um elemento constituinte do particular, que não diz tudo do seu portador, e insiste na ligação direta, por ostensão, com o referente.

Para ele, uma proposição atômica é uma proposição que expressa particulares reais, não simplesmente descrevendo-os, mas, principalmente, nomeando-os. Esse efeito de

nomeação somente os nomes próprios conseguem. Em sua tentativa de derivar a matemática da lógica (1985, p. XII), o autor defende que toda proposição matemática pode ser parafraseada em termos exclusivamente lógicos. Além de efetuar uma reestruturação radical da lógica clássica, busca desenvolver e oferecer à matemática uma linguagem simbólica capaz de representá-la totalmente. Desenvolve, na verdade, com as funções proposicionais, uma metalinguagem que vai em direção da existência de uma linguagem completa, consistente, sem furo, contrária à visão lacaniana do Outro como tesouro dos significantes, considerado faltante e barrado (Lacan, 1998, p. 833).

A descoberta do paradoxo das classes, em 1903, aborda a questão da contradição, ou seja, quando um elemento da proposição a contradiz. Um exemplo típico é a chamada contradição semântica, exemplificada por Epimênides, o cretense, que afirmou que todos os cretenses são mentirosos. Se todos os cretenses são mentirosos, ele é cretense e fala a verdade, logo ele se exclui da classe – os cretenses - da qual faz parte e contradiz a afirmação que todo elemento de uma classe pertence a essa classe (Holland, 1998, p.8). Uma contradição dessa natureza obriga-o à construção da acima referida metalinguagem, na forma das funções proposicionais que visavam abranger uma completa hierarquia infinita dos fatos que seriam expressos pelos fatos atômicos (Portela, 2000), e o obriga a questionar sua proposta de uma linguagem lógica perfeita e completa, sem furo. Ainda numa atitude de negação da incompletude do Outro, e tentando salvar seu projeto, ele constrói a teoria dos tipos lógicos: indivíduos, classes, proposições, propriedades, dispostos numa hierarquia de tipos distintos, que está diretamente ligada a “distinguir as descrições dos nomes próprios” (Holland, 1998, p. 12). Ela consiste em ordenar os objetos em uma hierarquia de tipos mutuamente exclusivos, e em limitar os argumentos de toda função aos objetos de um só tipo (Russell, 1985. p. XV).

Para ele, o que se admite quando se afirma numa proposição geral como “todos os cretenses são mentirosos” é a verdade de todos os valores do que ele denomina função proposicional que é a expressão que contém um constituinte indeterminado, ou vários, e que se torna uma proposição assim que se transformar num constituinte determinado (Portela, 2000). Um constituinte indeterminado numa proposição é a variável. Um exemplo de uma função proposicional é: Eu encontrei um cretense = eu encontrei x e x é mentiroso= y : xRy . O problema é que a função proposicional, dessa forma, leva à circularidade dos enunciados e à impossibilidade de escrever, assim, uma quase infinita possibilidade de enunciados do discurso cotidiano, a fim de decidir se são verdadeiras ou falsas.

É nesse contexto que ele busca realizar uma distinção rigorosa entre as palavras que são utilizadas para descrever o nome próprio e o transforma numa descrição abreviada dos predicados do seu portador. Refere, ainda, a dificuldade de se obter algum exemplo do que seria efetivamente um nome próprio, no sentido lógico estrito de uma palavra, cujo significado é um particular. Por isso ele constrói seu apólogo do ponto preto, porque Russell também tem seu apólogo. O apólogo do ponto preto, chamado João, que tem somente o “isto” para representá-lo *in praesentia*. *In absentia* somente João serve para sabermos que se trata do ponto. “Somente quando se usa ‘isto’ de modo bastante estrito, representando um objeto real dos sentidos, é que ele é realmente um nome próprio” (Russell, 1985, p. 72). Ou seja, de uma forma verdadeiramente bizarra, reduz o nome próprio ao demonstrativo que indica um objeto particular, fazendo dele o nome próprio por excelência. Aqui entra em cena uma questão lógica, a da inclusão do nome próprio na teoria dos demonstrativos e indicativos.

Segundo nossa compreensão, para o referido autor, o nome próprio não passa de um instrumento que expressa a natureza fixa do que é. Ele reduz o mistério do nome a ser o designador, em uma ocasião particular, de um objeto com o qual o falante está em uma relação pessoal direta. Seria mesmo só isso? Obviamente que não. É o que Lacan consegue

demonstrar com sua definição do significante como morte da coisa, remetendo para uma significação variada e indireta, tal como deixam ver a metáfora e a metonímia.

O que Russell (1985) propõe como sendo nome próprio – uma descrição abreviada - será duramente criticada por Kripke (1982) como veremos mais adiante no item 1.4, o que justifica a inclusão de um e de outro nessa interlocução com Lacan (2003a, 2006) que discorda e mostra as limitações do uso, do que propõe o primeiro, e se aproxima da compreensão do segundo do que seria um nome próprio.

1.3. Alain Gardiner e os sons diferenciais

Gardiner (2010) afirma que seu livro *La théorie des noms propres* é uma crítica a Bertrand Russell, pois não admite que a lua e isto sejam considerados sempre nomes próprios e Sócrates nada mais do que uma mera descrição. Esse autor diz-se mais próximo das ideias de Mill, para quem os nomes próprios são marcas distintivas.

Assim, lembra que o termo nome próprio vem dos gregos, e quer dizer nome mais autêntico do que os outros que qualifica os seres individuais, ou seja, referem uma entidade particular como Sócrates ou Homero.

Para ele o nome próprio é um problema essencialmente linguístico, e é o índice imediato de uma unidade acústica de uma qualidade específica. Os nomes próprios encarnados dizem respeito a uma pessoa, a um lugar, ou a algo a que se ligue.

Destarte, Gardiner (2010) define o nome próprio como uma palavra que permite identificar seu objeto única e exclusivamente em virtude de sua singularidade. Considera-o como o suprassumo da nomeação, pois nele brilham a pureza e a finalidade do processo sem a corrupção que uma adição de sentido provoca. São vistos como um nome verdadeiro, porque leva a pensar em algo determinado e preciso. Diz: “um nome verdadeiro é o nome de

uma coisa particular (p. 80)². E, acrescenta que um nome próprio é uma palavra que permite identificar seu objeto em virtude da sonoridade distintiva, sem levar em consideração qualquer sentido que este som fosse capaz de possuir.

Nesse ponto de suas elucubrações, retoma para comentar o que ficou conhecido como a fábula da fada Morgana de Mill, anteriormente abordada. Lembra que Mill compara o nome próprio a uma marca de giz desnudada de sentido, desenhada sobre uma porta para indicar a casa que deveria ser roubada pelos ladrões. A fada Morgana, então, desenha um traço em todas as outras casas, a fim de impedir o ataque. Ela simplesmente apaga a diferença de aspecto entre todas as casas. O giz estará sempre presente, mas não serve mais como marca distintiva. Ele retoma a fábula para corrigir Mill e dizer que a verdadeira marca distintiva é a sonoridade. Explica que, no caso dos nomes próprios esta sonoridade distintiva se basta, e que para os outros nomes se faz necessário um aporte de sentido:

A atenção preponderante que se dá ao nome próprio é à sua forma distintiva tal como se exterioriza por oposição aos sentidos associados. Os nomes próprios são marcas que permitem a identificação. São reconhecíveis, não pelo intelecto, mas pela percepção. Os nomes próprios são os instrumentos apropriados à identificação (Gardiner, 2010, p. 88-89)³.

Vê-se, então, como o nome próprio diz respeito a um modo específico de funcionamento que certas palavras adquirem no conjunto do mecanismo do discurso.

Tendo em vista o tema que nos convoca neste trabalho, não poderíamos deixar de referir o encontro de uma abordagem que nos apoia na compreensão da nossa questão sobre o

² Un véritable nom est le nom d'une chose particulière. [Todas as traduções no corpo do texto são nossas].

³ L'attention prépondérante que l'on prête au nom propre est à sa forme distinctive telle qu'elle s'exteriorise, par opposition aux sens associés. Les noms propres sont des marques permettant l'identification, reconnaissable, non par l'intellect, mais par la perception. Les noms propres sont les instruments appropriés à l'identification.

nome de gozo. Pois, Gardiner (2010) refere a existência de nomes comuns adotados como nomes próprios, na medida em que estabelecem uma identidade. Disto deduz a categoria dos “nomes próprios comuns” (p. 109)⁴, sublinhando a diferença que existe entre palavra e nome, esclarecendo que quando fala de nome, supõe a existência de algo ao qual corresponde o som. E diz que isto é “um nome próprio encarnado” (p. 110)⁵.

O autor conclui suas elaborações com reflexões de cunho metafísico, pois diz que devemos buscar a origem derradeira do nome próprio na natureza do nosso universo e considera o instinto de propriedade o responsável pela germinação dos nomes próprios. Nomeia-se porque se deseja possuir, dominar e se diferenciar no seio da comunidade linguística.

1.4. Saul Kripke e a lógica do nome próprio

Kripke (1982) é um lógico americano, que segundo Miller (1992, p. 27), Lacan foi um dos primeiros a citar, e de quem curiosamente se aproxima e a quem se antecipa com uma década de antecedência, no modo de considerar o nome próprio (Rosa, 2012). Por esta curiosa razão ele foi convocado a participar desse diálogo, bem como, por sua forma de tratar a nomeação, esse autor permitir “tocar um ponto mais além da falta a ser, questão que nos coloca diante de questões relativas ao tratamento do campo do gozo, campo lacaniano por excelência” (Rosa, 2012. p.1).

Segundo Mill (1984), os nomes possuem denotação, mas não possuem conotação. Kripke (1982) discorda dele por achar que um nome próprio pode ter uma conotação para algumas pessoas. Discorda também de Russell, para quem os nomes próprios são descrições

⁴ noms propres comuns.

⁵ un nom propre incarné.

abreviadas de uma lista de propriedades, um conjunto quase infinito, pois considera que o nome próprio permanece, mesmo que não todos conheçam os predicados do seu portador, uma vez que conhecer os predicados não é condição de permanência do nome próprio.

Ele se afasta dessas concepções e introduz a noção de designador rígido, que designa, em todos os mundos possíveis, todas as línguas e todos os contextos de modo invariante, o mesmo objeto. “Os nomes próprios são designadores rígidos” (Kripke, 1982, p. 37)⁶, indicam, mas não significam. Sendo assim, parece-lhe que Russell defendera a tese de que um nome próprio não é um designador rígido, mas o substituto de uma descrição da qual é sinônimo. Um designador rígido, ao contrário, tem vida independente, não depende de referências aleatórias nem de significações flexíveis incapazes de designar necessariamente o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, porque outros objetos podem ter as mesmas propriedades em outros mundos possíveis. Ou seja, um nome próprio não significa a mesma coisa que o conjunto de descrições. Ele contém mais do que qualquer descrição. Em metafísica, lógica e semântica um designador rígido é um termo que se refere à mesma coisa em todos os mundos possíveis, ou seja, é uma função constante, que não varia em qualquer contexto, uma propriedade essencial, intraduzível e designa um ser único.

Segundo Miller,

“Kripke conclui que o nome próprio não é o resumo de uma lista de propriedades, mas o nome próprio é o que ele chama um designador rígido, quer dizer, um significante puro. É sua maneira de dizer que é um significante puro, que não é uma significação sempre fluída e flexível de conceitos ou propriedades” (Miller, 1992, p. 28)⁷.

⁶ Les noms propres sont des désignateurs rigides.

⁷ Kripke concluye que el nombre propio no es el resumen de una lista de propiedades, sino que el nombre propio es lo que él llama un designador rígido, es decir, un significante puro. Es su manera de decir que es un significante puro, que no es una significación siempre fluida y flexible de conceptos o propiedades.

Vê-se, então uma concordância com o que Lacan dissera mais de dez antes, conforme anunciamos inicialmente, em *Subversão do sujeito e dialética do desejo*, quando afirmou que toda vez que um nome próprio é pronunciado “seu enunciado iguala-se a sua enunciação” (Lacan, 1998c, p. 833).

De acordo com Kripke (1982, p. 66), para nomear é preciso definir a referência, e não o sentido. Para isso, faz-se necessário fazer uma descrição daquilo que se quer nomear. Por exemplo, por Cícero, eu entendo o homem que denunciou Catilina. Esta será a referência de Cícero. Empregar-se-á o nome Cícero todas as vezes que se desejar designar rigidamente o homem que, de fato, denunciou Catilina. Portanto, para ele o nome próprio é aquele que possui uma referência, ou seja, aquilo que é nomeado por um nome e que lhe fornece uma descrição singularizante, que “sendo a mesma nos diversos mundos possíveis não temos o recurso à diferença para fazer a significação” (Forbes, 1988, p.6). É, portanto, fundamental fixar a referência, e isto é feito por meio de definições que a fixem, mas do lado oposto daquelas que dão sinônimos. Isto porque as definições têm por objetivo fixar uma referência, muito mais do que dar o sentido de uma expressão, de fornecer um sinônimo. Por exemplo, a letra grega Π não tem por função resumir a expressão: relação da circunferência do círculo ao seu diâmetro, mas serve para nomear um número real, o que faz dela um “designador rígido” (Kripke, 1982, p. 47). Os nomes próprios são constituídos por meio de definições e não por demonstração, nem por conjunto de propriedades, como pretendia Russell.

Então, observam-se duas coisas: o nome não é uma abreviação da descrição, é o referente do ser ao qual designa, e aqui encontramos o fundamento lógico da noção lacaniana de S_1 , significante puro, isolado, que não significa nada e cuja significação é seu próprio enunciado, permitindo-lhe dessa forma articulá-lo (Lacan, 1998c, p. 833) àquilo que ocupa o lugar vazio deixado pelo $S(\overline{A})$, ou seja, desempenhar a função de suturar o que falta aos fundamentos do discurso.

Esse destaque dado por Kripke (1982) à fixação de uma referência é bastante importante, pois nos permite compreender que a nomeação compreendida como o modo singular que o sujeito encontrou para nomear seu gozo é da ordem da referência e não do sinônimo, do sentido, ou do pseudônimo, em outras palavras, é um termo essencial, que diz respeito ao gozo daquele a quem assim nomeia. O nome que nomeia rigidamente o gozo não encontra sua solução na semântica, aí ele não tem solução, o que se pode é inventar algo a partir dele, uma vez que nele se trata de uma operação de “cifração e não de decifração (o que implica em deixar de lado a atribuição de sentido)” (Rosa, 2012, p.16).

1.5. Claude Lévi-Strauss e a potência classificatória da Língua

Na penúltima aula, no dia 20.06.1962, do Seminário *A Identificação*, Lacan (2003a) faz referência, sem entrar em maiores desenvolvimentos, ao que considera o acontecimento literário do ano, precisamente a publicação de dois livros de Claude Lévi-Strauss: *O totemismo hoje* e *O pensamento selvagem*. Considera um acontecimento importante, tendo em vista que o referido autor demonstra, como ele mesmo, o caráter fundamental do significante na gênese da cultura. Sublinha a pertinência do modo classificatório do qual o pensamento selvagem é o efeito, uma vez que segundo Strauss: “a exigência de ordem é a base de todo pensamento” (2010, p. 26).

Lacan (2003a) se aproxima de alguns pontos de vista de Lévi-Strauss (2010), mas se afasta desses em alguns momentos precisos. No item seguinte, poderemos observar quais são os pontos de convergência e de divergência desses dois grandes pensadores franceses, entre os quais não se pode negar que houve uma interlocução de peso.

Lévi-Strauss (2010) opõe dois sistemas de nomeação: um sistema de nomes que preexistem, e os nomes de relações. Esses sistemas não alcançam o individualismo, mas dão

conta da individuação, graças à potência classificatória da língua que “tem todos os nomes para um inventário detalhado das espécies e variedades” (Lévi-Strauss, 2010, p. 15). O mesmo autor considera que “toda classificação é superior ao caos” (p. 31), por isto mesmo, a classificação – agrupamento de coisas e de seres – ordena o universo. Sem isso o pensamento seria impossível, uma vez que a ordem é a sua base. Sendo assim, a sistematização dos dados e a busca de ordenações verdadeiras são as condições essenciais para que se chegue à constituição de uma memória, e dentro dela se localize cada um dos indivíduos que fazem parte de uma classe, chegando-se dessa forma ao processo de individuação, limite inferior do sistema onde não é mais possível classificar, mas apenas nomear: “os lugares e os indivíduos são igualmente designados por nomes próprios” (p. 197), isto porque “o espaço é uma sociedade de lugares nomeados tal como as pessoas são pontos de referência dentro de um grupo” (p. 197).

Informa que a maioria das sociedades estudadas por ele, a exemplo de algumas na Melanésia, na Austrália, na América do Norte e no Brasil, formam seus nomes próprios a partir de denominações de clãs. Tudo tem relação com o totem, que é o animal, planta ou objeto sagrado, tido como o ancestral protetor da tribo ou do clã. Cada clã ou subclã possui um reservatório de nomes cujo uso é reservado aos seus membros, sendo o nome individual uma parte da denominação coletiva da qual o indivíduo é uma parte.

Nesses sistemas, o nome próprio é um meio de determinar uma posição em um sistema e comporta várias dimensões: o patronímico é o classificador de linhagem; o autônimo é o nome pessoal; o tecnônimo exprime a relação com o outro, quem é o pai de quem, e o necrônimo exprime a relação familiar de um parente falecido do sujeito.

Esse sistema de constituição do nome próprio permite concluir que, segundo Lévi-Strauss (2010), os nomes próprios são termos indicadores de classe, por exemplo, entre os *penan* se diz que se entra num necrônimo e não que se toma ou se recebe. Acrescenta que

eles ocupam um lugar subordinado, uma vez que as crianças são seres à espera de serem qualificadas pelo sistema social e que, muitas vezes, ficam longos períodos à espera de um nome com a particularidade de que o nome pessoal é pouco empregado, tendo prevalência o nome de parentesco. E, finalmente, que os nomes próprios representam a classe, ficando evidente que, em alguns sistemas, a individuação é tratada como uma classificação.

Esse autor opõe-se frontalmente à tese de Gardiner (2010), e aqui Lacan (2003a) se aproxima de Lévi-Strauss (2010), conforme será visto no item seguinte, argumentando que os nomes próprios parecem próximos dos nomes de espécies, sobretudo nos casos em que desempenham claramente o papel de indicadores de classes, portanto quando pertencem a um sistema significante. Para Gardiner, os termos científicos não têm um caráter significante e os reduz como o faz com os nomes próprios, a simples sonoridades distintivas. Strauss (2010) considera um estranho paradoxo, pois para um não iniciado os nomes científicos das plantas não dizem nada e ficam reduzidos a um “*flatus voici*” (p. 235). Os nomes científicos, formados de palavras latinas entram com dificuldade na cadeia sintagmática da linguagem comum, deixando sobressair sua natureza paradigmática, e por isto eles interrompem visivelmente a referida cadeia, a exemplo de *Brassica rapa*, nabo, nome de uma espécie botânica. Segundo o autor acima referido, Russell argumenta que para um botânico iniciado trata-se de algo mais do que apenas uma sonoridade distintiva.

Assim, mais uma vez o autor critica Gardiner e sua proposição das sonoridades distintivas, visto que embora o nome próprio não tenha uma vocação semântica, ele faz parte de um sistema global, e não perde de todo sua potencialidade significante. Para Lévi- Strauss (2010) os nomes próprios - que são tomados da linguagem comum - têm valor de metáfora, “os nomes próprios, primitivamente desprovidos de sentido, ganham-no, aderindo aos nomes comuns, e estes o perdem passando para a língua sagrada, o que lhes permite tornarem-se novamente nomes próprios” (p. 248), numa interessante coreografia.

Resumindo, a tese de Lévi-Strauss (2010) é a de que os nomes próprios e os nomes de espécie pertencem ao mesmo grupo, não havendo nenhuma diferença substancial entre os dois, pois, na verdade, realizam um trabalho de classificação, eles são o último ato da representação lógica, franja de um sistema geral de classificação: “Classifica-se como se pode, mas se classifica” (p. 253). O referido autor, fazendo uma reflexão psicanalítica sobre o momento atual, é de opinião que tudo se passa como se, em nossa civilização, a personalidade fosse o totem pessoal, o significante do seu significado. Em outras palavras, a personalidade seria o totem humanizado. Análise bastante apropriada para hoje, tempo de prevalência do gozo narcísico do si mesmo.

Para finalizar, gostaríamos de sublinhar que Lévi-Strauss coincide com Lacan quando considera que o pronome demonstrativo, como modelo lógico do nome próprio de Russell e a sonoridade distintiva de Gardiner, são insuficientes para dar conta da lógica e da função do nome próprio, uma vez que “em cada sistema, os nomes próprios representam um *quanta* de significação, abaixo dos quais nada se faz, além de mostrar” (Lévi-Strauss, 2010, p. 253).

1.6. A função do nome próprio em Lacan

Chegamos finalmente ao nosso destino, à teoria lacaniana do nome próprio, contribuição psicanalítica propriamente dita, e optamos por introduzir suas ideias sobre o tema, apontando como essencial sua indicação de que as marcas e insígnias de autoridade e poder do Outro preenchem o vazio original de estrutura deixado pela ausência de um significante no Outro que nomeie o desejo do sujeito, e o que ele é como objeto do Outro. O sujeito a elas se identifica. São marcas que o alienam e garantem a condição de possibilidade de formação do ideal do eu. Potência do *Einzigster Zug* [traço unário] que tem a ver com o nome próprio ao sujeito no campo do Outro. O traço unário nos mostra a afinidade do nome

próprio com a letra, por se distanciar do sentido e se aproximar do signo e da insígnia (Lacan, 2003a), tema que desenvolveremos no capítulo seguinte.

Conforme temos acompanhado, Lacan distancia-se de uns e de outros para destacar o que é o nome próprio. Não aceita a *word for particular* de Russell, citado por ele no referido texto, pois isto seria reduzir o nome próprio ao demonstrativo: este, aquilo, aquele, que designam um objeto particular. Para Lacan (2006), além de provocar um efeito absurdo, dar um nome próprio é muito mais do que designar a particularidade de um objeto, chegando a ser falso dizer que o nome próprio é a redução ao nível do exemplar único. Também não considera como totalmente esclarecedora a posição de Stuart Mill, também citado, para quem o nome é como uma etiqueta aplicada de uma maneira especial ao objeto que o faz não se comunicar com os outros objetos.

Gardiner (2010), também citado por Lacan (2003a), linguista e egiptólogo, reconhece o nome próprio como traço particular, por estar composto de sons diferenciais, e põe a ênfase na sonoridade distintiva, muito mais do que no significado, como acontece com os nomes comuns. Para ele, o material sonoro faz parte do sentido. Lacan replica que, no que diz respeito ao nome próprio, não se trata somente de sons distintivos, mas que é necessário estabelecer a relação entre a emissão nomeante e a letra suporte material do significante. Considera, pois uma tese que apresenta muitos inconvenientes, como por exemplo, eliminar dos nomes próprios aqueles que têm um sentido. Assim, para Lacan (2003a) salta aos olhos que se um nome próprio não tivesse nenhuma espécie de significação, no momento em que apresento alguém a outro, não se passaria absolutamente nada, pois há certo número de referências que vem imediatamente com o nome próprio, como por exemplo, “isso elimina que eu seja Rockefeller” (p. 65). Por isso, “dizer que um nome próprio, em suma, é sem significação, é alguma coisa de grosseiramente errada” (p. 65), na medida em que um nome próprio não tem significado, mas tem significância, ele diz alguma coisa de alguém para

outrem e permite a esse outro engendrar suas próprias elucubrações a respeito do que é não ser Rockefeller.

Segundo Lacan (2006, p. 45), os autores contemplados têm pontos de vistas distintos. Uns apreendem do nome próprio o que há de mais arbitrário e menos indicativo; um o que há de mais concreto; o outro, o que parece ir no sentido oposto, o que há de mais vazio; um, o que há de mais carregado de sentido; o outro, o que há de mais desprovido do mesmo. Para ele, os linguistas estão mesmo atrapalhados com a questão do nome próprio.

O analista trata a questão do sentido de modo diferente do linguista (Lacan, 2006), pois, segundo ele, (p. 19) a relação do significante com o sujeito passa por um referente. O referente é o real, que nas diferentes escalas da humanidade, não é simplesmente uma massa bruta e opaca, ele é aparentemente estruturado. Segundo, esse autor, há dois usos do significante em relação ao referente: a denotação, que oferece uma correspondência biunívoca, uma marca de ferro sobre o referente, o objeto; e a conotação, que permite introduzir um conceito, e que faz com que a significação (*Bedeutung*) seja diferente do sentido (*Sinn*). A função do nome próprio é, então, designar o indivíduo. Não se busca sua significação, porque o que ele tem é referente. Assim sendo, ele discorda de Russell (1985) para quem o nome próprio é o resumo de uma lista de propriedades e se aproxima de Kripke (1982) para quem o nome próprio é um designador rígido, conforme já explicitado, no item 1.4. Para Lacan, então, (1998c, p. 833), como o nome próprio tem seu enunciado igual à sua significação e não significa nada, isto equivale à noção kripkiana, acima referida. Porém, este é um ponto de vista que ainda não esgota a questão. Por isto, segue argumentando.

Lacan (2006, p. 74) afirma que uma das principais funções do nome próprio é a função de sutura. Ele vai se colocar no ponto preciso em que a função classificatória tropeça: não diante de uma enorme particularidade, mas diante da hiância, da brecha, da falta, do buraco do sujeito, para suturá-lo, para mascará-lo. O nome próprio sugere o nível da falta, do

buraco. “Não é como indivíduo que me chamo Jacques Lacan, mas como alguma coisa que pode faltar” (p. 74). O nome recobre a falta. Ele é feito para preencher os buracos da estrutura, devido à inconsistência do Outro, para obturar, fechar, para dar uma falsa aparência de sutura. Segundo ele, é o que demonstra Freud com o esquecimento dos nomes próprios, pois é justamente ali onde se aborda a questão da morte e da impotência, ou seja, daquilo que pode faltar, que falta o nome próprio *Signorelli*, justamente como signo da função que ele ocupa na estrutura como significante da relação angustiante do sujeito humano com a falta, com o buraco, com a morte: “a teoria lacaniana do nome próprio pressupõe o furo” (Rosa, 2012, p. 16).

O autor adverte (2006, p. 289) que há diversas maneiras de fazer suturas. Elas não se fazem no mesmo ponto, nem com o mesmo objetivo, no neurótico, no psicótico, ou no perverso. “A sutura é o queoide que designa algo que se deve debridar” (p. 289). O nome é, a um só tempo, uma sutura e sua representação e disso o Galo Decapitado é um exemplo típico. É a marca da sutura daquilo que não foi possível simbolizar. É a marca da busca de um momento perdido em que se fixou⁸. Momento devido à contingência, mas onde fascinado se fixou e nele inscreveu a certeza de sua identificação a um nome (p. 109). Isso faz uma enorme diferença, portar um nome e identificar-se a um nome. Nesse último caso, como o de Paco, estamos diante de um impossível que não encontra um meio de atravessar: o demasiado do olhar; olhar e não conseguir parar de olhar. A partir daí, ele não faz bem a diferença entre furar, furar-se, ser furado. Os galos decapitados adquirem o valor de signo do desejo enigmático do Outro, que faz com que ele padeça a marca dessa cifra de gozo, sob a forma de marcas corporais, que é o presente, a marca, o signo, da presença da identificação

⁸ Aqui remetemos ao conceito freudiano de fixação, conforme explicitado no conhecido *Vocabulário da Psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1970), onde indicam a ideia de persistência de esquemas de comportamentos anacrônicos, em virtude de, entre outras coisas, influência da constelação familiar, de traumas, etc.

transitivista⁹ a um signo do gozo do Outro, que faz do seu corpo um resto rejeitado, marca da palavra faltante que, por faltar, faz um buraco de carne que põe sua existência em questão. O galo decapitado é a cifra cega de uma singularidade que se repete marcada a estiletes e agulhas.

Para Lacan (2003a), há um nome próprio ali onde se estabelece um laço entre a emissão vocal e algo da ordem da letra, quando se instala uma afinidade entre uma denominação e uma marca inscrita tomada como objeto. Esta afinidade é reconhecida na característica que tem o nome próprio de ser intraduzível. Ele é invariável e o mesmo em todas as línguas. A estrutura sonora se conserva pela afinidade do nome próprio com a marca que é uma designação direta do significante como objeto. Portanto, para Lacan (2003a), o que faz nome próprio é a ligação não ao som, mas à escrita. Isto é o mesmo que dizer: há uma instância da letra no inconsciente que está lá desde o início, e não como efeito de sonorização.

Esse é o núcleo do que em seguida vai se organizar como coração falante do sujeito, de onde isso fala: o inconsciente. “O inconsciente é esse lugar do sujeito onde isso fala. É na medida em que o sujeito fala, é nomear-se sem o saber, sem saber por qual nome”. (p. 100). Nessa mesma direção, que coincide exatamente com o nosso ponto de vista, Piera Aulagnier (2003a) convidada por Lacan a intervir nesse seminário, argumenta que “tornar-se o objeto de um desejo ao qual não podemos mais dar nome é tornarmo-nos nós mesmos um objeto cujas insígnias não têm mais sentido, já que elas são, para o Outro, indecifráveis” (p. 288). E Lacan (2003a, p. 406) arremata: “Tu te tornas o que tu desconheces”.

Com essas colocações *ipsis litteris* pretendemos nos munir de fundamentos para afirmar que algo que não consegue ser alojado no campo do Outro, não se nomeia, fica fora

⁹ Aqui remeto a nossa dissertação de mestrado *O estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas e alterações corporais* em que trabalhamos este conceito.

de discurso, opera pela repetição e leva o sujeito ao pior. Queremos afirmar que há pontos de Real na estrutura, que ficam como inomináveis, que não têm nada de místico, de inefável, nem de anônimo. Mas aquilo que não tem termo, não tem fórmula, ou função simbólica que o nomeie, fica como marca de gozo que atrairá para si significantes derrisórios, nomeações patológicas, ou, como diz Aulagnier (2003), “insígnias inumanas” (p. 289). Compreendemos essas afirmações da autora como nos advertindo de que há também escrita no Inconsciente e não só significantes recalçados, lugar onde se aloja o que de Real foi assimilado do Outro primordial e que não visa nem comunicar, nem expressar, mas marcar.

Assim como facultou a palavra à Aulagnier, em 1962, por ocasião do seminário *A identificação*; no seminário de 1965 *Problemas cruciais para a psicanálise*, Lacan facultou a palavra a Jacques-Alain Miller (2006, p. 162) para que desenvolva os fundamentos lógicos da noção de sutura, que ele Lacan considerou a função do nome próprio. Miller, então, define a sutura como aquilo que nomeia a relação do sujeito à cadeia do seu discurso e que aparece ali onde ocorre a falta, como um substituto daquilo que, mesmo faltando, não está pura e simplesmente ausente. A sutura é aquilo que supre a falta da estrutura da qual é elemento, na medida em que está na posição de substituto. Demonstra como o zero - entendido como número que é signo da falta do objeto - é como tal uma coisa, a primeira coisa não real no pensamento, e como a partir daí pode ser contado como 1, e passa a ser notado como 0 e contado como 1. Essa operação faz com que o zero, como falta, possa ser contado, inaugurando dessa forma a não identidade a si mesmo, provocado, anulado pelo discurso, em uma palavra: suturado. É, portanto, a emergência da falta como 0 e do 0 como 1 que inaugura a emergência do sucessor¹⁰. Com isso nasce a inscrição da falta e sua substituição por um substituto suturante da ausência, ou seja, a falta pode ser representada, pode ser suturada. Esta é a noção de sutura lógica. O zero passa a ser um número, o zero-número, substituto suturante

¹⁰ Essa teorização milleriana tem por base a teoria fregeana dos conjuntos.

da falta de inscrição. O zero é agora conceito e objeto. É o referente da falta. Miller (2009, p. 106) esclarece que “a unidade unificante do conceito, nisso que lhe designa o número, subordina-se à unidade como distintiva enquanto suporta o número”. Isso esclarece, então, a diferença entre identidade e igualdade. O um em sua identidade pessoal, em seu lugar particular, com seu nome próprio na sequência dos números, não é o mesmo 1 que se repete para todas as coisas do mundo. Daí que, do zero falta ao zero número conceitualiza-se o não conceitualizável. Essa é, portanto a função do nome próprio, como substituto suturante da falta, ser aquele que diferencia o idêntico, como traço que podendo ser idêntico representa o não idêntico, donde se deduz a impossibilidade de sua reduplicação, bem como ser o representante do um do único, da unidade distintiva, designada como o “unário”.

Relembremos que, para Lacan, (2003a) a identificação se processa pelo traço unário, marca da diferença radical e responde pela entrada do significante no real. Retoma de *Psicologia de grupo e a análise do ego*, ensaio freudiano de 1921 (Freud, 1979), em que toda identificação é parcial, extremamente limitada, que na verdade só toma do outro, objeto de identificação, um traço mínimo, um único traço. Na verdade, é o elemento que ordena a série das identificações, e comporta o aspecto decisivo na conceituação desta. O traço unário é a essência do significante, é o que lhe garante a diferença absoluta, que faz com que **a** nunca seja igual **a**. Lacan (2003a) destaca que: se eu faço uma série de bastões, em qualquer circunstância, não haverá um só, semelhante ao outro. Constrói essa alegoria para demonstrar que a série de bastões aponta a origem dos significantes, que faz com que cada um deles não seja igual ao vizinho e, como tal, instala a diferença qualitativa, na medida em que conota a diferença em estado puro, permitindo que a fusão inicial seja ultrapassada.

Isso posto, voltemos ao tema central da nossa discussão para assinalar como, por meio de Lacan, vamos pouco a pouco podendo perceber que no nome há uma face aberta à leitura, e outra que situa um impossível de dizer e que está mais para o lado da marca, sublinhando

que quando a marca se faz letra perde-se o que há de imagem na marca, vicissitude que reduz o nome à sua condição de assinatura sem nenhum alcance significativo. Podemos então afirmar que há nomes à espera de uma leitura, e que o nome próprio pertence também a um campo - o campo da escrita - não distante da tatuagem que se leva colada à pele, como superfície erógena de inscrições.

Com essa afirmação final, fica claro que se descortina a inclusão de um novo campo, e com ele um novo tema, ambos relacionados com o nosso. É o que justifica nossa escolha de abordar a seguir, o estatuto lacaniano da letra.

1.6.1. O estatuto lacaniano da letra e sua relação com o nome próprio

As primeiras representações gráficas, das quais a escrita surgiu, são as pinturas, gravuras e algumas esculturas nas paredes das grutas, que aparecem na Europa, entre 32.000 e 10.000 anos (a.c.), data que corresponde ao alto paleolítico. Elas representam principalmente animais, e são um meio de representar e de pensar o mundo, de uma forma durável, exterior e material. Quando, por exemplo, uma parte do corpo é pintada, ela se destaca do resto do corpo e é representada para aquele que a executou e para os outros. Tem-se, com isso, o nascimento do grafismo, do qual se origina a escrita, que evolui passando por diferentes etapas até chegar ao surgimento do alfabeto, com os fenícios, e a posterior inclusão das vogais pelos antigos gregos (Demoule, 2010, p. 50).

Para Lacan (2003a), o nome próprio é dessa ordem, pois está mais ligado à escrita do que ao som e a um conjunto de signos sonoros distintos, sem sentido e sem significado. É invariável e se mantém o mesmo em todas as línguas; em outras palavras, é intraduzível. O mais que pode acontecer com o nome próprio é ser transliterado (Allouch, 2007), ou seja, outros signos escritos são utilizados para conduzir ao falante o mesmo som que na língua

original, como, por exemplo, um nome de origem latina ser pronunciado em chinês. Sua estrutura sonora se mantém por causa dessa sua afinidade com a marca. O nome próprio tem a ver com a função do significante em estado puro. É puramente marca distintiva, representa a materialidade do significante, e como tal é da ordem do escrito que não pertence ao mesmo registro do significante introduzido pela linguística. É uma emissão nomeadora da ordem da letra¹¹, algo da ordem do traço unário, enquanto funciona como distintivo e pode desempenhar o papel de marca, uma marca sobre um objeto, cujo significado original se perdeu.

“O que está sob uma forma latente, na linguagem, é a função da escrita, a função do signo, enquanto ele mesmo se lê como um objeto” (Lacan, 2003a, p. 93). A escrita começa com o uso simplificado de desenhos que têm a aparência de representarem alguma coisa. É o que se chama de modo geral o ideograma, ou seja, o desenho do objeto. Em outras palavras, um signo que denota um objeto determinado, um signo que faz referência ao objeto e que corresponde a uma sonoridade particular que estava nomeada. Um signo a ser lido antes da utilização da escrita. Em seguida, se dá uma dissociação do signo e da sua referência, ou seja, do objeto representado, e o que fica é o signo simplificado e associado a uma sonoridade, a um fonema. A relação se inverte e a associação dos fonemas e sua leitura dá nascimento à escrita. A partir daí, trata-se de fonemas que não têm nada a ver com seus primeiros objetos de referência.

Estamos diante da gênese do traço como o que há de mais apagado no objeto e do qual surge. Essa marca originária é indispensável para a constituição do conjunto dos

¹¹ Consideramos bastante esclarecedora a distinção feita por Milner (1996, p. 104) em seu ensaio *A obra clara*. Ali, ele afirma que a letra não é o significante, porque o significante é apenas relação, pois ele representa para e é aquilo através do que isso representa. Embora a letra mantenha relação com outras letras, ela não consiste apenas nisso. Ela tem positividade material, tem fisionomia, tem um referente e um suporte sensível. Já o significante é sem positividade, pois faz parte de sua essência ser apenas relação de diferença, e a diferença significante é anterior a toda qualidade, e como tal é sem qualidades. Por não ter uma essência à qual uma identidade se possa ligar o significante, não é idêntico a si mesmo, já a letra, no discurso em que se situa, é idêntica a si mesma.

fonemas, porque o traço retém algo do objeto, sua unicidade, sua capacidade de ser único e é dela que nasce o significante que representa o sujeito que é exterior ao conjunto, ou seja, não mantém nenhuma identidade em relação à marca inicial que ele porta em seu corpo. Lacan (2003a) insiste em que a letra não é pura notação do fonema, nem nasce como um instrumento de transcrição da língua. Ela já se encontrava aí em sua materialidade, antes da invenção da escrita. Ou seja, a linguagem, analisada a partir de sua estrutura, não tem uma origem puramente utilitária, instrumental, prática, uma função. Ela é capaz de funcionar fora de toda consciência por parte do sujeito, que lê a marca, o signo, antes de se tratar de sinais de escrita. Esta começa com o uso simplificado desses desenhos, que têm a aparência de representarem alguma coisa. A leitura do signo se faz com elementos da linguagem. Instaura uma relação entre as marcas e os elementos languageiros e consegue nomear os signos, quando o que está escrito é reconhecido como um sistema.

A escrita nasce com a negação (Lacan, 2003a, p. 107). A letra não nasce de sua função de suporte fonético. Essa função é posterior, porque, no princípio, estavam as marcas, cuja função é ser marca distintiva. Não é a figuração de um desenho, é a negação da coisa apagada para dela reter apenas a unicidade, como tal. Não é a memória da figura do objeto originário, mas seu apagamento, sua troca pelo Um que marca a unicidade do objeto. É o significante Um, a marca distintiva, pois designa a relação da linguagem ao real. É um signo do real fora de sentido e não pertence ao mesmo registro do significante introduzido pela linguística, posto que este só aparece posteriormente para dar sentido a algo que já está lá para ser lido, lido antes mesmo de ser decifrado. Aproveitamos aqui para destacar que, por essa origem o S1 terá uma dupla face, uma face simbólica que tem a ver com a identificação primordial; e uma face mais voltada para o real, fora de sentido, que como destacamos acima não pertence ao mesmo registro do significante introduzido pela linguística. Finalmente, o que nos introduz na dimensão do escrito, segundo o que estamos vendo, é que a letra não se

define por sua pronúncia, nem pelo seu vínculo com um som, mas como um nome que nada mais é do que um traço distintivo, que distingue um traço do outro. Em outras palavras, o que Lacan deseja mesmo destacar é que a letra não é a simples notação de um fonema, mas essencialmente uma marca distintiva, “os significantes da escrita foram, primeiramente, produzidos como marcas distintivas” (Lacan 2003a, p. 90).

O nome próprio nos mostra isso com clareza, na medida em que ele, mais do que qualquer outro nome, está ligado ao que recebe a informação do traço e não da fonematização. O nome próprio, como letra, é marca distintiva. E a letra é signo, algo que, sem ser pura transcrição fonemática, deve ser lida, decifrada e nomeada pela linguagem para poder entrar no Simbólico, como um contável, o um diferente de um outro um, e, assim, poder ser nomeada e lida e, dessa forma, tornar-se escriturável. A escrita aparece, portanto, quando esses signos, que já estavam presentes, podem ser lidos, nomeados e contados, quando começam a ser usados com valor fonético. A combinação do desenho representativo, com a fonematização desses signos, dá, segundo Lacan (2003a), origem à escrita, que passa a ser o nó através do qual a linguagem faz laço com o real. Sendo assim, o nome próprio, que não tem uma imagem real figurativa que o designe - em sua letra - é signo de uma perda real e de um laço que marca o nascimento do sujeito no campo do Outro. Ele é a testemunha, a marca do objeto real perdido, mas dele conserva exatamente o signo do encontro com uma realidade inalcançável e impossível de ser esgotada pelas palavras. É a marca da dimensão do Real na estrutura psíquica.

Em outras palavras, Lacan (2003a) propõe três tempos na origem da escrita: Um primeiro tempo, em que a marca aguarda a fonematização; um segundo tempo, em que a linguagem aguarda a decifração da marca, tempo do trabalho da letra no inconsciente; e um terceiro e último tempo, que se caracteriza pela operação de transliteração, vejamos o que ele diz a esse respeito:

O que representa o advento da escrita é o seguinte: que alguma coisa que já é escrita – se considerarmos que a característica é o isolamento do significante – sendo nomeada, vem a poder servir como suporte deste famoso som sobre o qual Gardiner põe todo o acento, no que diz respeito aos nomes próprios (2003a, p. 91).

Resumiríamos as ideias de Lacan (2003a), sobre este tema, com a seguinte constatação: na linguagem, a letra é, antes de tudo, um traço distintivo, que singulariza a marca como escrita muda a ser decifrada. Isso porque a escrita¹² vem antes da sua leitura, ou seja, é exterior e anterior à palavra e, como tal, é seu fundamento. Daí, que a palavra falada é secundária à marca inconsciente e pode haver, entre elas, uma decifração inadequada, uma discordância de base, responsável, por exemplo, entre outras coisas, pela localização dessa escrita no real do corpo. Em outras palavras, essas considerações têm a função precípua de sublinhar que os signos gráficos antecedem os signos fônicos e, com isto, destacar que ali, onde falha a representação pela palavra, onde a palavra não consegue ler as primeiras e decisivas incursões do Outro linguageiro sobre o *infans*¹³, elas se inscrevem ou na superfície ou no interior do corpo, justamente pela impossibilidade de terem se transformado em significantes representativos de um sujeito desejante. Permanecem como marca da presença traumática da vontade de gozo do Outro, presença sempre enigmática e, como tal, angustiante para todo ser falante.

Gostaríamos de destacar, para finalizar, que ficam perfeitamente claras as idas e vindas, os momentos de pouca clareza e o enorme esforço que faz Lacan para formalizar sua

¹² “Lacan distinguiu a função do escrito muito antes de ela estar na ordem do dia do pensamento da filosofia contemporânea. Ele deu o devido lugar à função da escrita, em especial em seu Seminário 9, sobre a identificação, e nos termos mais precisos, evocando até uma primazia da escrita” (Miller, 2012, p. 12).

¹³ *Infans*, palavra latina que quer dizer aquele que ainda não fala.

contribuição ao tema. Destacamos que dessa “sonata” vamos extrair os “movimentos” que nos inspiram.

1.6.2. O nome do pai como metáfora

No conjunto da teoria lacaniana do sujeito, o nome próprio é um ponto para o qual convergem muitas questões, entre elas a da função paterna e seus avatares ao longo desta. É no bojo das suas discussões sobre o nome próprio, sobre a função da nomeação, a distinção entre significante e signo que se incluem as formulações sobre a metáfora paterna. Por essa razão, consideramos importante incluir, nesse momento, as nossas considerações sobre o que é a função paterna como metáfora, para podermos compreender suas vicissitudes e sua relação essencial com a nomeação conforme será discutido mais adiante.

As concepções de Lacan a respeito da função Nome-do-Pai variaram ao longo do seu ensino. Neste tópico, vamos abordar a teorização que corresponde à primeira parte desse ensino, e que se estende até o Seminário 9, *A identificação* (2003a), período em que o Nome-do-Pai, como metáfora que substitui e barra o desejo da mãe, é o organizador do caldeirão pulsional que é a criança ao nascer, e que a normatizará do ponto de vista psíquico, cognitivo e ético, suporte e guardião da ordem simbólica.

É precisamente no seminário 3, *As psicoses*, que Lacan (1985a) fala pela primeira vez do “nome do pai” (p. 114) e atribui a esse nome a capacidade de regular a relação imaginária, conflituosa e incestuosa do Complexo de Édipo:

para que o ser humano possa estabelecer a relação mais natural, aquela do macho com a fêmea, é preciso que intervenha um terceiro, que seja a imagem de alguma coisa de bem-sucedido, o modelo de uma harmonia. Não é demais dizer – é preciso aí uma lei,

uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas o que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebentar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai (Lacan, 1985a, p. 114).

E precisa que

Eu insisto – a ordem simbólica deve ser concebida como alguma coisa de superposto, e sem o que não haveria vida animal possível para esse sujeito estrambótico que é o homem. É em todos os casos assim que as coisas nos são dadas atualmente, e tudo leva a pensar que sempre foi assim. A cada vez, com efeito, que encontramos um esqueleto, nós o chamamos humano se ele está numa sepultura. Que razão pode haver para pôr esses restos num recinto de pedra? Já é preciso para isso que tenha sido instaurada toda uma ordem simbólica, que implica que o fato de que um senhor tenha sido o senhor Fulano na ordem social necessita que seja indicado na pedra dos túmulos. O fato de que ele se chame o senhor Fulano ultrapassa em si sua existência vital. Isso não supõe nenhuma crença na imortalidade da alma, mas simplesmente que seu nome não tem nada a ver com sua existência viva, a ultrapassa e perpetua além. A ordem simbólica subsiste como tal fora do sujeito, distinta de sua existência e o determinando (p. 115).

Nessas passagens, Lacan insiste sobre a função de humanização do nome e a associa ao nome do pai e sua função no âmago das condutas humanas.

Em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível das psicoses* Lacan (1998b) esclarece que a função imaginária do falo, segundo Freud, é o pivô do processo

simbólico (p. 561) que arremata em ambos os sexos, o questionamento do sexo pelo complexo de castração. A função do falo é uma significação que é evocada pelo que “chamamos de metáfora, precisamente a metáfora paterna” (p. 561). É a função metafórica do nome do pai, a que destaca ser a paternidade não uma função natural, instintiva; que é, na verdade, uma função significante.

“A atribuição da procriação ao pai só pode ser efeito de um significante puro, de um reconhecimento não do pai real [o espermatozoide], mas do que a religião nos ensinou a evocar como Nome-do-Pai” (Lacan, 1998b, p. 562). Aqui, Lacan batiza com essa grafia, o que antes escrevia em letras minúsculas como se escreve um nome comum. Assistimos à passagem de nome comum a nome próprio. Passa a designador rígido.

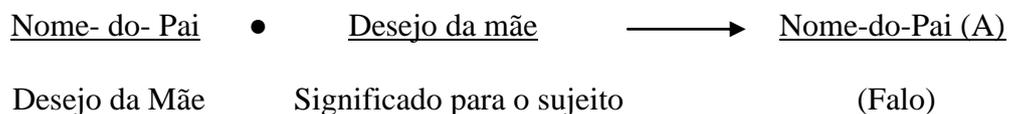
Lacan (1998b, p. 562) prossegue esclarecendo que não se faz necessário nenhum significante para o pai, da mesma forma como para estar morto, mas que sem significante, ninguém jamais saberá nada sobre esses estados opostos do ser. Destaca ainda que Freud, em *Totem e Tabu*, liga o aparecimento do significante do Pai, como autor da Lei, à morte, ao assassinato do Pai. Mostra que esse assassinato é o momento fecundo da dívida através da qual o sujeito se liga à vida e à lei. O pai simbólico, como aquele que significa a Lei, é realmente o pai morto.

Vai demonstrando (Lacan, 1998b, p. 563) como a significação do falo é evocada no imaginário do sujeito pela metáfora paterna, ou da substituição significante:

$$\begin{array}{ccc} \underline{S} \cdot \underline{S} & \rightarrow & \underline{S}(\underline{I}) \\ \$ \quad x & & s \end{array} \quad \begin{array}{l} s=\text{significado} \\ x=\text{enigma da ausência da mãe} \end{array}$$

Isso quer dizer que na cadeia significante, um significante vem substituir o outro e que essa substituição é a condição do sucesso da metáfora. É o que acontece com a metáfora

“Nome-do Pai” que “coloca esse Nome” (p. 563) em substituição ao lugar primeiramente simbolizado pela operação de ausência da mãe.



Propõe que uma posição subjetiva que esteja fundada numa ausência dessa metáfora corresponde a uma situação de *Verwerfung* (p. 564) [forclusão] totalmente distinta da *Verneinung* [(de)negação], que embora (de)negando pressupõe a existência do próprio significante que ela anula. Essa posição, de ausência dessa metáfora, diz respeito ao Nome-do-Pai em situação de forclusão, e aqui se está no campo da psicose, precisamente, em função da carência do efeito metafórico acima descrito, que trará como consequência um furo no lugar significação fálica, que responde precisamente ao enigma do desejo da mãe e dá sentido às suas idas e vindas, em outras palavras, à alternância de presença e ausência. Fica claro, então, que *Verwerfung* diz respeito à forclusão de um significante.

Portanto, ser metáfora, substituir é uma função do pai (Lacan, 1999). Função que está no centro da questão do Complexo de Édipo, cuja principal tarefa é a normatização das relações do filho à mãe. O pai sendo aquele que permitirá a um sujeito fazer face às contingências nominativas advindas do Outro primordial. É a presença do Nome-do-Pai que aparelhará o sujeito para inventar nomes que consigam circunscrever os enigmas que porventura advenham, no que diz respeito ao lugar do que a criança é no desejo da mãe. Contudo, no seminário de 1957-58, *As formações do inconsciente*, adverte que o Nome-do-Pai é preciso tê-lo à condição de dele se servir, princípio que já faz parte do seu primeiro ensino, que coincide com a primazia do Simbólico, momento em que o pai é o complemento

necessário e suficiente da estrutura. Dito de outra forma, o pai é o Outro simbólico do Outro materno, que tem por função garantir a não reintegração do produto e evitar o incesto.

Estudos com crianças com pais ausentes (Aubry, 2004) mostraram que um Édipo pode se constituir mesmo na ausência física do pai. Verificou-se como essencial sua existência na palavra da mãe, como postula e propõe Lacan. Ele propôs essa presença estratificada em três tempos escalonados, em que o pai sempre é visto como polo capaz de dar uma resposta satisfatória ao enigma do desejo da mãe como desejo de mulher. Isso porque, aí, o pai que vale e opera é o pai simbólico, o pai como metáfora (Lacan, 1999, p. 180). Lembremos que, na metáfora, um significante surge no lugar de outro significante, e esta é a função do pai no Complexo de Édipo, ser o significante que substitui o desejo da mãe, que mesmo antes de ser incestuoso é de apropriação, de alienação, de retenção, pois o que mais deseja uma mãe, a mãe, não a mulher, é jamais se separar do seu bebê. No essencial, então, a função do pai como metáfora é conseguir dividir a mãe plena e fazer surgir a mulher desejante, em falta, incompleta, vetorizada para o falo como significante que representa seu desejo para outro significante: o pai do seu filho, como veremos a seguir. Em suma, é sobre o Édipo freudiano que Lacan tenta preconizar o que ele chama de função paterna. Para ele, a gesta edipiana não se faz de uma só vez, por isso, ordena o Complexo em três tempos.

1.6.3. Os três tempos do Édipo

No primeiro tempo (Lacan, 1999, p. 197) o pai embora velado, já atua, na medida em que o falo está na Cultura. Esse é o tempo da primazia do falo, em que a mãe põe o filho no lugar da falta, mas só o põe porque algo lhe falta. É nessa falta que reside a importância do

Édipo na mãe. O essencial é que a mãe dê ao pai o lugar de mediador daquilo que está para além dela, de seus caprichos: a lei.

O pai do segundo tempo intervém como privador da mãe, como aquele que tira o filho do lugar do falo, ao mesmo tempo em que remete à mãe à lei do Outro, o qual determina que o objeto do seu desejo se encontra alhures. Pelo fato de a mãe desejar em outro lugar, é esse desejo que permite a entrada do pai, levando a criança a acreditar que o pai é o falo da mãe. Reconhece o pai como emissário da lei, identificando-o a ela. Esse é o pai onipotente que começa a se revelar. É pelo valor atribuído pela mãe à palavra do pai, que essa adquire eficácia para a criança. O pai tem que ser mediado pela palavra da mãe. Havendo uma intervenção efetiva do pai, haverá uma eficácia na forma de um corte simbólico que propiciará a separação essencial para o advento de um sujeito sexuado e desejante, ele mesmo produto de uma falta em ser o falo todo-poderoso do Outro primordial.

No terceiro tempo, a criança reconhece que o pai não é a lei, mas que a transmite. É dessa etapa que depende a saída do Complexo de Édipo, na medida em que o pai aparecendo como aquele que tem o falo, e não aquele que é, produz a reinstauração da instância do falo como objeto desejado pela mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar. O pai pode dar à mãe o que ela deseja. Já não é onipotente, mas é um pai potente, o que dá suporte à condição significante do pai como capaz de impedir que o filho permaneça como apêndice e passe a ter um lugar próprio no Outro. É a saída do Complexo de Édipo, momento de identificação ao pai, como aquele que tem, e esta é a identificação ao Ideal do Eu, que é uma identificação com os emblemas do pai, identificação com as insígnias do pai.

Assim, a metáfora paterna cumpre sua função de substituição, que é da ordem do significante, porque guarda algo em potência e em promessa – a potência fálica – que se desenvolverá noutra momento, momento este em que alguém possa assumir e exercer essa mesma função.

Em outras palavras, tudo isso é o mesmo que admitir que um significante metaforize o sujeito, o que é em si mesmo admitir a castração, operação simbólica que, se efetivada, seja no homem ou na mulher, possibilitará que sejam masculinos ou femininos. Além do que, como toda metáfora produz algo mais do que seus termos iniciais, a metáfora paterna, como operação significante produz uma significação especial, a significação fálica, que como já indicamos tem o poder de ser a resposta ao enigma das idas e vindas, da presença e da ausência da mãe que deixavam a criança desalojada em seu ser carente. A significação fálica como referente esclarece e localiza um ponto a partir do qual o Outro deseja, ponto de falta, causa de desejo responsável por tais deslocamentos. Isto quer dizer que a falta-a-ser¹⁴, característica do sujeito, se inscreve em um lugar simbólico pela operação da metáfora paterna, que dá àquela uma significação outra, já não mais de desamparo, mas de condição de possibilidade de vir a ser um desejante. A função paterna é, portanto, castrar para possibilitar, tal qual um cheque visado que se guarda no bolso para descontar oportunamente.

Vemos, que foi pensando sobre os nomes, que Lacan se viu levado a formular a função paterna como metáfora, e, dessa maneira, como uma questão de nome. Por ser do campo do nome e da nomeação, a paternidade não é uma questão de biologia, mas do simbólico. É tudo uma questão de enunciação e de nomeação, de alguém dizer: tu és o meu filho e poder ouvir como resposta: tu és o pai.

¹⁴ Aqui esclarecemos que Lacan se utiliza do conceito de falta-a-ser para destacar que o sujeito não possui substância, embora possua existência, como bem o demonstram a lógica do inconsciente e a dialética do desejo, o que o causa lhe é exterior.

CAPÍTULO 2

SOBRE O NOME DE GOZO

2.1. Definição e origem do conceito em Lacan

Há um nome que não é um nome de família, que não cessa de não se escrever e que faz do sujeito um objeto. É o nome de gozo. É uma nomeação objetivante que reduz o sujeito ao seu enunciado e o marca em seu corpo. Esse nome indica o lugar do gozo e a defesa do sujeito contra ele.

Em *Subversão do sujeito e dialética do desejo* (1998c, p. 834), Lacan, discutindo sobre a função do Nome-do-Pai, busca outra designação para nomear “um ser que aparece como faltando no mar dos nomes próprios” (p. 834). Deixa claro que o nome próprio é incapaz de dizer se se trata de um ser vivo ou morto. “Ele não me sabe vivo” (p. 834).

Portanto, foi quando examinava a questão do nome próprio que, pela primeira vez, Lacan (1998c, p. 834) introduziu o conceito de gozo. Sua pergunta incidia em sobre como designar o ser do sujeito sem ser pelo viés do nome próprio, que é incapaz de indicar se se trata de um ser vivo ou morto. Nesse contexto de introdução da noção de gozo, ele o faz designando-o como lugar do “sou onde isso vocifera” (p. 834).

A partir dessas indicações, Miller (1992) deduz que esta problemática introduz a noção do “nome de gozo” (p. 30)¹⁵ que é mister identificar numa análise para se dar conta do sou onde gozo, do que é meu nome neste lugar. Esse nome é um nome adequado para designar o ser faltando no mar dos nomes próprios.

¹⁵ Nombre de goce.

Alguém só pode verdadeiramente saber aquilo que é se tiver acesso, pela via da análise pessoal, ao seu nome de gozo, letra que marca e escreve o modo como cada um goza dos restos vistos ou ouvidos armazenados no inconsciente. O nome de gozo é o nome do ser do sujeito.

Miller (1992) sublinha que em quase todos os casos de Freud, os nomes do ser, como nome de gozo do sujeito, são nomes de animais: ratos, lobos, cavalo; e o caso objeto desta pesquisa segue, então, essa tradição freudiana, pois se chama galo decapitado. A título de destaque, gostaríamos de lembrar que um paciente de Freud (1976a) entrou para a história não pelo seu nome familiar, mas pelo seu nome de gozo: homem dos lobos.

O referente do nome de gozo é o corpo como realidade material extralinguística, que é denotado por um signo de gozo. O nome de gozo é o nome, de um para além do *pathos*, de um *kakòn*¹⁶, aqui tomado no sentido de “o *kakon* é um objeto êtimo” (Lopes, Santiago, Ferreira, 2008, p.6) como aquilo que proveniente da extimidade atinge o corpo próprio para dele fazer o depositário de uma das formas destacadas do objeto, seja ele, o olhar, a voz, o seio ou as fezes.

É um nome que certamente não está ancorado no amor do pai, mas no gozo do pai. É um nome que designa algo do gozo do Outro do qual o sujeito se fez objeto. Pelo nome de gozo, o Real se introduz na carne do vivente como um excesso rebelde a ser domado pelo semblante¹⁷.

O nome de gozo é um nome que reduz o sujeito a um dado objetivo. É um nome que tem efeitos no real do corpo, diferentemente de uma nomeação simbólica que funda um lugar e uma vocação. O nome de gozo é um nome imaginariamente-real, ou seja, um nome produto de uma invasão real no imaginário que não se simboliza.

¹⁶ Hesíodo descreve Pandora como um "mal belo" (καλὸν κακὸν/kalòn kakòn). Conforme wikipedia. Consultada no dia 11.04.2011 às 11:00h.

¹⁷ O termo semblante refere-se aos traços gerais da ordem simbólica em suas relações com o imaginário.

É um nome que escapa à função nomeante do Nome-do-Pai como pai do Nome, que dá um nome às coisas, cria um campo, dá um lugar e permite ao sujeito se representar e se sustentar dentro de uma ordem simbólica como mais um elemento desta, mas ao abrigo do anonimato de um sem nome.

O nome de gozo é um significante especial que comanda a estrutura de uma forma repetitiva, ou seja, mais um, mais um... ainda um... É um nome que, do mais íntimo do ser, e que ao mesmo tempo lhe adveio de fora, comanda o excesso que subsume o sujeito numa experiência incessante de mortificação.

O nome de gozo é um *Allien* advindo do núcleo mais íntimo e mais estrangeiro do ser, que apaga o sujeito e o revela como objeto.

2.2. A topologia do nome de gozo

Defendemos que o nome de gozo é da ordem da extimidade. Extimidade (Miller, 2010) é uma palavra que não existe no dicionário, e é uma invenção de Lacan. Aparece pela primeira vez no Seminário 7 *A ética da psicanálise* (Lacan, 1988) no contexto da análise de como se dá a apreensão da realidade pelo sujeito: “É aqui que intervém essa realidade que tem relação com o sujeito da maneira mais íntima – o *Nebenmensch*. Fórmula totalmente surpreendente na medida em que articula energicamente o à-parte e a similitude, a separação e a identidade” (Lacan, 1988, p. 68).

Esclarece que o próximo, nomeado por Freud, *Nebenmensch* (p. 68) é por sua natureza estranho, *fremd* (p. 68). Essa é uma divisão original da experiência da realidade, que faz com que o sujeito reconheça a Coisa (*Das Ding*), Outro absoluto de si mesmo, como estranho e alojado no interior do sujeito como exterior – êxtimo – um exterior que nada tem a ver com a realidade.

“*Das Ding* é originalmente o que chamamos de o fora-de-significado” (p. 71). *Das Ding* é uma realidade que “está justamente no centro por estar excluída” (p. 91), “sob a forma de alguma coisa que é *entfremdet*, alheia a mim, embora esteja no âmago desse eu, alguma coisa que no nível inconsciente, só uma representação representa” (p. 92). Mas, saliente-se, representa como signo de *fremd* – um *Allien*, porém advindo do Outro, da Coisa, Outro absoluto do sujeito.

Daí, nasce o conceito de extimidade como algo que se constitui no âmago, no mais íntimo do ser, indicando que o mais íntimo é um *Allien*, um corpo estrangeiro que está no interior. Por isso, acreditamos ser legítimo falar de extimidade do nome de gozo, que este é a marca do caso de Paco, a mola que liga história e real da estrutura.

A extimidade é, pois, uma fratura constitutiva da intimidade, algo difícil de situar, difícil de representar topologicamente (Lacan, 1988, p. 91) e até mesmo de aceitar. Porém, é um conceito necessário, pois somente com a estrutura do êtímo como o mais próximo, o mais interior, que é ao mesmo tempo exterior, pode-se dar conta de algo tão paradoxal como o Nome de gozo.

Sobre a validade dessa formulação, Lacan (1998a, p. 528) em *A instância da letra no inconsciente ou a razão depois de Freud* se pergunta: “qual é esse outro a quem sou mais apegado do que a mim, já que, no seio mais consentido de minha identidade comigo mesmo ele se agita?” Aqui, percebemos uma clara indicação ao Nome de gozo como aquilo que *fremd* governa o sujeito a partir do âmago – *Kern*. Portanto, o falasser não está governado do exterior, mas do interior mesmo, segundo uma modalidade topológica que confirma a estrutura moebiana da realidade psíquica. A banda de Moebius (Granon-Lafont, 1990, p. 29) é uma superfície unilátera, com uma única face, onde o direito e o avesso se encontram em continuidade, estão contidos um no outro.

Concluimos, então, que o Nome de gozo, como senhor exterior, encontra-se no foro íntimo. Isso remete a tridimensionalidade do toro (Lacan, 2003a, p. 360), cuja exterioridade periférica e exterioridade central são uma única região, o que faz do toro uma estrutura de extimidade.

O Nome de gozo é, então, “o parceiro êtímo do sujeito” (Gault, 2001)¹⁸ algo que sem ser idêntico ao sujeito é central para ele. É uma exterioridade-íntima, ou seja, ao mesmo tempo periférica e central “em ti mais do que em tu” (Lacan, 1985b, p. 249).

Segundo Miller, (2010) o Outro do significante pode conter algo diferente, algo Outro em seu coração, que lhe é êtímo. O que o Outro esconde são as colônias de gozo, radicalmente estranhas à vocação significante natural do Outro. Diz respeito à inclusão do Real no simbólico que a estrutura da extimidade permite dar conta. Wons (2011) a entende como um produto não significante que, precisamente por não ser significante encarna o Outro no Outro, ou seja, uma alteridade radical de valência positiva no que se refere ao gozo. Seguindo-os, propomos que o Galo decapitado fala disso a céu aberto, pois deixa ver que algo o agita e o afeta como Outro no seio dele mesmo.

Ainda Miller (2010) nos indica que é preciso articular a forclusão com extimidade, na medida em que a forclusão diz de algo que está preso fora: “A forclusão implica um retorno na forma de uma extimidade que o sujeito verifica como real” (p.26)¹⁹. Nossa compreensão é que o que está forcluído em Paco é a significação fálica como operador regulador de gozo.

Vale também destacar que a extimidade designa um hiato no seio da identidade dele, e que sua identificação a uma insígnia de gozo, embora tempere, não consegue dar conta do gozo que o invade nos momentos de crise, pois se observa um abalo em sua identidade organizadora de sujeito tatuador que é lançado à condição de objeto tatuado. Isso porque,

¹⁸ Le partenaire extíme du sujet.

¹⁹ La forclusión implica un retorno en forma de una extimidad que el sujeto verifica como real.

quando o gozo serve à vida ele se refugia nas zonas erógenas de maneira residual. No caso que analisamos, há um fracasso na representação significativa da cena dos galos que, por não ter conseguido alojá-la no campo do simbólico, faz retorno maltratando seu corpo, “ao invés de ser expulso para o exterior ou confinado nos limites erógenos do corpo, o gozo irrompe no que deveria ser o conjunto vazio do corpo” (Miller, 2010, p. 165)²⁰.

Paco tenta expor suas múltiplas alterações corporais para dialogar com o Outro, mas o que consegue, em virtude de não ser captado como representação, é ser atingido como marca e não como representação, no real do seu corpo mais e mais marcado. Como bem diz Michel Thévoz (1995, p. 119) “o problema não é mais o belo, é a vida”²¹. Nessa mesma direção acrescenta Miller (2010, p. 31-32)²².

Este ano poderíamos recordar muitos diários íntimos. Porque estes quando são bem feitos, quando vão ao coração do que está em jogo, isto é, ao coração da identidade consigo mesmo, quando põem em exercício seu valor, chegam sempre, com diferentes registros, a este lugar de extimidade. Valeria ordenar estas experiências de intimidade que mostram na escrita, segundo a honestidade dos escritores, o encontro com um Outro que os agita no seio da identidade consigo mesmo.

²⁰ En lugar de ser expulsado al exterior o confinado a los límites erógenos del cuerpo, el goce irrumpe en lo que debería ser el conjunto vacío del cuerpo.

²¹ Le problème n'est plus le beau, c'est la vie.

²² Este año sin duda podrían recordarse muchos diarios íntimos. Porque los diarios íntimos, cuando están bien hechos, cuando van al corazón de lo que está en juego, es decir, al corazón de la identidad consigo mismo, cuando ponen en ejercicio su valor, llegan siempre, con diferentes registros, a este lugar de extimidad. Valdría la pena ordenar estas experiencias de intimidad que muestran en la escritura, según la honestidad de los escritores, el encuentro con um Outro que los agita en el seno de la identidad consigo mismo.

Por isso, Paco nos capturou como um caso que serve para mostrar a estrutura da extimidade do Nome de gozo como um signo, objeto perdido no interior, algo heterogêneo aos nomes próprios de família.

Uma identificação maciça a um nome de gozo é destrutiva e mortífera, na medida em que é um nome que predestina, que define um caminho e é autofundado, embora originário do campo do Outro. Paco é escravo do imperativo do seu nome de gozo.

Se analisante ele fosse, o trabalho analítico visaria a uma evacuação progressiva do gozo para fora do seu corpo. Tentar-se-ia conectar, capturar o gozo com o saber, pela via do amor, para vetorizá-lo para outros campos de satisfação que não prioritariamente o corpo. Tentar-se-ia também conectar esse nome-signo à cadeia significativa, visando a uma elaboração de saber sobre este, que modificasse a posição subjetiva, desprendendo-o pela via do corte significativo com um objetivo final de interpolar uma diferença entre o sujeito e a insígnia do seu gozo. Acrescentar-se-ia à função de marca do signo do gozo, com fins dialéticos, a função do corte significativo como representante do sujeito, a fim de introduzir a simples possibilidade de ser e de fazer diferente. E, por esta simples possibilidade de substituir Um pelo Outro, o significativo entraria no Real do gozo, modificando-o.

2.3. O patológico da nomeação

A nossa pesquisa de Mestrado (Siqueira, 2009) comprovou, através da análise dos dados do sujeito Paco, o qual se autodenominou “o galo decapitado”, que quando alguém não consegue elaborar o sentido traumático de uma experiência de vida muito marcante e significativa, a ela se identifica, do modo como ele se identificou com essa nomeação. Isso faz transparecer que tanto a identificação quanto a nomeação têm também diversas e curiosas patologias conforme pudemos nos aperceber.

Paco, com suas inscrições e modificações corporais, deixou ver, de forma bastante clara a sua identificação com uma insígnia de gozo, uma nomeação devastadora, dentro de um contexto identificatório horizontal e imaginário. Nele reconhecemos que o ato de marcar o corpo é um ato de maltrato, posto ser retorno de um gozo maciço diretamente sobre o corpo, efeito de uma nomeação devastadora: galo decapitado, seu verdadeiro nome próprio, seu nome de gozo. Nome este mais pregnante e efetivo do que o sobrenome de sua linhagem, pois é responsável por uma forma de gozar que machuca e corta de forma perigosa seu corpo, objeto de gozo do Outro.

Sobre esse fato, Lacan (1998c), a fim de demonstrar que o biologismo freudiano nada tem de reducionista ao funcionamento instintual, defende que a linguagem investe o corpo de um saber que não comporta o menor conhecimento:

Já que está inscrito num discurso do qual à semelhança do grilhão de antigo uso, o sujeito que traz sob sua cabeleira o codicilo que o condena à morte, não sabe nem o sentido nem o texto, nem em que língua ele está escrito, nem tampouco que foi **tatuado**²³ em sua cabeça raspada enquanto dormia. (Lacan, 1998c, p. 818).

Sem dúvida, a finalidade desse apólogo é demonstrar a submissão do sujeito ao dito primeiro do Outro, que “decreta, legifera, sentencia, é oráculo, confere ao outro real sua obscura autoridade” (Lacan, 1998c, p. 822). Lacan destaca que esse significante é uma **insígnia** da onipotência, do poder em potência do traço unário, que “por preencher a marca invisível que o sujeito recebe do significante, aliena esse sujeito na identificação primeira que forma o ideal do eu” (p. 822). Esse ideal descrito com a notação I(A), diz que é aí onde se aloja a representação primeira, nascimento da possibilidade de que advenha um sujeito a

²³ Grifo nosso.

partir de um traço ideal capturado do simbólico e que já não é do eu, mas do Outro. Acrescenta: é, por essa via, que o eu ideal, formado a partir da dialética do estágio do espelho, faz com que o eu se apresente em jogos de domínio, de imponência e de rivalidade e possa ser relativizado e mediatizado pela função simbólica do Ideal do eu, a qual refreia o efeito de amor-ódio da relação à imagem do corpo próprio e do semelhante.

Foi partindo da referência que Lacan faz à insígnia, nesse texto, que Jacques-Alain Miller (1998a) dedica todo um ano de trabalho, ou seja, um curso, para esclarecer, formalizar e indicar as consequências dessa antecipação significativa no processo de identificação. Entende que o dito primeiro do Outro tem o poder de ser escutado pelo sujeito como a antecipação do seu destino. E, a ele, o sujeito se identifica. Aqui o nosso objetivo é destacar que um dito pode ser silencioso, sem palavras e ser veiculado como um dar a ver excessivo, a exemplo do caso que estudamos. Assim sendo o que se instala é uma identificação à insígnia, entendendo-se que insigne é aquilo que dá distinção por alguns signos destacáveis. Entretanto, a identificação à insígnia comporta uma dupla vertente: uma vertente significativa e uma vertente pulsional, esta última responsável pelo desejo de fazer-se notar, de ser único, de ser especial (Miller, 1998a, pp. 102- 103).

O autor lembra ainda que o estatuto originário do sujeito é entrar no mundo excluído do Outro, sentindo que não conta para o Outro, e que como tal não é contado. O sonho do sujeito é entrar no campo do Outro, é ter um lugar no Outro. Para isso, precisa contar para o Outro, precisa de um traço de distinção. Contar por alguma coisa para alguém - esse é o ideal do sujeito - é ser contado, e ser contado é ser colocado na série, mas de um modo especial: “É assim como, ao mesmo tempo, que me conto no Outro por meu traço de serialidade, que me distingo enquanto *Je* (sujeito) do que sou como *moi* (ego): um entre outros” (Miller, 1998a, p.

31)²⁴. Isso quer dizer que, tendo uma identidade, o sujeito vai se parecer aos outros, ao mesmo tempo em que essa identidade assegura a diferença dos outros.

Miller (1998a, p. 35) sublinha algo de grande importância para o estudo em curso, o fato de que existem palavras ou cenas que o sujeito isola, que podem ser as mais banais, não terem sido ditas ou mostradas nem para ele nem a seu respeito, mas que as toma para si. Então, essas palavras ou cenas adquirem o estatuto de primeiras e se separam das outras, isolam-se e passam a produzir efeitos a partir desse modo peculiar de organização.

Nesse contexto, relembra-nos o neologismo unário, segundo ele, um neologismo muito bem formado e muito usado em lógica e em matemática, em oposição a binário, e chama atenção para o fato de que unário tem a ver com o S1 isolado, e diz respeito a um tempo em que algo foi dito e não repetido, donde destaca que a identificação à insígnia tem a ver com o traço da onipotência do Outro, que captura e fixa o sujeito nesse significante que lhe dá nascimento e que é da ordem do Um, que na ordem simbólica se chama unário: o traço de pura diferença que funda o sujeito como inimitável.

Portanto, a insígnia é o significante da resposta do Outro, que, por ser Outro, se constitui para o sujeito como a primeira forma do Ideal do eu. O Ideal do eu é um efeito derivado do Outro.

Ainda, de acordo com Miller “o ideal, segundo Lacan, é a hipóstase do sujeito, enquanto, ali, o sujeito se constitui como entidade” (1998a, p. 135)²⁵. As identificações imaginárias, por serem instáveis, não têm o poder de permitir que o sujeito se conceba como uma substância viva, ou seja, o sujeito só pode hipostasiar-se mediante o ideal, e é justamente a constelação de insígnias do Outro, que constitui para o sujeito o Ideal do eu.

²⁴ Es así como al mismo tiempo que me cuento en el Otro por mi rasgo de serialidad que me distingo en tanto *je* de lo que soy como *moi*: uno entre otros.

²⁵ El ideal, según Lacan, es la hipóstasis del sujeto, en tanto que allí el sujeto se erige como entidad.

O Ideal do eu, simbólico, aparece como uma espécie de limite do imaginário, porém ele está constituído por uma constelação de insígnias, de S1 isolados, e não como cadeia significante. Ou seja, o S1 tem um estatuto significante, mas não está encadeado, articulado numa cadeia. O significante Uno refere-se à insígnia, mas a insígnia, embora constituinte, não representa o sujeito. Nesse momento de constelação e não de cadeia, ainda não há representação subjetiva. Vale esclarecer que insígnias são significantes imaginários, marcas distintas nas quais uma imagem tem valor simbólico. No agrupamento em cadeia, prevalece a ordem da representação e o significante representa o sujeito para outro significante. Com a insígnia, o sujeito se toma pelo Um, por uma substância, esclarece Rosa, (2009).

Essa mesma autora (2009), citando Branco (2000), destaca que Lacan ao articular Ideal do Eu e insígnia visava apontar que traços tomados do Outro podiam se agrupar em cadeia e representar o sujeito, ou se soltar do sistema significante e se transformarem em insígnias, existindo isoladas, soltas, operando fora do sistema simbólico, como letra, exatamente como no caso objeto deste estudo. Ela ainda destaca que, no modo de agrupamento chamado constelar há uma ruptura na linearidade da cadeia significante que incide sobre o estatuto do sujeito, na medida em que solto, desconectado da cadeia, transformado em insígnia, o significante ganha estatuto de letra, e a letra, embora pertencente ao campo da linguagem, não se refere a outras letras, arremata a citada autora.

A constituição do sujeito depende da sua identificação a um significante do Outro, mas, inicialmente, não se dá uma identificação de representação, porque como já destacamos, não faz cadeia. Não há representação porque só há representação, quando há articulação de um elemento com outro elemento, com outro significante, um S2, que dá o sentido do sujeito. Nesse momento inicial, o sujeito não está representado pelo significante da identificação, ele confunde-se com ele, e se aliena, para que lhe seja aberta a possibilidade de fazer-se representar pelo que primeiro é insígnia. Vale destacar com Rosa (2009) que, quando o

sujeito se representa, ele, de alguma forma, localiza o gozo. Fica óbvio que é necessário ultrapassar essa forma inicial de inclusão no campo do Outro, sob risco de aprisionamento do sujeito a uma forma de se representar, incapaz de processar o demasiado de gozo, advindo do Outro, que nele encontra um terreno propício para se alojar e proliferar, em virtude da imaturidade simbólica, nativa do filhote humano no alvorecer da sua vida. Resumindo, a subjetivação do S1 só acontecerá quando puder articular-se a outro significante que lhe dê sentido e foi isso que Paco não conseguiu, conforme tentaremos argumentar a seguir.

Com esse fim, acreditamos ser importante introduzir o conceito de imagem rainha, tal como o formulou Miller (1995), por considerarmos um conceito que esclarece bastante o que vimos propondo com a noção de insígnia no contexto desta tese.

Segundo o autor acima citado, imagem rainha não é uma categoria que faça parte da nossa linguagem corriqueira, no âmbito da psicanálise de orientação lacaniana, como o conceito de significante mestre, já tão nosso conhecido, que designa aquele significante especial pelo qual o sujeito busca ser representado no simbólico e veiculado na cadeia significante. Pois bem, diz Miller: “introduzi a expressão imagem rainha como homóloga, no imaginário, da expressão significante mestre, no simbólico” (1995, p. 12). Com isso, o autor quer dizer que uma imagem pode ser significantizada e tomada como significante, porém significante imaginário. É o mesmo que dizer que um significante imaginarizado está sujeito à dinâmica e à lógica do imaginário que tem por princípio ser um registro, amplamente ligado ao narcisismo do sujeito e às lutas de vida e morte - regidas pelo ou de exclusão: ou eu ou o outro - que podem ser travadas em nome da manutenção do predomínio de uma imagem e de sua potência fálica. Isso nos interessa muitíssimo no contexto desta tese, porque nos parece esclarecer o estatuto significante de O galo decapitado, nome de gozo de Paco. É um significante mestre imaginarizado, originário do excesso provocado pela visão de uma imagem que, em si mesma, tinha toda potência de provocar horror e gozo. “As imagens

rainhas não representam o sujeito, mas se coordenam com seu gozo” (Miller, 1995, p. 14). Em outras palavras, elas são o “lugar onde o imaginário se amarra ao gozo” (p. 15).

Trata-se, portanto, de uma imagem fantasmática, imóvel, que volta sempre ao mesmo lugar, “uma imagem imóvel, um elemento suspenso, fixado e errático” (p. 14). São então imagens que estão sob o domínio do a mais do olhar e, em virtude de sua preponderância, são capazes de realizar uma captura significativa. Porém, uma captura significativa de um tipo muito especial: de significante Um isolado, em constelação, não em cadeia, divorciado de um S2 que viesse lhe dar sentido e inscrevê-lo numa cadeia, quando então poderia ser substituído por metáforas e metonímias no campo da fala e da linguagem, e não se inscrever como letra de gozo no corpo próprio que surge como campo de inscrição justamente por causa da desarmonia significativa, que por estar nesse estado permite que algumas imagens subsistam às palavras, e inscrever a pulsão no campo do escópico e o gozo na ordem especular. “A imagem é rainha porque, nesta ordem, parece dominar o gozo” conclui Miller (1995, p.17), e destacamos nós, que é da natureza do gozo se repetir, não para se inscrever, mas como repetição gozosa daquela vez do excesso do visto acontecimento traumático, responsável pela ruptura da engrenagem significativa de então. Toda vez que se repete é com este estatuto que se repete: como se fosse da primeira vez, sem inscrição, alojamento ou elaboração no campo do sentido, ou seja, no campo do Outro. Nessas condições se está sem dúvida no campo do império do Um sem Outro.

Interessa-nos, agora, destacar que há então algo do corpo que escapa à submissão significativa. É o pulsional. O organismo, por um lado, converte-se em corpo significativo; mas, por outro lado, resta uma parte que não se transforma e adquire um estatuto de extracorpo, de fora do corpo. É a parte objetual que Lacan (2005a) chamou de objeto *a*, ou seja, de complemento libidinal do sujeito. O complicador é que, o que faz insígnia, na economia do sujeito, não é só significante encadeado como acabamos de demonstrar. Há,

também, um complemento pulsional, complemento de gozo, que faz com que Jacques-Alain Miller (1998a) represente a insígnia como $S1+a$. Então tudo toma outra dimensão e consequência, na medida em que o que faz insígnia resulta da articulação desses dois termos.

Isso nos permite admitir que nem sempre o sujeito é sujeito do significante²⁶. Ele pode muito bem, ser também, sujeito de gozo. Então, podemos deduzir que só o Ideal não dá conta do sujeito. O Ideal é bem o lugar de onde o sujeito se vê como é visto pelo Outro e de onde lhe agrada ser visto, mas o problemático é que o objeto pode se sobrepor ao Ideal. Aí tudo se complica, porque esse gozo complementar do significante, que representa o sujeito, é de imediato equivalente à economia da pulsão de morte. Aqui o sujeito estará amalgamado a uma repetição de gozo.

Vale ressaltar, com Miller (1998a) que essa duplicidade de significante e gozo é aplicável ao conceito de Outro, pois, embora estejamos habituados a considerá-lo como o lugar do significante, o Outro é também o corpo. Segundo Lacan (1985c), o corpo é o primeiro Outro do sujeito. Esse postulado permite-nos compreender que há uma identificação constituinte que fixa o sujeito a respeito de um $S1$ e há uma identificação com o complemento libidinal, objetual, que nos remete a uma identidade do sujeito com seu ser²⁷. Quer dizer, há uma representação significativa do sujeito a partir do traço unário ($S1$) e de seu ser de gozo representado por a . É, portanto, essa conjunção significativa e libidinal, com a qual o sujeito se identifica – como identificação à insígnia, $S1+a$ – que dá o diapasão, o compasso e o ritmo da história psíquica do sujeito, que se desenrola em uma série de identificações.

²⁶ O que já é uma indicação de que a noção de sujeito não recobre o que há de gozo no ser falante e justifica a mudança efetuada por Lacan (1985c) quando passa a se referir ao falasser.

²⁷ “Debemos ampliar la base hasta calificarlo de ser hablante, es decir, incluir ahí su cuerpo de goce, y al que siguiendo Lacan llegaremos a calificar de ser” (Miller, 2008, p. 172).

Situado nessa perspectiva, Miller (1998a) sublinha que o significante produz efeito de significado e efeito de gozo no corpo, que em si mesmo é uma imagem rainha (1995). Donde, o significante tem a ver com a falta em ser do sujeito, e o objeto *a* com o efeito de gozo e com o ser do sujeito. Lacan (1985c) chamou de letra ao significante que embora fora de sua posição de produzir significantes, é considerado por seu efeito de produzir gozo. Letra de gozo, cifra que fagocita a mensagem, e como tal não se dirige ao Outro. É autista, antônimo do “outrismo do desejo” (Miller, 1998a, p. 342)²⁸.

Miller (1998a) prossegue elucidando que, quando o ponto de partida é o gozo, o sujeito não se dirige ao Outro. Aqui há do Um e não do Outro e ele quer com isso dizer que o significante não tem somente a função de mensagem, mas também a de gozo, destacando que não é a mesma coisa alcançar o Um a partir do Outro (Ideal do eu) e tentar alcançar o Outro a partir do Um (Letra de gozo). É isso que ele sublinha quando postula que, nessa perspectiva cada vez mais generalizada, o Outro não existe (Miller & Laurent, 2005a). Nessa nova axiomática, o prévio não é o Outro, é o gozo e, por consequência o Um: “S1 (S1(S1-S2))” (Lacan, 1985c, p. 196). Aqui, há uma constelação, um enxame. S1 é uma letra, uma unidade no campo da linguagem que não se refere a outros. S1, desconectado de S2, não produz sentido, é letra, e, desse ponto de vista, é igual a *a*. O S1 pode representar o sujeito, mas nem sempre. Ele pode apresentá-lo e escrever-se como letra.

É isso que quer dizer o conceito lacaniano (1985c, p. 196) de “alíngua”. É o estado do significante prévio à articulação. Os significantes só se articulam e se ordenam, se um significante puder assumir o valor de outro, como na metáfora: Que linda Alba! Quando isso acontece, como no exemplo dado, aí nasce a estrutura significante, ensina Miller (1998a) a partir de Lacan (1985c). Há estrutura quando um S2 se agrega a um S1. Logo se vê que a

²⁸ El *otrismo* del deseo.

estrutura do discurso é diferente da organização de *alíngua*, que equivale a S1 como signo de gozo. É *mister*, portanto, passar de S1, como letra de gozo, para o discurso, em que o gozo, mesmo minimamente, mas de alguma forma, encontra-se domado.

Fica claro que há dois caminhos a partir de S1. Um é a via simbólica propriamente dita, e o outro é a via do real do gozo, fora do efeito de significantização, fora da elaboração do saber e do discurso. Miller (1998a) então comenta que a fórmula de Lacan, *não há relação sexual*, é contemporânea de ‘há do Um’, esse Um que não é da relação sexual, mas que a obstaculiza. Por isso, não é abusivo dizer que existe um gozo conectado com o próprio corpo, que não há acesso ao corpo do Outro como tal. Goza-se como se gozasse fora do corpo próprio, do próprio corpo, como do Outro. Ressaltamos que ele destaca que, nesse contexto, o corpo é um Outro. E o corpo próprio, com seu como fora do corpo, produz a conexão com o superego, cujo imperativo é goza! Gozo do Um, do idiota, solitário. Essa conexão se produz sempre que o corpo for tratado como alteridade radical. Como objeto, o corpo fica propício a sofrer e ao comando ditatorial do superego. A consequência é que “entregar-se regularmente a gozar do Um não faz mais do que redobrar a insistência do superego sob a forma de gozar do Outro” (p.376)²⁹.

Com essas considerações, acreditamos encontrar a chave para a compreensão da identificação de Paco. Nele, há um tratamento de si, uma relação de identificação entre S1 e *a*. Miller (1998a) ensina que, no amor por identificação à insígnia, cada um permanece “companheiro de sua solidão” (p. 377)³⁰, pois esse tipo de identificação não permite sair do Um para o Outro, e é a operação do pai que implanta o “*para Outro*” (p. 377)³¹, ao tornar

²⁹ Entregarse regularmente a gozar del Uno no hace más que redoblar la insistencia del superyó bajo la forma de gozar del Otro.

³⁰ Compañero de su soledad.

³¹ *Para Otro*.

fálico, paterno, uma parte do gozo. Quando o Nome-do-Pai está bem estabelecido, o efeito da significação fálica é domesticar a intrusão de gozo no corpo. Em Paco, como veremos um pouco mais adiante, o Um de um pai é impotente para conter a referida intrusão. Com isso, nos autorizamos a dizer que Paco não teve um “bom” pai, porque um “bom” pai é aquele que se colocando como barreira ao gozo, possibilita o nascimento do sujeito e do seu desejo.

Gostaríamos ainda de destacar o que Miller (1998a, p.417) considerou os companheiros do sujeito, ao esclarecer que o primeiro companheiro do sujeito é imaginário, é sua própria imagem no espelho, que o alivia de sua prematuridade neurológica, antecipando um vir a ser mais estruturado. O segundo companheiro do sujeito é simbólico, é o Outro, a quem se dirige, para lhe pedir um lugar em seu território que o resgate de sua solidão muda. A resposta do Outro, quando vem, resgata-o. O terceiro companheiro é real, é seu gozo. Nesse nível e a despeito do amor, o sujeito é companheiro de sua solidão. Dessa forma, o Outro não existe. Como o sujeito se constitui no e para o Outro, não há sujeito sem Outro. Se desaparecer o Outro, desaparece o sujeito. Se o Outro se apaga, resplandece o objeto *a*, como letra de gozo, cifrada em caracteres secretos, tal qual os hieróglifos do deserto, “letra sem seres humanos que lhe restituam uma significação” (Miller, 1998a, p. 429)³². É nesse nível que pensamos estar Paco enredado. Suas marcas corporais parecem mais um cifrado de gozo que o fixam no Um. Ele tenta pelo S1 tatuador sair do atoleiro inercial de sua identificação a uma insígnia de gozo: *O galo decapitado* que o leva a permanecer como já bem disse Miller (1998a) “companheiro de sua solidão” (p. 377)³³, num mortífero e acéfalo “se goza” (p. 342)³⁴ que introduz não “Eu sou (*Je suis*), mas se goza (*se jouit*)” (p. 342)³⁵.

³² Es letra sin seres humanos que le restituan una significación.

³³ Vide nota 28.

³⁴ *Se goza*.

³⁵ *Yo soy (je suis), sino se goza (se jouit)*.

Apresentamos, ainda, uma consideração final, retomada da formalização milleriana, ora abordada, quando indica que há uma homologia entre S1 e *a* quando se fala da insígnia e do esclarecimento que faz dos dois estatutos do S1: há um estatuto de representação, quando aparece articulado a um S2 e, então, representa o sujeito (S1 \$ S2) e um estatuto de gozo, quando aparece isolado sem remeter a outro significante que lhe dê sentido (S1 = S1, S1, S1). Aqui Paco parece estar aprisionado, identificado à marca de gozo. *Galo decapitado* parece ser a insígnia de um gozo que o parasita e retorna incessantemente sem elaboração da marca pulsional não processada pela marca significante. Há parasitismo, porque desfaz sua tentativa de construção sinthomática como tatuador. Mas, o que de fato acontece é que ele não para de se furar. O *não cessa* é a prova lógica do fracasso da construção. Nessa identificação, a insígnia S1 é igual a *a*. Paco se dá o mesmo tratamento que foi dado aos perus decapitados festivamente e que rodopiavam em torno de uma poça de sangue.

Depois de tudo que foi exposto, já podemos afirmar que há outro trabalho de nomeação a ser feito com as marcas que se inscreveram no real corpo. Este seria, segundo nosso ponto de vista, o objetivo de um trabalho analítico, ou seja, reconstruir pela via da nomeação, como artesanato poético, o que a nomeação, como artesanato de gozo, devastou. Nosso objetivo é poder justificar a afirmação de que as marcas corporais presentes, no sujeito, objeto desta pesquisa, dizem respeito a uma letra de gozo que não cessa de se escrever e que espera ser lida como significante para ser dialetizada, posta em questão e em circulação simbólica, ou seja, sair do registro do real pulsional mudo, para o registro do semblante que se faz acompanhar de palavras. A letra não consiste apenas em relações como o significante que sempre representa para, em virtude dessa característica o significante é sem positividade, ao contrário da letra que é positiva em sua ordem. Como no significante, o que prevalece e é primário é a diferença e não a qualidade, ele é sem qualidade; ao passo que a letra é qualificada, pois segundo o autor acima referido, ela tem uma fisionomia, um suporte

sensível e um referente. Além do que, a letra, no discurso em que ela se situa, é idêntica a si mesma, enquanto que o significante em sendo não idêntico a si mesmo, não tem um si a que uma identidade possa ligá-lo. Ou seja, a partir dessas considerações, fica ainda mais claro que se trata mesmo de dar um mergulho, um banho significante na letra de gozo.

2.4. A instância da letra no inconsciente

A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud é um ensaio de Lacan (1998a), cujo título já nos convida e nos instiga, uma vez que se refere a um estado de autoridade e insistência de algo que não é da ordem do significante, mas da marca, do traço, ou seja, do Real pulsional no Inconsciente: a letra. Esse título sugere que no Inconsciente há algo mais. Estar estruturado como uma linguagem quer dizer muito mais do que apenas metáforas e metonímias.

Com essa última afirmação, queremos sublinhar que efetivamente há Real na estrutura. Algo da pulsão consegue aí se fixar sem deslizamentos ou substituições. Estamos precisamente nos referindo à outra dimensão do mecanismo da repetição que se apresenta não somente como repetição significante, mas como insistência, como algo que sempre retorna ao mesmo lugar. Assim sendo, a abordagem do que diz respeito ao que há de pulsional, de insistência no inconsciente, exige outras estratégias de abordagem que não só as comumente utilizadas quando se trata de cernir a dimensão significante do Outro. Estar estruturado como uma linguagem, insistimos, precisa ser lido incluindo a dimensão do signo. Melhor dizendo, somente a face significante da linguagem não dá conta da estruturação do inconsciente, posto haver, também na própria linguagem e, conseqüentemente no inconsciente, a dimensão da letra.

Nesse texto, o autor indicado (1998a) esclarece que a Psicanálise está a meio caminho entre o escrito e a fala. Aponta, também, que há uma diferença entre o escrito, onde prevalece o texto, a marca; e a fala, em que prevalece o deslizamento e a polissemia significante. Não deixa, porém, de sublinhar que a matéria prima da **experiência analítica** é a fala e não o *setting* ou o enquadre, deixando claro, portanto, que, nesse sentido, discorda daqueles psicanalistas que privilegiam esses aspectos absolutamente secundários para ele.

Avançando no texto, questiona-se sobre o sentido da letra e a define da seguinte forma: “designamos por letra o suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem” (Lacan, 1998a, p. 498). Deixa claro, portanto, que o inconsciente é muito mais um sistema de signos, do que a sede dos instintos, como acreditavam alguns analistas da sua geração. É nesse contexto, quando trata da questão do signo, que apresenta uma definição do nome próprio, considerando-o a pré-inscrição do sujeito no discurso: “também o sujeito pode parecer servo da linguagem, e o é, ainda mais de um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio” (Lacan, 1998a, p. 498).

Ora, é nítida a função que está indicada para o nome próprio, o de indicar um lugar no campo do Outro e de submeter o sujeito às suas normas e regras, para nele se inscrever. É fundamental sublinhar que Lacan articula o nome próprio não ao significante, mas ao signo que representa alguma coisa para alguém, aqui representando que este ente tem um lugar no campo do Humano, do Outro. Parece-nos essencial essa função do nome que não tem nada a ver com seu significado, mas com outra função do significante, que não é a de representar um significado, mas a de nomear, e com este ato, dar um lugar.

Arriscar-nos-emos, então, a afirmar que, nesse contexto, o nome próprio de gozo é uma “estrutura literante”, da ordem da letra no inconsciente, que permitirá sua decifração posterior, sua leitura. É uma letra que demanda uma leitura, que não é o mesmo que

decodificar, mas indicar sua sintaxe e sua lógica, pois como diz Lacan: “ver na borra de café não é ler hieróglifos” (p. 514). No que diz respeito ao nome próprio de gozo nada disto está dado de saída, pois o nome é uma escrita que é letra e que tem a ver com aquilo que está no âmago do ser “*Kern unseres Wesen*” (p. 522), com um significante que pode se inscrever como letra.

Nesse texto, Lacan ataca violentamente a posição narcísica que defende “o sou o que sou” (p. 521). Defende que, na verdade, há uma excentricidade radical de si em si mesmo e sobre tal se indaga: “qual é, pois, esse outro a quem sou mais apegado do que a mim [ego], no seio mais consentido de minha identidade comigo mesmo, é ele que me agita?” (Lacan, 1998, p. 528). Ousaremos responder a esta pergunta deixada sem resposta, com uma assertiva: é o nome próprio de gozo, responsável pelo que é capaz de debilitar o próprio organismo, chegando até a consumir-se. “É a verdade... que o sujeito grita através do seu sintoma” (p. 522). Diríamos, parafraseando Lacan (1998a, p. 522), que o nome próprio de gozo não deixa de ser também, outro nome do sintoma, como o que há de mais singular e que insiste num universo do todos iguais, em série, sem diferenças, porém como potência que é capaz de estiolar o corpo e é esbravejado em atuações. Estamos diante de um curioso paradoxo: o todos iguais, direitos iguais não fica sem preço. Eis uma iatrogenia da democracia que propõe, entre outras coisas, é claro, o apagamento da diferença e da disparidade dos lugares.

Apresentamos agora uma indicação que nos sustenta nesta inferência: “Para que a própria questão venha à luz e sabemos que Freud chegou a ela no Para-além do princípio do prazer, é preciso que haja inconsciente” (p. 529). Lacan prossegue esclarecendo que o que Freud nos propõe atingir “*Kern unseres Wesen*” (Lacan, 1998a, p. 522), o âmago do ser, aparece nos caprichos, nas aberrações, nas fobias, nos fetiches, tanto quanto no personagem levemente policiado. De nossa parte, gostaríamos de entrar nesse diálogo, propondo que o nome de gozo é quem melhor fala disto e tem a ver com algo da ordem do desconhecido mais

radical no sentido que propõe Lacan (1998a) quando diz: “se o sintoma é uma metáfora, dizê-lo não é uma metáfora, nem tampouco dizer que o desejo do homem é uma metonímia” (p. 532). É uma nomeação que embora imaginária não deixa de ser uma tentativa de colocar algo que faça sentido, que faça furo no real.

Esta é a nossa mais recente leitura de *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, leitura importante nos dias de hoje, sublinhe-se de hoje, porque aquilo que Lacan sugeria, em 1957, comprova-se com todas as **letras** nos dias que correm. É de letra que se trata neste tipo especial de nome, pois há da letra no inconsciente. Concordamos, no entanto, e não poderíamos deixar de destacar que Lacan (1998a), neste mesmo texto, postula que a solução do impossível está em se tentar encontrar o equacionamento significante de todas as formas possíveis de impossibilidades.

Há uma relação entre o trabalho de ciframento da letra no inconsciente, e o trabalho analítico, que pelos seus cortes produz a escrita das letras que caem do ciframento de gozo do significante. É por isso que, nesse texto, Lacan nos convida a ler ao pé da letra essa face do significante fincada no real. Esse ciframento de gozo é o que constitui o sintoma e que enlaça pulsão e palavra. Tudo isso justifica pensar numa escuta que consiga ler a escrita falada pelo corpo marcado pela fala, seja ela muda ou articulada, que podendo ser inscrita como letra, transcreva e leia aquilo que até então falava de si para si, num circuito de morte, e de cuja releitura advenha algo da vida. Sem dúvida, é de letra que se trata, mas a solução é do campo da fala, “dos meandros da dialética e da semântica” (Miller, aula de 04.05. 2011, s/nº p.). Seguimos, portanto, no campo da linguagem e não fora dele, visto que a matéria prima da experiência analítica é a fala.

CAPÍTULO 3

A FUNÇÃO DA NOMEAÇÃO NO ÚLTIMO ENSINO DE LACAN

Este capítulo tem por objetivo acompanhar as vicissitudes da função paterna, ou seja, mostrar a passagem da função metafórica à função de nomeação, que coincide com a orientação para o real, cuja via é o corpo, e marca o que é conhecido sob a alcunha: último ensino de Lacan, cujo início se deu nos anos setenta. Esclarecemos, no entanto, que não se trata de uma síntese, mas de um recorte, da escolha de sublinhar alguns pontos de inflexão, escolha esta que traz como consequência inevitável, senão necessária, a parcialização. Este recorte se constitui numa série de respostas e, ao mesmo tempo, numa série de perguntas com que inesperadamente nos deparamos. Esperamos, então, que este capítulo não feche, mas abra o debate e provoque a discussão, termômetro do quão aberto está ao intercâmbio de ideias que promovam novas indagações e novas investigações sobre tão importante e atual temática.

Com esse espírito, tentaremos acompanhar os avatares das formulações, seu avanço e a lógica que ordena a passagem de uma função a outra. Essa reformulação coincide com um deslocamento de perspectiva que coloca a ênfase da função paterna na nomeação, através da qual um pai consegue localizar seu filho na ordem simbólica. Ato de palavra que, ao mesmo tempo, inscreve o dom do amor no reconhecimento da filiação, mostrando assim o quanto essa função ultrapassa o sensório e o biológico, segundo palavras do próprio Freud (1975), a quem evoco, citando-o no seu célebre ensaio *Moisés e o Monoteísmo*:

Um avanço em intelectualidade consiste em decidir contra a percepção sensória direta, em favor do que é conhecido como processos intelectuais superiores – isto é, lembranças, reflexões e inferências. Consiste, por exemplo, em decidir que a

paternidade é mais importante do que a maternidade, embora, não possa, como esta última, ser estabelecida pela prova dos sentidos, e que, por esta razão a criança deve usar o nome do pai e ser herdeira dele (Freud, 1975, p. 140, v.23).

A nosso ver, essa indicação de Freud teve influência em todo o conjunto da teoria lacaniana da função paterna. Inclusive no redirecionamento desta, no que diz respeito a sua vetorização em direção à função de nomeação que forja singularidade, convoca, reconhece e designa alguém como sujeito e não como objeto à mercê do desejo caprichoso do Outro.

3.1. O pai do Nome

No seminário *A angústia* (Lacan, 2005a), Lacan formalizou o conceito de objeto *a* como resto que cai da relação do sujeito com o Outro, resto pulsional não simbolizado, aquilo que não tem um nome no Outro e que pela sua própria existência e estrutura comprova que nenhum pai é suficiente para limitar **tudo** da relação primordial mãe-filho. Há, aí, algo que escapa à capacidade de simbolização da metáfora paterna e que é da ordem do gozo e da pulsão. O produto dessa incapacidade se manifesta como angústia.

Essa impossibilidade, associada ao declínio do Nome-do-Pai no Outro social e à primazia do corpo na contemporaneidade, levou Lacan (2007) a propor uma nova versão da função paterna pluralizando-a e invertendo-a, a função passa a ser a do pai que nomeia, e aqui passamos a uma teoria do nome como anunciamos anteriormente. Daqui por diante, lidaremos, então, com o pai nomeador, o pai do Nome que inscreve e nomeia e, como tal, faz

furo no real³⁶, exatamente como Adão fez com os animais: deu um nome a cada um, e com este ato algo se modificou no Real (Lacan, 2007, p. 13).

A função de nomeação é correlativa à passagem do singular do Nome-do-Pai ao plural dos diversos e possíveis Nomes do pai, como veremos no item seguinte. Destacamos que, embora se relacionem como função, o Nome-do-Pai e o pai do Nome não se recobrem. O pai do Nome tem por função nomear no sentido adâmico acima referido. Ato mais articulado à função criacionista do significante, presta-se a nomear algo que até então *ex-sistia* ao simbólico. Nesse sentido, podemos afirmar que serve para nomear e domar o que há de real no gozo, que é quem verdadeiramente está fora do alcance dos efeitos aculturadores do simbólico e do imaginário. Essa função do pai é da ordem de um ato de palavra, e não do registro da descrição de uma realidade pré-existente, ou mesmo do registro da comunicação de informações, nem da transmissão de mensagens.

Encontramos em Clerget (1990, p. 29) um modo de pensar que vai nessa direção, pois para ele “**nomear é inaugurar a existência**”³⁷. Como a nomeação consegue localizar o sujeito no campo do Outro, ela lhe oferece um lugar no sistema simbólico e, como tal, é da ordem do engendramento e da instituição de um *Alfa*. Nessa mesma linha de pensamento, Tesone (2009, p. 67), também se referindo a Clerget (1990) deduz que a nomeação é um ato que tem por efeito esburacar a onipotência narcísica do Um, estado originário da cria humana.

Segundo Dadoun (1983), a função da nomeação é evitar a dispersão humana pela face da terra. Para ele, a humanidade começa a existir com a aquisição do nome, na medida em

³⁶ O real é um dos três registros lacanianos, que junto com o simbólico e o imaginário compõem a estrutura do sujeito, borromeamente enlaçados pelo Nome-do-Pai. São registros relacionados de tal forma que a soltura de um implica no desatamento dos outros e o efeito é a deriva subjetiva e a conseqüente angústia, como afeto indicador de que algo na estrutura não funciona como deveria. O real é então o registro que tem a ver com o impossível em todas as suas formas e que diz respeito ao domínio de tudo aquilo que não alcançou, que está fora da simbolização.

³⁷ Nommer est inaugurer l'existence.

que o nome é a marca da divindade no humano. A nomeação é uma invenção humana para manter a morte à distância, “o nome vem da morte, sai da morte – para desafiá-la”³⁸.

Dentro do universo simbólico humano, a existência começa com a nomeação, embora lembremos, desde agora, que há existências sem nome como nos lembra Lacan, “a bactéria é sem nome” (Lacan, 2007, p. 13) e isso faz parte do real fora do simbólico, do pulsional a quem se ligará, por exemplo, o nome de gozo, exatamente se opondo e insistindo com fins de questionar a capacidade vivificante do nome.

Leicknam (1983, p. 15) nos informa que os antigos mesopotâmios consideram a nomeação um chamado para a vida. Para eles, um ser ou uma coisa não existem se não forem nomeados, a ponto de qualquer que seja sua significação, uma pessoa não pode viver sem nome. Para condená-lo à morte e à maldição eterna basta apagar seu nome que ela não vai se encontrar nem no céu nem na terra.

Goldstain (1983, p. 20) destaca a importância da nomeação no universo bíblico onde nomear é reconhecer. É da ordem do ato e uma decisão capital. Adverte que quando Pedro diz a Cristo que ele é o Messias, isto não é anódino, mas a abertura de uma passagem decisiva que vai decidir sobre sua existência e seu porvir. Lembra ainda que nomear é também decisivo para o nomeante, pois fala do seu lugar, do seu papel e do seu desejo. Os nomes outorgados são atos de fé. O pensamento de Soler (2007a) vai nessa mesma direção, pois para ela o nome que se outorga “é sempre o estigma do desejo do Outro em relação àquele que acabou de chegar” (Soler, 2007a, p. 172), é um significado do Outro que carrega a marca dos seus sonhos e expectativas, bem como dos seus lutos.

Com essas considerações introdutórias, pretendemos demonstrar duas coisas: primeiro, que Lacan se inclui, embora aponte outras nuances, numa tradição criacionista e

³⁸ Le nom vient de la mort, sort de la mort – pour la défier.

humanizante da função da nomeação, para onde desloca e localiza a função paterna, como bem o demonstra esta passagem do seminário *Problemas cruciais para a psicanálise*, que evocarei a seguir:

A função de nomeação é original. Tem um estatuto oposto à enunciação, à frase, seja ela proposicional, definicional, relacional, predicativa. A nomeação introduz no real isto que denomina e não é o mesmo que colar a uma coisa que já estava posta uma etiqueta para reconhecê-la depois. A nomeação leva à formação do conceito. Essa etiqueta está longe de ser algo que já estaria armazenada, bem arrumada como um registro de acessórios. A nomeação, a etiqueta da qual se trata parte da marca, do traço, de algo que, entrando nas coisas e modificando-as, está na origem do seu estatuto de coisa”. (Lacan, 2006, p. 283).

Percebemos claramente o caráter fundante da nomeação que dá aos objetos subsistência e alguma consistência, como bem diz nesta passagem:

O poder de nomear os objetos estrutura a própria percepção. O *percipi* do homem só pode manter-se dentro de uma zona de nominação. É pela nominação que o homem faz subsistir os objetos numa certa consistência. Se estivessem apenas numa relação narcísica com o sujeito, os objetos não seriam percebidos senão de maneira instantânea. (Lacan, 1983, p. 215).

Com isso o autor quer dizer que “o nome é o tempo do objeto” (Lacan, 1983, p. 215) e que a nomeação é pacto; é fazer entrar na ordem das relações humanas, conforme constataremos, a seguir:

Se o sujeito humano não denominar – como o Gênesis diz ter feito no Paraíso terrestre – as espécies mais importantes primeiro – se os sujeitos não se entenderem sobre este reconhecimento não haverá mundo algum, nem mesmo perceptivo, que se possa manter por mais de um instante. A juntura está aí, a surgência da dimensão do simbólico. (Lacan, 1983, p. 215).

Faz-se necessário chamar a atenção para a importante distinção que existe entre comunicação e nomeação como bem nos esclarece Miller (2006) quando nos lembra que a comunicação faz laço com o Outro, ao passo que a nomeação não visa se entender com o Outro sobre o sentido, mas acrescentar algo ao Real que faça sentido.

Vale destacar que na última parte do seu ensino, ou seja, a partir dos anos setenta, com o seminário *Mais, ainda*, Lacan (1985c) sobrepõe a nomeação à comunicação, e busca deixar bem claro a diferença acima referida, através do seu apólogo do voo das abelhas. O apólogo diz o seguinte:

Vejam o voo de uma abelha. Ela vai de flor em flor, ela coleta. O que vocês aprendem é que ela vai transportar, na ponta de suas patas, o pólen de uma flor para o pistilo de outra flor. No voo de um pássaro que voa baixo – vocês chamam isto um voo, mas, na realidade, é um grupo, num certo nível – vocês leem que vai haver tempestade. Mas será que, eles, leem? Será que a abelha lê que ela serve à reprodução das plantas fanerógamas? Será que o pássaro lê o augúrio da fortuna, como diziam antigamente, quer dizer, da tempestade?

Aí é que está toda a questão. Antes de mais nada, não está excluído que a andorinha leia a tempestade, mas também não se está certo disto (Lacan, 1985c, p. 52).

Destarte, é preciso destacar que Lacan considera esse transporte fecundante da ordem da comunicação: “a abelha transportando o pólen da flor macho à flor fêmea, eis o que muito se parece com o que diz respeito à comunicação, função que participa da mensagem” (1985c, p. 37). Sabemos que aí a pergunta que se impõe é: o que isto quer dizer? Ao passo que na nomeação esta pergunta não é essencial, pois aí o que interessa é o ato criativo que toca num pedaço de real, modificando-o, a partir de então. Nomear é da ordem do que fizeram Adão, Galileu, Newton, Freud, Lacan e Joyce, e tantos outros que, com suas nomeações, deram nascimento, extraíram algo do real e trouxeram para o universo simbólico o que não estava inscrito antes do ato nomeante. A lei da gravidade, por exemplo, só passa a ser um princípio básico da Física depois de nomeada, antes existia em estado natural, mas não servia, não se instrumentalizava a serviço do Homem.

São considerações que servem para mostrar o avanço e o alcance da mudança de enfoque proposta, de localizar na função paterna a função de nomeação considerada por ele divina, “a criação é divina por se referir à nomeação” (Lacan, 2007, p. 13) e, principalmente, mostrar a importância da função radical, dita paterna, de dar um nome às coisas (Lacan, 1974 - 1975, p. 46).

O segundo aspecto que nos interessa destacar, como vimos, é que não é possível falar de nomeação sem falar da função paterna, porém, a partir do momento em que adota o paradigma da nodalidade dos registros Real, Simbólico e Imaginário (Lacan, 1974-75. RSI), o Nome-do-Pai como metáfora evolui para a função de nomeação e o Nome-do-Pai singular e universal enfraquece, dando lugar a sua pluralização mais compatível com a função de quarto elemento, que mantém na cadeia borromeana, juntos os outros três registros. O pai que nomeia é, como bem diz Ferrari (2006, p. 62), “o pai-sinthoma”, aquele que opera a distinção entre os registros e os enlaça borromeamente. Prossegue a mesma autora: “nomear não se restringe ao fato cultural de transmitir o sobrenome, ainda que essa transmissão tenha valor

simbólico. Nomear significa retirar o sujeito da condição alienada de ‘nomeado para’, relativo a uma designação materna ou social, que expressa aquilo que o sujeito deve ser”, e que Lacan (1973 - 1974, p. 74) considera o signo de uma “degeneração catastrófica” regida por uma “ordem de ferro” (p. 72).

A pluralização se faz, então, uma necessidade lógica, a partir do momento em que a clínica passa a ser mais pragmática do que ontológica. Mais preocupada em garantir aos sujeitos um funcionamento, por mínimo que seja, do que responder a questões sobre a verdade e a essência do ser. A garantir de que qualquer invenção singular possa fazer a mesma função de “fixação” inerente à função paterna. Passa-se da necessidade de inscrição do Nome-do-Pai que diferenciava a neurose da psicose, para a utilização de qualquer recurso que impeça a dispersão, a perda das fronteiras corporais e a angústia.

Vale ressaltar, no entanto, que quando Lacan (1998b) em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* conceituou a metáfora paterna, foi porque percebeu, através da clínica, que a ausência paterna que decidia a estrutura não era a ausência real, mas a ausência de referência ao Pai no discurso da mãe. Com a conceituação da metáfora paterna, ele “desmitologizou” o Édipo e o pensou como uma operação significante, o que em si foi um avanço, na medida em que se deu um distanciamento da realidade, deixando mais solta a função do pai. Essa época coincidia com um período em que o que importava era o significante, o desejo, a linguagem e a fala, enfim, tudo que tinha a ver com o Simbólico.

Do singular ao plural, o que se passará será uma mudança conceitual de peso que atingirá a própria prática clínica, principalmente, a clínica da psicose, possibilitando uma ampliação pragmática da perspectiva, ou seja, dando-lhe novo alcance e eficácia, na medida em que será uma clínica da estabilização muito mais do que de idealizações, identificações ou mudanças fantásticas e grandiosas. Será uma clínica realista e eficaz, menos elitista e idealizada. Clínica que supõe que cada sujeito poderá encontrar uma solução singular que lhe

sirva para fazer-se um nome e com ele se sustentar no laço social. Da retórica à lógica o que se passará será, como já dissemos, uma mudança conceitual de peso e de longo alcance, como tentaremos demonstrar no item seguinte.

3.2. Do singular ao plural, ou da retórica à lógica

A aula de 20 de novembro de 1963, sobre o que seria o seminário *Os nomes do pai* marca a virada do que será o afastamento lacaniano das questões do sentido, e de sua aproximação das questões do real, ou seja, daquilo que, na experiência clínica, não consegue ser capturado pela transferência nem ordenado por um discurso endereçado ao Outro e com fins de estabelecer laço social. Nessa única aula, Lacan (2005b) anuncia que passará a falar sobre Nomes do pai no plural e não mais no singular, inaugurando com este ato de palavra uma nova *pai(s)sagem*.

Para ele, falar dos Nomes do pai é um progresso, um avanço inevitável da função Nome-do-Pai como metáfora paterna. Isto é em si uma heresia, uma vez que sugere um retorno ao tempo dos deuses, e é, de certa forma, um rompimento com a ideia do Deus único e todo-poderoso da Igreja cristã e hebraica, cujo “Deus afirma-se idêntico ao ser: eu sou aquele que sou” (Lacan, 2005b, p. 65). Esse Deus é, segundo o autor referido, o Nome inacessível que assim sendo é do registro do real (Lacan, 2005b, p. 78).

É, portanto, um Nome que se pretende singular, único, absoluto, e como tal não existe, não responde (Lacan, 2005b, p. 74). Esse fechamento, em si mesmo, é desfavorável ao necessário uso “da Lei, da ordem das estruturas de aliança e do parentesco” (Lacan, 2005b, p. 78), enfim da Cultura. Por isso, se faz necessário acrescentar-lhe algo, relativizá-lo, pluralizá-lo, torná-lo um nome que, entre outros, seja “uma marca aberta à leitura” (Lacan, 2005b, p. 74).

Com a passagem do singular ao plural, Lacan não só relativiza seu valor como amplia seu alcance. O pai é um nome entre outros. É o que funciona para manter unidos Real, Simbólico e Imaginário, necessários à boa ordem do funcionamento psíquico. O pai é então uma função: $F(x)$, ou seja, o que para aquele sujeito em particular funciona como Nome-do-Pai. Como $F(x)$ quer dizer que numa função, o elemento x tem a propriedade F . O x não é um nome próprio e supõe vários elementos que podem vir nesse lugar (Miller, 1992, p. 25). Lembremos que função descreve uma relação matemática especial entre dois elementos. Uma função é uma lei associativa, uma maneira de associar a cada valor do argumento x um elemento y . O termo variação é usado para descrever muitas formas de dependência funcional simples. O emprego usual é que uma variável, chamada variável dependente, é dita variar como resultado de mudanças de uma ou mais variáveis distintas, conhecidas como variáveis independentes (Iezi, 1974). Logo, o que a noção de função indica é uma associação, uma correspondência. Ou seja, a função relaciona elementos.

Segundo Miller (1992), com a pluralização dos Nomes do pai, há uma pluralidade que rodeia uma função e uma passagem da religião à lógica, o que implica ser o Nome-do-Pai uma função que pode ser sustentada por vários elementos, basta que desempenhem o papel do Nome-do-Pai.

Como já destacamos acima, essa mudança de perspectiva abre para novas e eficazes possibilidades, na medida em que, mesmo na ausência do Pai ou da inscrição do seu Nome (x), outro elemento significante pode substituí-lo e dar suporte ao enodamento dos registros.

R.S.I. (Lacan, 1974 - 1975) é um seminário nuclear na etapa nodal do ensino de Lacan, porque nele apresenta a estrutura tríplice do ser falante: Real, Simbólico e Imaginário que, se enlaçados e funcionando juntos, garantem o funcionamento da estrutura do que ele passa a chamar de falasser. Nesse mesmo seminário, aborda a questão da nomeação a partir dos Nomes do pai como função, lembrando que os nomes do pai são nomes que se dão ao

pai, tais como: o amor ao pai, o respeito, o rei, a polícia, a família, a universidade, o exército, o sintoma e o quarto nó. Para uma melhor compreensão disso que acabamos de referir, vejamos como o próprio Lacan propõe essa nova maneira de funcionamento:

Colocarei agora a questão de saber se o atamento do Imaginário, do Simbólico e do Real se faz pela ação suplementar de um toro a mais, o da **função** [grifo nosso] dita do Pai. Essas coisas me interessavam há muito tempo, mesmo que eu não tivesse encontrado ainda essa maneira de figurá-las, que comecei Os nomes do Pai. Certo é que, quando comecei a fazer o seminário dos Nomes do Pai, e que pus como alguns o sabem, pelo menos aqueles que estavam lá, pus um termo, não foi por nada que chamara de Os nomes do Pai e não o Nome-do-Pai, eu tinha algumas ideias da **suplência** [grifo nosso]... é porque essa suplência é indispensável que ela tem talvez: nosso Imaginário, nosso Simbólico e nosso Real estão talvez para cada um de nós ainda num certo estado de suficiente dissociação para que só o Nome-do-Pai faça nó borromeano e mantenha tudo isso junto, faça nó a partir do Simbólico[nomeação] do Imaginário[da consistência] e do Real[da ex-sistência]” (Lacan, 1974 - 1975, p. 32).

Aqui, começa a deixar claríssimo que adotará a posição de tomar o Pai como nomeante, como pai do Nome. Aquele que vai dar nome e nascimento, pela nomeação, consagrando uma coisa com um nome que a fará nascer do Real. Qualquer significante pode ser convocado a cumprir essa função e comandar a cadeia, como fica evidente na seguinte passagem:

Não foi à toa que não falei do Nome-do-Pai; falei dos Nomes do Pai. Os nomes do Pai é isso: o Simbólico, o Imaginário e o Real. É isso os Nomes do Pai. O primeiro tempo

da imaginação humana foi consagrado com um nome: Deus que foi consagrado a dar um nome a cada um dos animais (Lacan, 1974 - 1975, p. 44).

O que essa passagem esclarece é que dar um nome às coisas é a função radical da função paterna como pai do Nome, e que esta nomeação é um dizer que diz respeito ao Real, ao contrário da metáfora que, como substituição significante diz respeito aos ditos, concerne ao Simbólico, e como tal diz respeito à verdade que pode mentir. Lacan (1974 - 1975, p. 47) ensina que dar nomes faz parte do Simbólico, mas diz respeito ao Real.

A essa altura de suas elaborações, neste mesmo seminário, inventa um neologismo “*N’homear*” (Lacan, 1974 – 1975 p. 53), para falar de um dizer em ato que cria, institui e designa. Cria o homem em sentido genérico, institui um sujeito e designa um lugar. Insistimos, uma vez mais, esta é a função capital do pai: o pai do Nome. É o pai que nomeia. Sublinhamos também que a função de nomeação é correlativa à passagem do singular do Nome-do-Pai ao plural dos Nomes do pai.

Conforme já destacamos anteriormente, vai ficando cada vez mais evidente que esse novo modo de ver as coisas abre uma perspectiva por demais promissora na prática analítica, principalmente, no tratamento dos casos raros e difíceis e das psicoses, pois “é na medida em que o Nome-do-Pai é também o pai do nome que tudo se sustenta” (Lacan, 2007, p. 23), porque do Simbólico surge algo que nomeia e faz buraco no Real. É dessa capacidade nomeante do pai que surge a possibilidade para o sujeito de fazer-se um nome a partir de uma nomeação que permita ao sujeito fazer uma “gambiarra” (Laurent, 2006, p. 20) quanto ao uso, ao saber se servir do Nome que lhe vem do Pai.

Segundo o autor acima citado, os tratamentos possíveis das psicoses sempre visaram ajudar o sujeito a nomear essa coisa inominável que é o gozo. Isto tem a ver com acolher, no trabalho do delírio, o que conduz a uma nomeação possível. “Essa nomeação é, ao mesmo

tempo, um empreendimento de tradução constante do que acontece, do que excede à significação” (Laurent, 2006, p. 20). Para ele, a psicanálise aplicada à entrevista psicanalítica com o sujeito psicótico é da ordem da tradução do que lhe acontece e que lhe surge como enigmático. Laurent (2006) propõe que a função do analista é ajudar o sujeito a, com uma nomeação, fazer-se um nome. Mas como, ainda segundo o mesmo autor, “está-se em um período em que temos o sentimento de poder fazer gambiarras quanto aos usos” (2006, p. 20), é preciso que neste fazer-se um nome o ideal seja cada vez mais individualizado, adaptado à atualidade em que o ideal já não é tão socializante, e sabendo disso propor ideais modestos como, por exemplo, aqui, autorizamo-nos a nos remeter a Paco: ser o melhor tatuador do seu estúdio seria um ideal modesto, viável, atingível, adaptado.

Laurent (2006) considera que, no fazer-se um nome, desta forma, há também um servir-se do Nome-do-Pai como Joyce, que se serviu de tudo que sabia para fabricar sua própria língua. “Quando Lacan diz: Joyce, o sinthoma, isso é dizer que como sinthome, Joyce é aquele que consegue identificar-se com seu esforço de produção de uma nova língua com *Finnegan’s Wake*” (Laurent, 2006, p. 21).

De acordo com o acima proposto, no tratamento psicanalítico das psicoses tratar-se-ia de acompanhar o sujeito em seu empreendimento de nomeação, isso porque “quando o sujeito consegue alcançar isso, encontra certa paz nessa tradução constante e aí terá sido obtido um tratamento psicanalítico possível do gozo” (Laurent, 2006, p. 21), mas isso só será alcançado, se o analista conseguir, da sua parte, não ceder ao gosto do tempo de nada padecer e de se anestesiar, por qualquer meio, diante de qualquer manifestação da contingência, nem ser obcecado por concepções ideais do sofrimento humano. O analista como “secretário inventivo do alienado é atento ao caso, bem centrado sobre o que se diz, não deixa escapar um encadeamento, laços e nós” (Laurent, 2006, p. 23).

Finalizamos este item sublinhando que uma ampliação pragmática de perspectiva no tratamento possível das psicoses só é possível por causa da pluralização dos nomes do pai que considera que o Complexo de Édipo é um sintoma, e que tudo se sustenta porque o sintoma não é menos necessário, ou seja, é necessário saber se servir do Nome-do-Pai. Isso mostra que a perspectiva da presença ou ausência do significante Nome-do-Pai, do tempo da metáfora, embora essencial era redutora, pois “o Nome-do-Pai não é suficiente sem o saber-fazer do sintoma” (Lacan, 2007, p. 23). Essa fórmula de Lacan aponta, então, para a importância pragmática do saber se servir do que se possui ou inventar quando não se possui, na ausência do que nada se sustenta. Disso, o sujeito que é objeto deste estudo é um exemplo paradigmático dos efeitos nefastos do não saber se servir por um lado e, paradoxalmente, por outro lado, do esforço titânico de “fazer-se um nome”.

3.3. O pai e a função *sinthoma*³⁹

Vimos, como a partir dos anos setenta, no ensino de Lacan, o Nome-do-Pai se transformou em pai do nome, ou seja, se transformou num operador, numa função que permite associar o simbólico e o real, através da pai-versão (Lacan, 2007) ou versão do pai que ensina a um sujeito um certo saber-fazer com o mundo, que lhe dê uma possibilidade de ter uma rotina em que significante e significado não sejam tão discordantes a ponto de tornar as coisas do mundo demasiado enigmáticas e angustiantes.

³⁹ “Sinthoma é uma maneira antiga de escrever o que posteriormente foi escrito sintoma” (Lacan, 2007, p.11). Com essa antiga grafia Lacan quer marcar que o Pai como sinthoma é o que enlaça, borromeamente, Real, Simbólico e Imaginário e com isto destacar que o sinthoma é aquele que permite, através de uma invenção, uma organização singular do gozo, protegendo, desta forma, a vida. Demonstrar isso é o que tentamos ao longo deste capítulo.

São os diversos nomes do pai que permitem que o simbólico apazigue a potencialidade angustiante do Real, não dominado pela regularização da cadeia significante, e que para alguns sujeitos pode ser conseguido, por exemplo, pela nomeação para um cargo, contanto que se inscreva como um *sinthoma* – outro nome do pai – que permita que as ordens simbólica e imaginárias não se desorganizem e que o real continue ex-sistindo sem invasões maciças de angústia.

Vale sempre ressaltar que algumas invenções nomeadoras, como no caso objeto deste estudo, nada mais são do que uma tentativa de localização, de capitonagem do gozo, ali mesmo, naquele ponto em que **um pai** não pôde operar. É justamente, aí, neste ponto preciso que a dimensão de letra da nomeação é convocada a operar como suplência da função vacante. É isto que é a função *sinthoma* suplente da função paterna. O que afirmamos se baseia na passagem do seminário R.S.I. em que Lacan (1975, p. 23) diz que é preciso que qualquer um [1] possa ser exceção para que a função de exceção se torne modelo, então afirma “qualquer um [1-colchete nosso] chega à função de pai”(p. 23). Um pai é, então, aquele que engendra a filiação, o amor e o respeito, basta que para isso consiga o justo semi-dizer conforme o seguinte modelo:

Um pai só tem direito ao respeito, senão ao amor, se o-dito amor, o-dito respeito estiver, vocês não vão acreditar nos seus ouvidos, père-versamente orientado, isto é, se tiver feito de uma mulher, objeto *a*, que cause seu desejo. Mas o que esta mulher acolhe, se posso me exprimir assim, nada tem a ver na questão. Do que ela se ocupa é de outros objetos *a*, que são os filhos, junto aos quais o pai inter-vém, excepcionalmente, no bom caso, para manter na repressão, no justo mi-dios (semi-dizer, semi-Deus), se me permitem a versão que lhe é própria por sua pai-versão

(père-version). Única garantia de sua função de pai, que é **a função de sintoma**⁴⁰.

Para isso, aí, é suficiente que seja um modelo da função.

Aí está o que deve ser um pai, na medida em que só pode ser exceção. Ele só pó-de ser modelo da função realizando o tipo. Pouco importa se tem sintomas, se acrescenta a eles o da père-versão paterna, isto é, que sua causa seja uma mulher que ele conquistou para fazer-lhe filhos e que a estes, queira ou não, lhes dedique um cuidado paternal. A normalidade não é a virtude paterna por excelência, mas só o justo semi-dizer (semi-Deus, semi-dit) dito há pouco” (Lacan, 1975, p. 23).

Lacan (1975) reconhece que é difícil para um pai conseguir intervir excepcionalmente do lugar da exceção para manter a repressão, ou seja, sustentar um justo semi-dizer que ecoe como um semi-Deus. Acrescenta ainda que “nada pior do que o pai que profere a lei sobre tudo: sobretudo nada de pai educador! Melhor aposentado de qualquer magistério (Lacan, 1975, p. 23).

Elmer (2000) relembra que a justa medida era uma definição de justiça em Aristóteles e que, por outro lado, segundo Freud todo pai é Deus. Também, para ela, a função do pai é uma função sinthoma $F(x)$.

Pernot (2012) considera o sinthoma como um complemento do nome, um saber-fazer-aí.

Miller (1997) considera o sinthoma um esforço para escrever, ao mesmo tempo, o significante e o gozo.

Lacan (2007) considera que o pai é um sinthoma, o quarto termo que liga RSI e que se trata de pai-versão, de versão em direção ao pai. Seu modelo é Joyce, que a seu ver (p. 15)

⁴⁰ Grifo nosso.

não soube, de início, se servir do Nome-do-Pai por ser “sobrecarregado de pai” (p. 23), e que busca pela sua arte tornar ilustre a família e a pátria.

Joyce só pôde ser o modelo de Lacan, de como é possível prescindir do pai, utilizando-se de um seu substituto, sua arte, porque os nomes do pai e a função $F(x)$ sinthoma o permitem, pois, segundo Lacan (2007, p. 67) “o pai de Joyce é um pai indigno”. Neste ponto, remetemos à passagem do R.S.I. anteriormente citada, para deduzirmos que se é indigno – de amor e respeito – é por não estar pai-versamente orientado, por não fazer de uma mulher a causa do seu desejo e não se ocupar dos filhos que com ela engendrou. Ainda é Lacan (2007, p. 86) quem nos informa que o pai de Joyce jamais foi um pai para ele, pois nada lhe ensinou e foi negligente em quase tudo. É de opinião que o sintoma de Joyce, sua megalomania, tem sua raiz nessa negligência paterna e que ele tenta uma compensação da demissão paterna, “dessa *Verwerfung* de fato” (Lacan, 2007, p. 86) no fato de ter se sentido chamado a ser um artista para fazer artesanato, aí onde o pai faltou. Joyce é, então, um exemplo de como fazer-se um nome serve para fazer face à carência paterna: “centrei a coisa em torno do nome próprio e pensei que, ao se pretender um nome, Joyce fez a compensação da carência paterna. A arte de Joyce é alguma coisa de tão particular que o termo sinthoma é, de fato, o que lhe convém” (Lacan, 2007, p. 91) e dispara: “a psicanálise, ao ser bem-sucedida, prova que podemos prescindir do Nome-do-Pai... com a condição de servir-se de” (p. 132), porque “a pai-versão é a lei do amor” (p. 146) que “se endereça ao pai por ele ser o portador da castração”(p. 146).

A partir de todo esse percurso e desta tessitura, arriscamo-nos a afirmar que o pai é um sinthoma, e que o sinthoma é um pai, aqui, entendido como aquele ou aquilo que permita a um filho-sujeito conseguir não se demitir do seu lugar de vivente e de cumprir a parte que lhe cabe na sua jornada, na aventura humana na Terra, mesmo que para isso tenha que fazer artesanato com o inominável e com esta singularidade fazer-se um Nome, um *Sinthoma*,

porque é possível sim enodar-se a partir deste que é, em suma, a forma como cada sujeito se esforçou para poder se estabilizar. Enodar-se por um *sinthoma* é também uma nova forma de mostrar que é mais importante o valor de uso do *sinthoma* do que o valor de troca que possa ter, que é impossível desvencilhar-se da finalidade da pulsão de sempre satisfazer-se, mas que é possível inventar outra via que não a repetição, que tem a ver sim com a pulsão de morte. O *sinthoma* como nome de gozo é mais apropriado para escrever o nome particular, a invenção singular, o verdadeiro nome próprio do sujeito, sem, no entanto, perder de vista que é *mister* checar se o *sinthoma* como invenção, como tratamento do gozo, é uma boa solução ou se é muito invalidante. É preciso, então, estar atento ao que entra no lugar da variável $F(x)$, qual o instrumento utilizado para forjar a função *sinthoma*, em outras palavras para articular o sentido e o Real.

No entanto, a maior lição que nos deu Lacan com essa mudança de perspectiva foi nos indicar e demonstrar que não há conceitos imutáveis em Psicanálise, que eles também são “invenções” para fazer face ao Real de uma Época e pedem renovação e revisão toda vez que a prática clínica sinalizar que já não funcionam como outrora. Isso porque, quer se queira ou não, a Psicanálise é uma prática em diálogo com a Época, e por isso precisa, se quer se manter letra viva, acompanhar as vicissitudes em curso. A resistência a esta realidade, o conforto da repetição, por tempo indeterminado, dos conceitos estabelecidos, não terá como resultado uma pretensa solidez epistêmica, mas seu declínio, sua transformação em discurso

ultrapassado, prática inoperante, sem serventia nem seguidores, em um novo Oráculo de Delfos⁴¹.

⁴¹ Era o mais importante centro religioso da Grécia antiga. Entre os séculos 8 a.C. e 2 a.C., ele foi muito procurado por pessoas que supostamente recebiam previsões sobre o futuro, conselhos e orientações. A cidade de Delfos era a sede do principal templo grego, dedicado ao deus Apolo, e em cujos subterrâneos funcionava o famoso oráculo. Na mitologia, o local pertencia originariamente a Gaia (divindade que representa a Terra) e era guardado por sua filha, a serpente Píton. O deus Apolo, associado ao dom da profecia, teria assumido o controle do lugar após matar a serpente, que caiu numa fenda do solo e teria entrado em decomposição, passando a emitir vapores intoxicantes. Os gregos acreditavam que, quando uma sacerdotisa - uma mulher de vida irrepreensível escolhida entre as camponesas - inalava tais gases, ela tinha seu espírito possuído por Apolo, que fazia as profecias por meio dela. "A forma mais conhecida de consulta consistia em fazer uma pergunta à sacerdotisa, conhecida como pítia.

Numa espécie de transe mediúnico, ela pronunciava as respostas em versos semelhantes aos usados nos poemas *Ilíada* e *Odisséia*, de Homero", diz Fernando Brandão dos Santos, professor de literatura grega da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Araraquara (SP). O centro religioso era consultado por cidadãos comuns e também por líderes políticos, que usavam as profecias para orientar seus governos. Após o Império Romano tomar Delfos, no século 2 a.C., o local sofreu diversas pilhagens e a posterior expansão do cristianismo também contribuiu para a sua decadência. O templo pagão foi fechado definitivamente por um decreto do imperador Teodósio no final do século 4.

PARTE II

NOMEAÇÕES E MARCAS: um artesanato com o gozo

CAPÍTULO 4

DA META-ANÁLISE À MARCA DO CASO

A problemática da investigação científica, em qualquer área do conhecimento, exige a delimitação de um campo de pesquisa. O desta tese situa-se em torno de questões envolvendo os conceitos de nomeações e marcas corporais. O referencial central de leitura, uma vez que o trabalho bibliográfico é nela essencial, é, principalmente, Freud, Lacan, à luz principalmente da leitura lacaniana de Jacques-Alain Miller, e de outros autores pós-freudianos e lacanianos que consideramos necessários, ainda que o que se pretendeu realizar, não tenha sido nem uma reprodução, nem uma mera descrição do que já disseram.

A apresentação da clínica varia ao longo das obras de Freud e Lacan. Partiu-se com Freud (1976b), do relato exaustivo e detalhado, tipo memorial do caso, para se chegar às chamadas vinhetas clínicas lacanianas, que visam indicar a marca singular, paradigmática, do caso em análise. Lacan não apreciava e até mesmo criticava a prolixidade do caso clínico. Interessava-se, sim, pelo ponto nevrálgico do caso que o tornasse a um só tempo singular e paradigmático. Para ele, o caso devia remeter-se à estrutura, primeiramente, como estrutura clínica considerada como sistema formal constituído por um conjunto de elementos e das relações entre eles, porque daí se podia extrair muito mais conhecimento do que da dimensão puramente histórica da narrativa. Em outras palavras, para Lacan (1983) sempre foi fundamental não somente considerar os elementos histórico-narrativos, mas principalmente descobrir a trama lógica, a sintaxe que rege as relações, a fim de operar cálculos que ajam sobre os elementos de tal sistema, uma vez que se conheça a organização deste, lembrando que o primeiro indício da operatória de uma estrutura é a repetição.

Destacar o ponto crucial de um caso seria a condição para que fosse um paradigma, como aquilo que é compreensível e como tal se presta à transmissão. É isso que se espera de um estudo de caso: que de um caso particular se consiga extrair consequências válidas para o gênero, que se possa enriquecer o que se pode saber sobre a estrutura a partir do que foi isolado. Segundo Miller (2010, p.360), “não se trata simplesmente de desacreditar a narrativa, para substituí-la pela lógica, mas de recordar, no próprio fragmento do caso, o realismo da estrutura”⁴². Em outras palavras, o que merece o nome de caso é aquela construção que se dedique a uma rigorosa observação dos detalhes, capaz de formalizar uma metapsicologia.

A transmissão de um saber em Psicanálise tem a ver com um movimento de mão dupla, que implica aquele que ensina, o ensinante, e aquele que é ensinado, no sentido de que, ao transmitir a outrem, o ensinante ensina e aprende com aquele a quem ensina. Algo similar se passa no estudo de caso: no estudo de cada caso é a construção dele que se dá, posto que, em se tratando de caso clínico não se aplica a categoria do *a priori*, porque um caso é algo que se constrói na relação. Sendo assim, entendemos que um caso é sempre um relato, e relatar um caso implica em tecer sua ficção para se chegar ao que ele tem de mais singular e, ao mesmo tempo, de paradigmático (Siqueira, 2008). Esclarecemos, ainda, que a marca do caso produz um efeito de questionamento no investigador, que pode mobilizar uma discussão, um relato ou uma escrita e até transformar-se em teoria. O que produz, então, é um efeito de questionamento, um efeito significativo e não um efeito experimental palpável. Propomos, então, que a marca do caso (*le trait du cas*), como nos ensina Dumézil (2010), o distingue de todos os outros, uma vez que está diretamente ligado a quem o escuta ou a quem o lê. Isso porque a leitura de uma fala desloca o pesquisador para a posição de alguém que se deixa afetar pelo movimento significativo do discurso daquele que ele lê, para localizar a marca do

⁴² No se trata de arrojar no sé qué descrédito sobre la narración para sustituirla por la lógica, sino de recordar, en la reseña del caso mismo, el realismo de la estructura.

caso, precisamente como o que liga história e, o mais singular da estrutura encarnada no sujeito. Logo, o mínimo que se pode esperar de um caso é que o ouvinte, ou o leitor, tenha um lugar, porque o caso, em psicanálise, produz-se sempre em relação a um Terceiro, seja ele, um supervisor, um leitor ou um público.

A marca do caso (*le trait du cas*), é um dispositivo formalizado e sistematizado por Dumézil (2010)⁴³ em 1983, a partir de uma indicação de Lacan, na quarta capa da 1ª edição da revista *Scilicet* de 1968, e que propomos utilizar como o operador metodológico desta pesquisa. Encontramos, em Santos (2000), numa referência a Foucault, um apoio à nossa proposta de utilização da marca do caso como operador metodológico neste exato ponto de suas proposições:

O grande mérito de Foucault foi ter mostrado as opacidades e os silêncios produzidos pela ciência moderna, conferindo credibilidade à busca de “regimes da verdade” alternativos, outras formas de conhecer, marginalizadas, suprimidas e desacreditadas pela ciência moderna. O nosso lugar hoje é multicultural, um lugar que exerce uma constante hermenêutica de suspeição contra supostos universalismos ou totalidades (p. 27).

A grande inovação da utilização da marca do caso, nesta pesquisa, foi elevar este conceito a operador metodológico, porque compreendemos que ele é um instrumento que permite que um pesquisador possa analisar dados que não foram coletados por ele, ou seja, possibilita analisar o dito a outrem e não perder o estatuto de singularidade, ao mesmo tempo em que se pode destacar outros matizes além dos que foram observados pelo pesquisador *in*

⁴³ Segundo o referido autor, essa indicação, teria sido retirada das edições seguintes, para nunca mais aparecer.

praesentia. Em sua sistematização da referida indicação de Lacan, Dumézil (2010) concebeu um dispositivo distribuído em três tempos: a exposição privada do caso, com a devida implicação do ouvinte, que se constitui na primeira elaboração; a exposição pública dessa primeira elaboração, em seguida a constituição de grupos de trabalho com fins de aprofundamento teórico-clínico, visando a um efeito de transmissão em ato, do discurso do analista. Vale aqui esclarecer que a utilização da marca do caso como instrumento metodológico, no presente trabalho, centrou-se nos momentos de pesquisa e posterior transmissão dos pontos que foram selecionados para investigação, posto que as etapas anteriores já foram realizadas por Pereira (2007) pesquisadora do caso aqui estudado.

Um dos aspectos essenciais dessa proposta é atingir a “dimensão teorígena” (Dumézil, 2010, p. 17)⁴⁴ do caso, posto não se tratar de inventar conceitos preexistentes. O objetivo da marca do caso como operador é a transmissão, a busca de liberdade – uma leitura própria – sem abandonar, ou melhor, com fins de rigor do enquadre científico. A marca do caso como “teorígena” não é da ordem do puro imaginário, no sentido de miragem, mas uma construção lógica, de uma invenção de saber, à qual se sabe que nada vem a corresponder na realidade.

É uma ficção operatória, um agente de distanciamento, de deslocamento. É a passagem da enunciação à escrita. Escrita aqui tomada como algo que permite abrir para uma palavra, para um significante novo, posto que existe um “mais além” do caso que é transmissível, um *a posteriori* que permite um avanço no trabalho. Enquanto ficção designa um processo a isolar em que se trata de se inscrever. É o traço que está no entre dois, o que fala e o que escuta e que pode se manifestar como uma parada, um bloqueio ou como uma invenção, ou mesmo um avanço. Sendo assim, a marca do caso, ao possibilitar a passagem do privado ao espaço público, é uma forma preciosa e rigorosa de transmissão da Psicanálise

⁴⁴ La dimension “théorigène”.

como corpo teórico e clínico. Ela, a marca, aparece em um traço, em algo da ordem do inesperado, em um questionamento, em um estranhamento como algo da ordem do que surpreende, da contingência, do imprevisto que permita a construção de uma ficção teorígena como aquilo que faz existir um ser abstrato.

A ficção é um operador abstrato que faz com que algo possa existir logicamente. A referência ao inconsciente autoriza um uso do termo ficção, totalmente diferente da sua definição dicionarizada ou do senso comum, que a compreendem como uma produção que tem sua origem no imaginário. É aqui considerada uma construção e, como tal, uma hipótese, uma ficção lançada para apreender uma verdade. No dizer de Freud, em *Construções em Análise* (Freud, 1976c) o que se busca é, com um simulacro de isca, agarrar uma carpa de verdade. Aqui Freud se refere à passagem do *Hamlet* de Shakespeare, Ato II, cena I, em que Polônio, querendo descobrir a conduta do seu filho Laertes, envia Reinaldo para espioná-lo e o orienta a se dirigir às pessoas do lugar com proposições hipotéticas sobre sua conduta para instar seus interlocutores a responderem a verdade. Ensina que é assim que agem as pessoas de talento e de experiência, com rodeios e por meios indiretos, indiretamente, atraem uma “carpa de verdade” (Shakespeare, 1981, p. 229). Isto porque, para Freud (1976c), nada se perde no aparelho psíquico: tudo está lá. Ao contrário da arqueologia, em que os elementos procurados podem ter sido queimados, destruídos ou modificados de uma época para outra e terem se constituído em outra coisa, na vida psíquica se pode reencontrar, reconstruir, porque o que foi perdido está perdido lá. Nesse mesmo texto, esclarece que as marcas são conservadas intactas, porém inacessíveis. Estão lá, mas de forma inacessível. Logo o que é posto em jogo na construção é este caráter de inacessibilidade das marcas. Dessa forma, toda construção se faz sobre um fragmento de perdido da e na realidade psíquica, mais exatamente sobre um fragmento inacessível. Portanto, pode-se afirmar que a construção freudiana que nos interessa é uma ficção, uma verdade que tem forma de ficção. É muito importante que,

com uma falsa isca, se pesque uma carpa de verdade. É aqui que nos situamos. Por meio de um dispositivo, reconhecido pelo seu formalizador - Dumézil - como da ordem da ficção, no sentido que viemos lhe dando, queremos pescar uma carpa de verdade. Isto porque compreendemos, com Freud, Lacan e Dumézil, que toda construção é uma ficção que permite fisgar uma verdade; que uma construção é uma hipótese, uma ficção lançada para pescar uma verdade. A nossa intenção foi, então, pescar, captar a marca inacessível, sem inscrição simbólica, perdida dentro do aparelho psíquico, e que não cessou de retornar em acontecimentos no corpo.

De acordo com o acima postulado, não bastava referir as palavras do sujeito, foi preciso, a partir do seu discurso, isolar a marca do caso. Lembramos, uma vez mais, que esta última não diz respeito a relatos exaustivos de tratamento nem impulsiona na direção do conto. Não tem nada a ver com proliferação imaginária desenvolvida no relato, como memorial de uma análise, porque a mera acumulação de saber não produz nada de verdadeiro (Dumézil, 2010).

A teoria é aqui uma referência para dar conta de uma realidade subjetiva, e como tal é uma ficção. É uma ficção teorígena, um discurso teórico, na medida em que é operatório, porém, não fixado e, muito menos, dogmático. É o que opera na leitura pela via de uma ficção criativa, que permite uma abertura para o singular de cada caso. Dito de outro modo, é um ponto de escolha inscrito em uma determinada temporalidade.

É uma ferramenta metodológica, a qual permite que pontos clínicos, localizados nos limites da representabilidade possam ser postos em circulação. Possibilita articular o singular, o categorial e o geral que os distribui segundo uma configuração particular, ou seja, há um trabalho sobre o categorial e passagem do particular ao geral, na medida em que propicia que algo se aprenda, que as articulações se estabeleçam e as conexões se façam – na diferença – entre um caso e outro. Trata-se de uma progressão reflexiva, pois as definições de categorias

clínicas aí encontram um afinamento progressivo, ao mesmo tempo, com novas conexões ou com conexões já conhecidas.

A marca do caso como operador metodológico visa ao “que se passa”, ao fragmento como colofão que aponte o ponto agudo de uma questão atual. Tratou-se, pois, de fazer trabalhar posições enunciativas-instituintes, distinguindo-as da pura ficção denotativa. O que se evocou foi o que ligava história e estrutura, o que nos permitiu ir gradativamente passando do teorígeno à teoria. Mas, teoria compreendida como corpo teórico, que admite o imponderável, como o que fura a série. Teoria que acolhe o novo, saído da reflexão e que acrescenta à construção, ao corpo teórico estabelecido, o risco de modificar sua harmonia e estabilidade. Na linguagem de Santos (2000), a crise propulsora da criação.

A razão da proposição da marca do caso como operador metodológico foi porque ela é um método que implica uma relação com a fala do sujeito, em busca do ponto preciso em que algo do real foi fisgado por aquele que lê ou escuta. Permite detectar a marca do caso no entre dois, e que só um terceiro, um outro, pode distinguir. É um método que permite o enlaçamento dos diferentes momentos, num mesmo movimento, daquilo que foi dito, escutado e, posteriormente, lido e exposto.

Para Dumézil (2010), a marca do caso tem a ver com o traço unário freudiano, relido e sistematizado por Lacan (2003a), enquanto ponto de partida, de onde se produz a incidência do significante no desenvolvimento. Ponto inaugural da estrutura de onde advirá a história. A marca do caso, como o traço unário, é o que dá o essencial, aquilo que está no coração do ser, não encontrável nem na história, na historiografia ou historieta. É o que possibilita uma nova edição do tempo pela via do ato enunciativo que abre acesso ao registro do inscritevel, do representável que tem impacto no real da repetição de gozo. Por isso, nossa tese se propôs a estudar nomeações e marcas corporais, como artesanato do impossível, na medida em que é possível inscrever o vazio de significação como conjunto vazio. Esta é a função da

psicanálise: inscrever um vazio, como vazio, para que o sujeito possa inventar um saber-fazer-aí, singular, que lhe permita criar, a partir da marca do não inscrito.

A estrutura se funda por uma operação que escreve uma impossibilidade, que é a inscrição de uma marca. A marca não tem função de representação, mas de unir como cópula o idêntico com o diferente. É uma marca prévia à identificação que instaura a diferença, e sobre a qual se assentam as identificações e suas significações. Quando cai uma identificação há o encontro com a marca. A repetição é a operação que faz a marca se perder como originária e se transformar em situação repetida, neste nível, possível de inscrição.

Na presente pesquisa, trabalhamos com o conceito de traço unário como marca primeira, advinda do campo do Outro, sobre a qual se funda o sujeito e suas representações, a partir da marca do caso, como operador metodológico, porque visamos localizar o singular do caso estudado. Trabalhamos com o conceito de repetição como repetição de gozo, e com a noção de gozo como mais um dos operadores conceituais que está para além do princípio do prazer. Com isso queremos dizer que trabalhamos a partir desta lógica e não da lógica edipiana, como operação simbólica sobre uma fantasia imaginária.

Buscamos identificar a marca da nomeação e seu efeito de gozo sobre o corpo. Por essa razão estudamos o conceito de marca em Lacan, tal como ele a conceitua em seu Seminário de número 9 – *A identificação* – e manipulamos, no sentido farmacêutico e cirúrgico do termo, a marca do caso como nosso instrumento metodológico.

Nosso trabalho teve por operador o impossível enquanto modalidade lógica que diz respeito ao que não cessa de não se inscrever e, como tal, volta sempre ao mesmo lugar, ou seja, com o gozo como o que está para além do princípio do prazer. Trabalhamos, em suma, no sentido de localizar o núcleo real existente no caso proposto, por acreditarmos que aí encontraríamos a marca singular deste.

Vê-se, claramente, que esse é o campo do pulsional como aquilo que escapa às nomeações do Outro, e que instauram uma ligação entre o sentido e o real. Uma vez mais se desvela que há algo de inominável, de real, na estrutura, que está na origem do que é marcado no corpo. O que se buscou foi estudar a resposta singular engendrada pelo sujeito quando do seu confronto com o que havia de enigmático no desejo do Outro.

A dimensão de marca do traço unário é a prova viva de que há uma função do significante que não é combinatória, que não produz significação, porque não há articulação. Nesse nível, o significante simplesmente marca, tem função de marca, e está aí, segundo Lacan (2003a), contrariamente a muitos outros, a função do nome próprio. O sujeito - como resposta à nomeação do Outro - funda-se sobre essa marca.

Por que e o que em O galo decapitado retorna sempre ao mesmo lugar como repetição de gozo? Qual a marca desse caso? A marca do caso proposta por Lacan e retomada e desenvolvida por Dumézil (2010) foi o nosso percurso e nossa questão.

Buscamos a marca porque, paradoxalmente, o perdido não está inativo. Está vivo – como os galos de Paco – produzindo efeitos de gozo no corpo, como uma fonte radioativa, não localizada, mas cujos efeitos são medidos e comprovados pelos estragos produzidos e detectados pelos instrumentos adequados. Neste estudo, as marcas corporais são as provas vivas desse efeito radioativo do traço, da marca não, ou mal nomeada, e perdida no coração da estrutura. Insistimos que nosso objetivo não disse respeito à expressão cultural do nome, mas ao nome que veicula o gozo. Também não nos interessou a realidade psicossocial, mas a dimensão real do nome, o que de inominável e de pulsional pode veicular um nome. Nome, insígnia, angústia, sintoma, eis a sequencia que buscamos rastrear. Identificar como um nome pode afetar um sujeito, e daí chegar ao sintoma como aquilo que tem uma aptidão especial para escrever o nome próprio do sujeito, na medida em que aquilo que faz insígnia para o

sujeito é também seu sintoma, porque demarca o ponto exato onde o verbo se fez carne, do qual a angústia é a bússola.

Em Paco, há um indicativo do demasiado da experiência de satisfação na matança dos perus. Esse elemento perdido na estrutura inconsciente apareceu como buraco, como algo não simbolizado, sem nome, onde o sujeito tropeçou e caiu nele sem cessar, repetidamente, das mais diversas formas. Por isso, a nomeação como arte de produzir um nome que dê conta do que se perdeu permite que um pesquisador-interpretante tome parte nesse jogo como mais um a nomear o que está como buraco na estrutura do inconsciente, enquanto cadeia significativa, uma vez que o que conta na nomeação é menos o sentido e mais a nomeação-inscrição, que cria um campo e dá um lugar.

Não poderíamos concluir um item como o presente, tendo em vista a própria lógica e ideologia da marca do caso, tomada como metodologia, ou seja, como uma ferramenta de trabalho, sem sublinhar seus limites. Como não poderia deixar de ser, é nas brechas de qualquer trabalho que outros surgirão. É da essência da marca do caso não se propor como totalizante e completa. É de sua essência “teorígena” pressupor que outras leituras poderão ser feitas. Esta nossa leitura só foi possível por isto, portanto aquilo que é um limite é também sua saída e não o contrário, segundo nosso ponto de vista. Casos que não estão em desenvolvimento são, de fato, uma saída e um limite, mas tem sido por essa dialética que a psicanálise tem avançado. A dialética psicanalítica não invalida a objeção, o limite, o resto; ao contrário. A contradição, por exemplo, ser saída e limite, é bem-vinda. Não seria esta uma metodologia propriamente psicanalítica que acolhe em seu seio as saídas-limites, não as fazendo limitantes, mas teorígenas? É deste lugar que vemos o método escolhido. Sabedora de que todo método, exatamente por ser um conjunto de procedimentos utilizados, segundo um plano e determinadas regras, utilizando determinados instrumentos é, por natureza, saída e limite. Por isso, existem vários. Ser saída e limite não é defeito do método aqui utilizado, ao

contrário, aí se concentra sua riqueza, riqueza esta procedente da própria natureza do conceito de método. Por essa razão, mais uma vez o defendemos e o utilizamos, acreditando ter feito a boa escolha.

A marca do caso utilizada como método e não como dispositivo, pois não estamos utilizando A Marca do Caso, com maiúsculas, esta sim, o nome de um dispositivo, não nos obriga a nos incluir para o nosso objetivo presente em todas as etapas do dispositivo. O que nos interessou na marca do caso, como método, foi extrair sua dimensão teorígena, a que faz passar do contato, da exposição, para a elaboração de um saber sobre o caso, construído justamente neste momento de tentativa de sistematização deste. Antes disso o que se tem é o relato, ou o atendimento, mas não um caso clínico, devidamente sistematizado e elaborado.

A escolha de Paco, como um caso clínico propício a ser construído pela marca do caso se deveu ao fato de ser originalmente objeto de uma pesquisa antropológica, onde não havia um caso. Nós construímos o caso no trabalho do mestrado (Siqueira, 2009), justamente porque algo de um estranhamento-questionamento nos mobilizou. Por ocasião da análise dos dados de fala dos sujeitos estudados observamos que havia nele algo a mais que a hipótese inicial da marca corporal como adorno, demanda ao Outro, desejo de cavar um lugar no campo do Outro. Nada disso dava conta. Nesse sentido as conclusões apontavam que estavam inconclusas que havia um algo a mais, um mais além, para o qual não se podia fechar os olhos, denegando ou desconsiderando. Nesse sentido, Paco desconstruiu-construindo nossas hipóteses originais, apontando para novos caminhos, novas conclusões; para a necessidade de uma nova reconstrução, esta de agora, a de fazer surgir a marca do caso. Cremos que a marca deste caso é que o verdadeiro nome próprio deste sujeito é o nome que singulariza seu gozo: O galo decapitado. Para utilizar o método, foi preciso que tivesse havido uma construção anterior do caso, para que fosse desconstruído e reconstruído, indicando a marca do caso, e isso, cremos verdadeiramente que o fizemos, na medida em que fomos questionadas por sua

fala estranha aos demais sujeitos e fomos capazes de a partir deste estranhamento formular questões teóricas-clínicas, como vimos tentado demonstrar.

Creemos que, como pesquisadora-intérprete, fomos afetadas pela singularidade desse caso e com isso nos tornamos sua interlocutora. A partir disso Paco nos disse alguma coisa, pois, para nós, suas marcas falam dele. Expõem-no ao olhar do outro, aparecendo como um típico “*unheimlich*” freudiano (Freud, 1976a, p. 275). O que buscamos com este trabalho foi responder à afetação que esse caso produziu em nós, para daí produzir algo teóricogeno-simbólico que nos tirasse do limite imaginário de ficar só imaginariamente afetada pelo olhar e pela estranheza que suas marcas provocaram. Eis aqui mais uma vez a marca do caso como um método que provoca a saída de uma viela, e aqui revira de método saída-limite para limite-saída, e eis que se completa o movimento dialético libertador e propulsor de criações.

Como a marca do caso advoga a queda do nome próprio e o advento da marca, pudemos aqui inscrever nossa tese e usar a presente metodologia, isto porque a fragilidade imaginário-simbólica do Nome próprio de Paco provocou o advento da marca como Nome próprio de gozo. O que em Paco nos afetou interrogando foi perceber que suas marcas não eram para serem vistas, mas para serem gozadas, e, como tal, não só nos ultrapassou, bem como ao saber da teoria, na medida em que a maioria dos autores as consideram marcas feitas para o Outro.

Finalizando, esse capítulo, diríamos que estudamos o caso Paco, buscando, pela via da metodologia da marca do caso, detectar o elemento medular de sua singularidade. *A posteriori*, autorizamos-nos a afirmar que a marca de seu caso é que seu verdadeiro nome próprio é seu nome de gozo.

CAPÍTULO 5

A ESCRITA SELVAGEM DO GOZO: UM NOME À ESPERA DE UMA LEITURA

“O Outro é o corpo e o corpo foi feito para ser marcado”

Jacques Lacan, 10.05.1967

“O que não pode ser dito pode ser escrito”

J-A. Miller, 04.05.2011

5.1. A substância gozante

A divisão cartesiana entre uma substância pensante e uma substância extensa responde pelo que Lacan (1985c, p. 32) entende como a “diz-mansão” do sujeito, porém, segundo o autor, a referida “diz-mansão” não diz tudo do ser falante que é outra coisa. Tal divisão abre espaço a uma metafísica que opõe o sujeito ao objeto. O pensante é o ser, e o corpo é o ter sobre o qual se pode operar e até colonizar, todavia o fundamento do sujeito em Descartes, “sua incompatibilidade com a extensão não é razão suficiente para identificar na extensão o corpo...” (Lacan, 2008, p. 363), “o corpo é, originalmente, esse lugar do Outro, enquanto é aí que se inscreve a marca enquanto significante”. (p. 379).

A partir da experiência freudiana, Lacan (1985c, p. 35) se sente convocado a ir mais além, na medida em que a clínica vai lhe mostrando que o sujeito não é aquele que pensa, mas aquele que diz besteiras e que a famosa substância extensa é uma substância de partes extra partes, e que daí, decorre o gozar, na medida em que “o gozo é alguma coisa de substancial e que é importante de produzir sob a forma que eu vou articular ao nome de um novo princípio...” (Lacan, 2008, p. 387) e que “comporta algo de natureza a fazer pôr em função outra forma de substância, a substância gozante” (Lacan, 1985c, p. 35). Essa

substância se localiza no corpo, no ponto preciso em que o “extenso”, não sabendo de sua satisfação, goza. “É aí que se supõe a experiência analítica” (p. 35), no cruzamento entre o significante e o real, “o que implica algo que não o parte extra partes da substância extensa” (p. 35), pois só se pode gozar de uma parte do corpo do Outro porque “isso só se goza por corporizá-lo de maneira significativa” (p. 35).

A partir de tais postulações, Lacan (1985c, p. 36) deduz que:

- a) o significante é a causa final do gozo, ele não é exterminador de gozo. Ele se situa no nível da substância gozante e não da substância pensante;
- b) o corpo é a causa material do gozo;
- c) a fala é a causa eficiente do gozo. E nos convida a ler o que está para além do dito, a decifrar o ajuntamento de letras do qual se compõe o inconsciente.

É dessa perspectiva, da função do escrito no discurso analítico, do analista tomado como um bom leitor (Lacan, 1985c, p. 67) que propomos ler o caso Paco, ocupando-nos em rastrear as marcas, os traços do “a-caso” que o conduziram ao encontro, “por irrepitível sempre repetido” (Pujó, 2000, p. 21) com a satisfação pulsional, em nada homeostática, regulável, equilibrada ou adaptativa, que usufruiu com o espetáculo dos galos decapitados.

Desejamos também destacar que, nos dias de hoje, a linguagem já não é a única morada do falasser, o corpo como lugar de gozo lhe faz concorrência, faz-lhe face e mostra que a palavra já não doma como outrora, mas instiga o consumo, inclusive do corpo. Paco é um exemplo paradigmático de como um falasser⁴⁵ pode ser paradoxalmente, ao mesmo tempo, prisioneiro e artífice do seu corpo, morada e lugar de gozo.

⁴⁵ Às três vezes em que usamos o termo falasser foram nos momentos em que quisemos dar destaque à junção do sujeito com o gozo do corpo de forma patente. Ao longo do texto, optamos por seguir usando o termo sujeito, seguindo os autores da Convenção de Antibes nos quais nos baseamos. Jacques-Alain Miller (1998) em um texto intitulado *El Ruiseñor de Lacan* que se encontra no livro *Del Édipo a la sexuación* usa o termo da seguinte forma: “Así, el sujeto humano, el ser hablante, nunca puede subsumirse a sí mismo como un caso bajo la regla de la especie humana” (p. 261).

5.2. A história de Paco

Paco é um jovem espanhol de 20 anos que não encontra pouso, e que, como Enéias⁴⁶, carrega o pai nas costas. Saiu muito jovem da casa dos pais, ainda na adolescência, “vivenciando muita coisa na rua” (Pereira, 2007, p. 149).



Figura 3: Paco na cabine de *piercings*.
(acervo pessoal de Fabiana Pereira).

Segundo informações dadas à Pereira, vem submetendo seu corpo a transformações progressivas e ininterruptas, com fins de controle dos pensamentos. Fala de si através de seus diversos signos corporais: *piercings*, tatuagens, escarificações e implantes. Informa-lhe que tudo começou aos 17 anos, quando encontrou Marc, que o iniciou nesse universo, distanciando-o assim, do mundo mais perigoso de traficante e usuário de drogas. “*Eu antes*

⁴⁶ Enéias, herói troiano vencido, parte de Troia, da casa paterna em chamas, em busca de uma nova pátria com seu pai Anquises aos ombros, e chega a um destino (Schwab, 1997).

não trabalhava. Desde que comecei a colocar piercing me tranquilizei. Antes eu tinha uma vida muito irresponsável, hoje, conheço muita gente” (Pereira, 2007, p. 150).

Diz que, para ele, a escarificação é muito importante, pois significa controle mental, controle da dor e quando faz se sente muito bem. Esclarece que é uma técnica difícil e que se sente orgulhoso em tê-la. Insiste no significado de controle da mente que esse tipo de prática tem para ele.

“São intervenções que dão ao indivíduo a capacidade de controle da mente e dos pensamentos. Eu conheço quatro ou cinco pessoas que entendem de escarificação, não conheço muito mais, não é que pensem como eu, mas que compreendem. Tu me entendes se eu vou cortar a perna? Não te parece estranho? Todo mundo é assim, ninguém entende, ninguém compreende...” *“Cada coisa que faço utilizo o interior do cérebro, desenvolvo coisas que as pessoas não desenvolvem, quando tu estudas desenvolves uma parte da tua cabeça, tem gente que não estuda, não desenvolve, então eu ao fazer isto, desenvolvo”* (Pereira, 2007, p. 102).

Sobre sua vida infantil e adolescente conta que sempre foi muito inquieto, que nunca gostou de estudar, que abandonou a escola e saiu de casa adolescente. Refere ter vivido muita coisa pelas ruas do centro de Madri: drogas, sexo e violência. Vendia e consumia drogas. Consumia bastante, haxixe, pela manhã para se acalmar; e cocaína e comprimidos à noite, a fim de ajudá-lo a suportar seu ritmo frenético de vida. Revela que sempre esteve muito perto do perigo e que não sabe como ainda está vivo.

Considera que teve uma vida muito louca, até já foi atropelado. Sempre esteve perdido, fazendo coisas más. Informa sobre sua intenção de tatuar uma morte japonesa, a dama da foice, a típica morte numa adaptação japonesa, para com isso marcar que a morte

nos acompanha a vida toda até que um dia nos abate. Conta, inclusive, ter feito parte de uma rede que comercializava drogas e que um dos seus amigos foi morto, e após esse episódio passou a se sentir perseguido; tinha a sensação de estar sendo seguido.

Revela a Pereira (2007) que o pai morreu, há cinco anos, em decorrência de alcoolismo. Era agressivo e bebia muito. Sempre muito ausente, e quando estava em casa **batia nele** e nos irmãos. Informa que ele tinha uma fazenda, e seu último desejo foi o de ter suas cinzas jogadas em uma árvore, plantada por ele há 25 anos. Nesse contexto de fala, informa que após a morte do pai, tatuou a árvore representada na fig.4 por trás dos ombros. Ele destaca que é uma árvore seca, sem folhas, que o representa, pois à semelhança da árvore não pode dar mais frutos, pois está sem vida. Acrescenta, no entanto, que uma árvore nunca morre, pois representa a vida eterna. Dá o exemplo de uma maçã que cai da árvore, morre, apodrece, mas que a terra volta a absorvê-la, e, então, volta a sair. Por isso leva aquela tatuagem, porque enquanto ele estiver vivo, seu pai continuará vivo também. Tem também uma escarificação que é outra árvore, pois queria fazer uma árvore no outro ombro escarificado e, como não foi possível, fez na perna. Observe-se então que, literalmente, como o herói troiano, Paco também carrega seu pai nos ombros, mas um pai que não funda nada, exatamente o contrário do ancião Anquises, verdadeiro alicerce, pedra fundamental do que viria a ser o futuro império romano.



Figura 4: Árvore seca que representa o pai de Paco.
(acervo pessoal de Fabiana Pereira).

Adianta que sua mãe há pouco tempo informara-lhe que havia algumas pessoas da sua família portadores de esquizofrenia. Ao ver as coisas que o filho faz como se furar, ela não gosta, mas entende. Sua mãe e alguns dos irmãos dela já foram internados. Ele diz que, atualmente, ela percebe quando não está bem e tenta controlar os pensamentos para não ter alucinação. Diz que ele mesmo vem controlando sua mente há um ano, mas que sua mãe já fazia isso há 30 anos. Essa foi sua forma de encaminhar sua vida, já que a esquizofrenia é genética, e que mesmo antes de saber isso da mãe, já controlava sua mente.

Seu *nickname* na internet é “O galo decapitado continuou correndo em torno da forca fazendo um círculo de sangue fresco”⁴⁷. Sua interlocutora se mostra curiosa para saber o porquê desse nome e o indaga a esse respeito. Ao que ele lhe responde que a forca é um pau colocado com uma corda, onde se colocam as pessoas para matá-las. Na forca há um homem

⁴⁷ El gallo decapitado siguió corriendo alrededor de la horca haciendo un círculo de sangre fresca.

morto, com o pescoço quebrado e a cara roxa. Ao redor há um galo correndo, sem cabeça, e do pescoço sai um jorro de sangue, e como o galo corre em círculo, em torno da forca, forma um círculo de sangue vermelho em cima da neve branca. Por meio dessa narrativa do que ele diz ser um sonho, recorre às lembranças de infância das matanças de galos e perus que eram realizadas na fazenda do seu pai, e que, em algumas ocasiões, era ele, Paco, quem segurava os animais para serem degolados. Confessa que não consegue apagar da sua memória a cena em que as aves corriam sem cabeça e jorrava sangue pelo pescoço até caírem mortas no chão. Certa vez, teve que fazer força para agarrar um para ser morto. Mostra à Pereira uma tatuagem feita dentro da boca, onde escreveu a palavra sangue. Diz-lhe que o sangue o encanta, ele tem sangue frio e não passa mal quando vê diante de qualquer prática dessa natureza.

Na sequência, declara que todos têm algo do diabo. Não estudou, mas seus três irmãos são formados. Um é gerente de banco, outro engenheiro, mas em que a irmã se formou não lembra. Relata que nunca gostou de estudar. Sempre se matriculava em algum curso, para ganhar algum dinheiro do governo, mas não cursava nada. Se estudasse, faria algo relacionado à enfermagem ou trabalho social, mas não quer. O que gostaria mesmo era de se mudar para a Holanda, não ter compromisso com nada, nem com o trabalho. Em seguida, diz que vai à Tailândia. Informa-lhe que também vai à Barcelona e à Finlândia. A pesquisadora sublinha que ele muda muito de moradia e de trabalho, que ele lhe fornece diversos endereços.

Conta que, sem entender, passou a sentir, muitas vezes, a necessidade de furar o próprio corpo, sobretudo nos momentos em que se sente ansioso ou frustrado. Quando se separou de L, sentiu vontade de se perfurar o tempo todo. Era um desespero, furou o rosto e os dois mamilos, e que por meio deste ato buscava controlar a mente. Revela que cada vez que se escarifica, que se coloca um *piercing*, se põe à prova. Que conhece sua mente um

pouco melhor, e até onde pode chegar. Percebe que, a cada vez pode se controlar um pouco mais, isso porque os medos voltam e as descargas diminuem, então tem que ir um pouco mais além a cada vez. Admite que, para ele, essas práticas são como uma droga, que ele tem uma droga nova e natural: a *body modification*. Que em cada escarificação sente sensações superestranhas, por causa da descarga de adrenalina. Percebe que fica muito estranho, mas que se sente muito bem. Fica feliz. Compreende que acaba se viciando e que, de tempos em tempos, tem que fazer uma. Sente-se cada vez mais estimulado a realizá-las, cada vez tem vontade de ir mais longe, dessa forma, testando, aos poucos, os seus limites. Anuncia a intenção de ter a perna mais escarificada do mundo, para poder constar no *Guinness book*. Não faz uso de anestésicos, nem analgésicos, uma vez que o mais importante é colocar-se à prova. Nega a dor. Considera-a uma criação da mente.

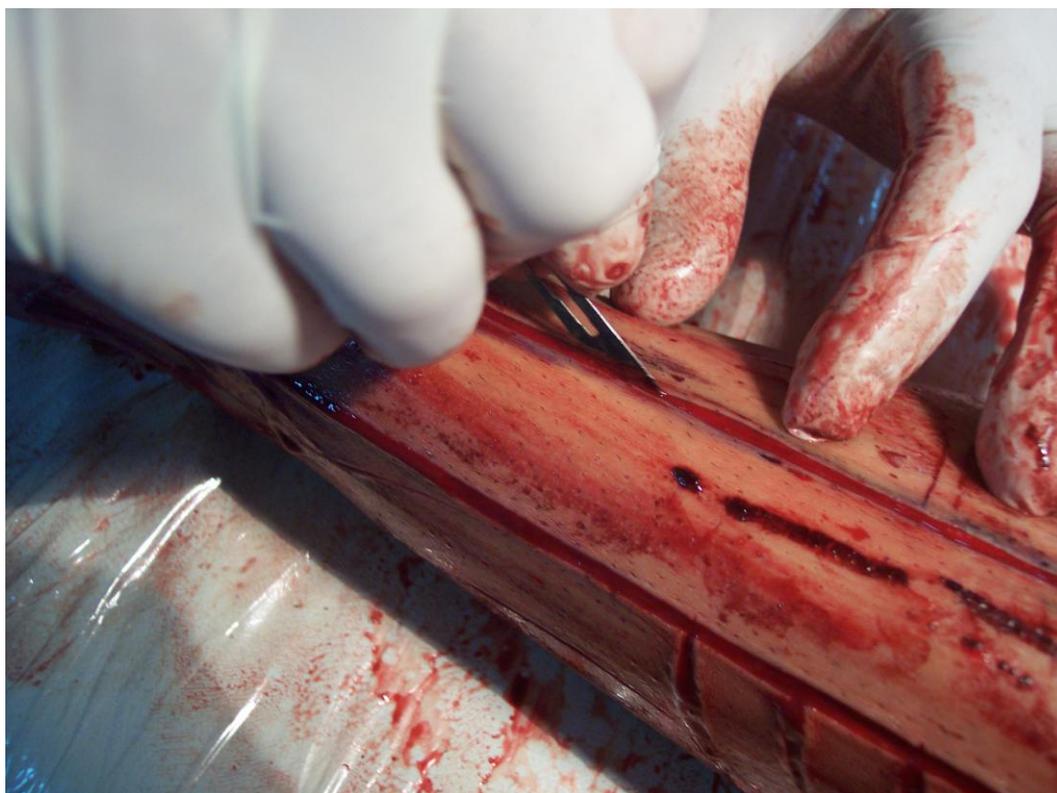


Figura 5: Paco sendo escarificado por M2.
(acervo pessoal de Fabiana Pereira).



Figura 6: Escarificação cicatrizada na perna de Paco.
(acervo pessoal de Fabiana Pereira).

Define-se como uma pessoa completamente louca, que muda a aparência e experimenta novas sensações. Associa a relação que estabelece com seu corpo, de cortá-lo, de perfurá-lo, com a doença da família materna e refere:

“Eu sou igual a minha mãe. Eu acho que ela é esquizofrênica. Ela via coisas e foi interna. Você sabe, esquizofrenia pode estar na genética. Então quando eu me corto ou me perfuro eu também aprendo a controlar minha cabeça” (Pereira, 2007, p. 150).

Paco submete-se também, regularmente, a suspensões. Declara que numa delas poderia ter ficado pendurado um dia inteiro, de tão bom que foi. Informa que tem feito muitas *performances*, e que é muito bom superar os limites da dor, se concentrar, controlar o próprio corpo. Ressalta que há pessoas que querem fazer suspensões em bares, mas que ele não gosta

disso. Quer fazer para ele, e não para ser visto por um público. Para ele, a suspensão é uma experiência e não algo para ser comercializado.

5.3. Paco e suas marcas

Refere que vem investindo, cada vez mais, em técnicas mais radicais de implantes e escarificações, nele e nos outros, já que ele é também *piercer* e tatuador. Essas práticas, nele e nos outros, servem-lhe de tranquilizante. No dia 20 de março de 2006, revela à sua interlocutora que implantou seis bolas no braço esquerdo, que está fazendo grandes dilatações com bisturi e que vai fazer no seu umbigo da mesma forma. No dia 30 de maio do mesmo ano, informa-lhe que colocou alguns implantes no pênis, e mostra-lhe algumas fotos da implantação. Diz-lhe que é muito legal, que o objetivo é ficar maior, que é para o prazer. Mostra-lhe, então, vários implantes: no rosto, entre os peitos e alguns cortes com bisturi. Pereira sublinha que Paco segue se suspendendo e se escarificando.



Figura 7: Implante genital em Paco por um modificador venezuelano que estava em Madri. (acervo pessoal de Fabiana Pereira).

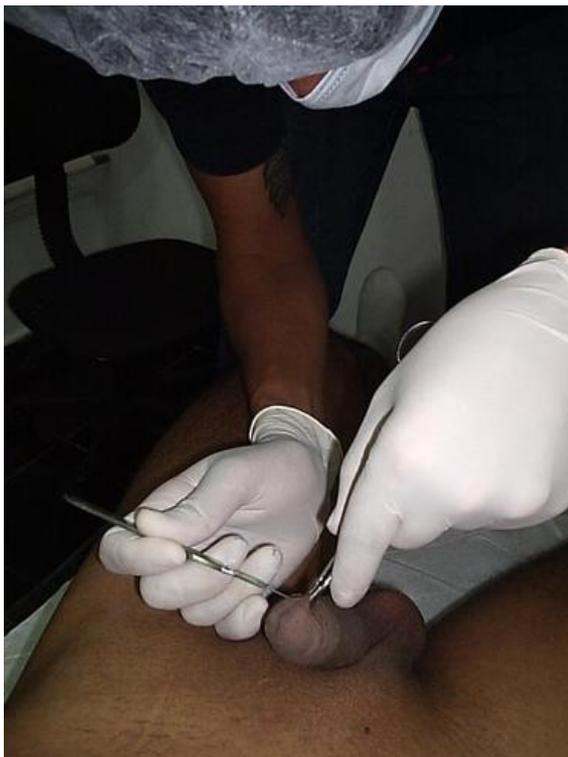


Figura 8: Implante genital em Paco.
(acervo pessoal de Fabiana Pereira).



Figura 9: Suspensão corporal secreta. Paco com amigos.
(acervo pessoal de Fabiana Pereira).



Figura 10: Paco se autoescarificando.
(acervo pessoal de Fabiana Pereira).

Laurent (2008), em entrevista ao jornal argentino *La nación*, preconiza que:

Os jovens podem se sentir abandonados a si mesmos. Alguma coisa da violência está ligada à condição humana. O homem é um animal violento. Os jovens se sentem, assim, abandonados a sua própria violência. Antes, eram enviados à guerra. Atualmente, são enviados à escola, mas esta tem problemas de autoridade. É preciso encontrar novos modelos para ajudar a juventude a atravessar a adolescência. O erro é nosso, não deles: não soubemos inventar rituais susceptíveis de ajudar um jovem habitado pela violência da juventude a encontrar saídas que não fossem destrutivas para ele nem para os outros.

E, conclui que “são as patologias da ação que parecem se estender e não a das interdições: é o fazer demais. Tudo de maneira desmedida, sem poder parar. Sem considerar as consequências” (2008). Em nossas palavras, Paco é vítima de uma originalidade radical,

capturado numa engrenagem do extremo. A relação de Paco com seu corpo é de consumo. O traumático em Paco diz respeito ao excessivo, ao inassimilável, mas, de qualquer forma, qualquer ordem vale mais do que nenhuma quando se trata de se defender contra uma irrupção destruidora e dilacerante de angústia.

Escolhemos referir as palavras do Laurent, acima mencionadas, por vermos nelas retratada muito da tragédia de Paco. Abandonado à própria violência, dirige-a ao corpo próprio como se de um Outro se tratasse. O que se passa é um efeito direto do declínio paterno e do descrédito no simbólico da lei. Aí onde o Simbólico perde força, vence o real do gozo. Falta-lhe uma identificação simbólica estabilizadora. Tenta, então, desesperadamente, produzir um saber fazer com o gozo que o invade, pela via de uma prática de corpo bizarra e inusitada. É o que se passa todas as vezes que o desejo não consegue se estruturar encadeado com a lei. Aparece, então, o ato destrutivo que se volta contra o próprio corpo.

Quando o gozo serve à vida, ele fica refugiado, contido nas zonas erógenas de maneira residual. Paco não consegue remeter seu mais de gozar para o endereço adequado, ou seja, para as zonas erógenas do corpo, que como pontos localizados e circunscritos condensam e processam o gozo do corpo, protegendo-o dessa onda devastadora. Como não consegue o endereçamento devido, há um retorno maciço e generalizado de gozo sobre seu corpo, presença esta que nos permite deduzir um funcionamento deficitário da metáfora paterna e ausência da significação fálica como aquilo que pode dizer não, fazer face ao gozo do Outro. O pai realiza a função fálica quando enuncia, por exemplo, que nem tudo pode ser visto, ao contrário do pai dele, que foi o diretor, aquele que pôs o espetáculo em cena.

Seu caso mostra que há gozo e tirania da pulsão ali onde existe satisfação destrutiva. Na busca de uma suplência imaginária do pai decadente que lhe outorgue recursos para regular o gozo do corpo, acaba regido e obedecendo a uma ordem de ferro: marca-te, mais, mais ainda; ainda mais, indefinidamente, dando partida a um ciclo vicioso sem ponto de

parada. O que observamos na ausência do simbólico do pai é a entrada em cena do real do pai, figura imperativa, que como pai gozador obrigava-o a segurar os galos a decapitar, comando ao qual se submete Paco, nomeando-se e tornando-se, ele mesmo, o “galo decapitado”.

Na sua família - família aqui tomada como primeiro grupo de referência e de pertinência de um sujeito - não há indícios da presença de figuras de identificação que vetorizem o gozo para as zonas erógenas, liberando a restante extensão do corpo do efeito do que está para além do princípio do prazer. Nele, o objeto pulsional como condensador de gozo, não parece extraído do corpo. A operação falha do Nome-do-Pai não esvaziou o corpo de gozo. O significante afetou seu corpo não como elemento simbólico capaz de matar a Coisa, buraco negro de gozo, mas como letra, como marca que fez de toda extensão corporal uma zona erógena de caráter entrópico. Sob esse comando, o sistema passa a trabalhar contra si mesmo, em regime de desobediência à operação parcimoniosa de escoamentos moderados, de retornos localizados de mais de gozar, nas zonas erógenas, como era de se esperar.

O essencial em Paco é que, da versão paterna a que teve acesso o que extraiu foi uma cena traumática, a da matança dos perus, de onde também extraiu seu nome de gozo, seu significante mestre: “o galo decapitado”. Em torno desse significante no real, fora de sentido, instalou-se uma operação de identificação à insígnia, $S1+a$, “o galo decapitado”, com a qual tenta simbolizar, literalmente, pela inscrição no corpo, as imagens e os sons produzidos na cena traumática, e que incidiram diretamente sobre seu corpo, excedendo, por assim dizer, qualquer possibilidade de tratamento simbólico.

Paco está identificado a uma marca de gozo. “O galo decapitado” é o nome do gozo que o parasita. Ele tenta, pela via das mutilações e inscrições corporais, extrair algo do gozo que essa nomeação tatua no seu corpo, que por não ser processada por uma operação significante desfaz suas tentativas de construção de uma saída *sinthomática* – no sentido de

saber fazer aí com o gozo, de articular uma operação simbólica que tenha incidência sobre o gozo do sujeito (Miller, 1998b, p. 119). Destacamos que houve um acoplamento do visual com o tátil, em virtude das surras, que tiveram o poder de definir o por quê a superfície corporal ter sido escolhida como lugar privilegiado de localização de gozo.

Em suma, Paco não consegue elaborar essa cena traumática e a materializa na própria pele. Não consegue dar um tratamento representacional ao modo freudiano, preconizado em *Recordar, repetir e elaborar* (Freud, 1969, p. 202), em que já não se trata de tomar a recordação esquecida ou recalçada como **objeto em si mesmo**, mas sob a forma de recordar para elaborar, segundo o modo de produção dinâmica do inconsciente. Há, portanto, por falha na operação da metáfora paterna, um *déficit* no trabalho de representação psíquica. O que não consegue, como inicialmente referimos, é dar um tratamento representacional, ou seja, psíquico, à cena traumática. Ao contrário, inscreve-a no real do corpo, sob a forma de uma estranha vestimenta com a qual cobre seu corpo desamparado à visão da violência praticada contra animais domésticos, com os quais facilmente as crianças se identificam. Paco é o galo decapitado e concretiza na pele o impacto emocional e um intenso sofrimento psíquico que ameaça fragmentá-lo.

Essa é, portanto, sua tentativa de autotratamento, busca de uma envoltura psíquica formal, consistente, que lhe dê acesso a uma representação mental possível de ser tratada pela operação inconsciente do sentido. Paco olhou e participou da cena. Como não pôde significá-la numa representação mental, porque a *père-version* era muito evidente, aprisionou-se na posição auto-erótica, que o levou à construção de uma identidade substituta, fundada sobre a identificação a esta insígnia de gozo, que o tem levado a uma verdadeira alteração da imagem de si mesmo. É bem evidente em Paco que seu objetivo não é estético ou representacional, que o crucial é o próprio processo de tatuar-se, forma extremada de se garantir que continua vivo, que não está morto como o “galo decapitado” do seu fantasma inscrito no real do seu

corpo. O tratamento que dá ao seu corpo permite-nos, portanto, pressupor que o desejo não é o operador de base, que o gozo é quem está no comando, aprisionando-o no tratamento mortífero que dá ao seu próprio corpo.

Afirmamos, então, que em Paco há *déficit* de simbolização e de acesso à representação mental que permitiria o trabalho do sentido e aplacaria a angústia responsável pelas constantes passagens ao ato, às quais ele mesmo se refere. Arriscamo-nos a afirmar que nele há uma forclusão bem particular da função fálica, por carência de representação paterna. Arriscamo-nos ainda a propor que há esse buraco em sua estrutura, e que por meio de suas tatuagens, marcas e cortes busca fazer suplência a esse vazio central. Diríamos mesmo que ensaia pôr nesse lugar uma modalidade delirante – *lato sensu* - de castração, castração no real do corpo, uma pseudocastração, pseudometafórica. Paco literalmente carrega o pai nas costas, pela via de sua tatuagem. É mesmo um Enéias da contemporaneidade, menos venturoso, é verdade, pois ainda não encontrou seu porto seguro, nem sabemos se o encontrará. Entretanto, por mais esdrúxula e bizarra que seja sua construção, ela carrega muito da sua verdade, porém, mais uma vez arriscamo-nos a dizer que não encontramos nele a vocação simbolizante da neurose. Com isso queremos dizer, que não detectamos o movimento a significar como representação mental, a metabolizar dentro da realidade psíquica, a não romper a barreira de proteção psíquica e a não passar diretamente para o corpo nessa forma tão destrutiva. Assim, dizemos que não temos elementos para sustentar a tese de que estamos diante de uma estrutura neurótica. O que observamos é a demissão do seu pai da função paterna. Demissão esta que tem por corolário o fracasso da repressão⁴⁸ do gozo, que ficou solto, por fora da elaboração simbólica. Observamos que faltou exatamente quem, do seu lugar de agente, operasse a função moderadora de gozo.

⁴⁸ O uso do termo repressão tem por finalidade enfatizar a função Não do Pai agenciadora do mecanismo inconsciente do recalque.

Com a identificação à insígnia de gozo e não à do ideal, Paco consegue uma versão do que Lacan em *Radiofonia* (2003b, p. 407) chamou de “corpsificação”, que é a mortificação do corpo. Retornamos, aqui, à questão que perseguimos ao longo desta pesquisa e que, como tal, insiste: o que nos indica o tratamento que Paco dá ao corpo? Em outras palavras, o que clinicamente nos ensina Paco?

5.4. O neodesencadeamento

Considerando que já não se pode negar nem desconsiderar que há um sujeito do gozo⁴⁹ e um sujeito do significante, e considerando que há situações em que é visível o agenciamento do sujeito do gozo, Miller (1998b) referindo-se ao que ele denomina o último ensino de Lacan, que data dos anos 70-80, relembra-nos que é habitual manejarmos com a ideia de descontinuidade entre neurose e psicose, com a ideia de certeza diagnóstica, mas que já se provou que pode haver continuidade, posto que a verdade das coisas humanas é a curva de Gauss (Miller, 2012), em que o lugar do radicalmente oposto são as extremidades e o meio é o lugar do mais ou menos. Logo, somente a partir de uma concepção como esta se pode ler em uma continuidade o que já não se chamam classes, mas modos de gozo. Há, portanto, nesse momento do ensino de Lacan, acima referido por Miller (1998b, 2012), uma clínica orientada pela questão do real e do aparelhamento do gozo. É uma clínica mais além da clínica estrutural, que distingue as estruturas em função da presença ou ausência do Nome-do-Pai. Esse novo modo de ver as coisas permite um avanço magistral no que diz respeito à noção de desencadeamento, que a partir daí pode ser visto como:

⁴⁹ Segundo Alexandre Lévy (2010), Lacan menciona uma só vez a expressão “sujeito do gozo do Outro”.

O tempo zero de um processo evolutivo em cujo transcurso se coloca a questão, crucial para nós, sobre as organizações e suplências possíveis (o tempo da certeza a advir), ele é, de fato, o termo ao qual chega uma história que não pode ser descrita como ‘um céu sereno’ no qual irromperia um raio. (Castanet, H. & De Georges, P, 2012, p. 23).

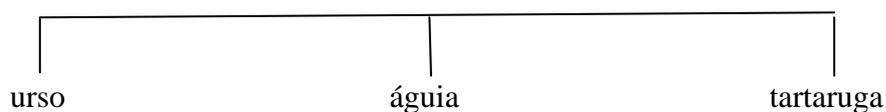
Graças a essas novas ferramentas, tornou-se mais fácil, por exemplo, compreender e acompanhar algo como os novos sintomas que são sintomas diretamente ligados às mudanças do Outro e que apresentam formas clínicas mais ou menos bizarras, como a de Paco, buscando detectar o que mantém minimamente juntos os registros do Real, do Simbólico e do Imaginário. Dessa forma, pode-se mais ou menos localizar o momento em que o sujeito se desengancha do Outro, os momentos seguintes reproduzirão esse padrão. Em Paco tudo indica que foi no momento da matança de perus, e depois nos momentos seguintes de separação e nomadismo. É, portanto, uma clínica dos modos atípicos de desencadeamento, porque sem eclosão nítida de delírio sistematizado.

Cueva (2005) define o fenômeno elementar como o acontecimento traumático, originário e conflitivo, de caráter enigmático para o sujeito. Retomando Lacan diz que há fenômeno elementar antes do delírio ser sistematizado, momento em que há produção de múltiplas interpretações, extensivas e repetidas.

Campanella (2005) acrescenta que é o núcleo inicial, o ponto parasitário, segundo De Clérambault, no seio da personalidade, em torno do qual o sujeito faria uma construção, uma reação fibrosa destinada a enquistá-lo, envolvendo-o e integrando-o ao mesmo tempo, a fim de explicá-lo. Para ela é um modo particular de articulação do sujeito com o significante desligado da cadeia.

Miller (2005b) preconiza que se deva dar atenção aos fenômenos elementares, porque são fatos clínicos, são os elementos mínimos, fundadores, a partir dos quais se desenvolveu e se elaborou o resto. Compara-os ao conceito lógico de axioma, aquelas fórmulas primeiras que se toma como base para o discurso demonstrativo, e que como tal não podem ser postas em questão. Em resumo, o fenômeno elementar é algo que assinala, na vida do sujeito, o surgimento de uma descontinuidade.

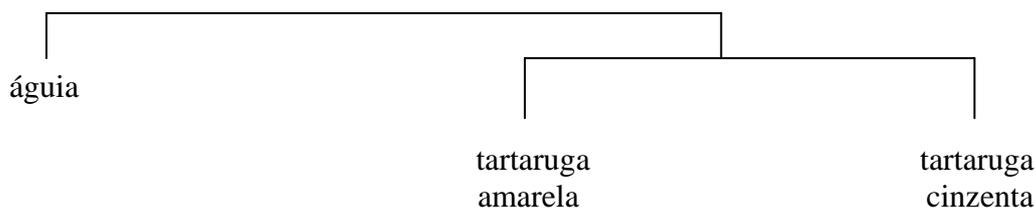
Nesse ponto, gostaríamos de inserir o apólogo com o qual Miller (1998b) abre a Conversação de Arcachon, organizada exatamente para discutir casos raros e de difícil classificação em Psicanálise, por considerarmos que será bastante elucidativo do que supomos acontecer com Paco. Miller (1998b, p. 103) denominou de “epistemologia da classificação” o que ele retoma de Lévi-Strauss em *O pensamento selvagem*. Este último defende a tese de que a evolução pode fazer estourar a estrutura, e explica esse fenômeno do seguinte modo. Pede ao leitor, segundo Miller, que suponha uma tribo dividida em três clãs: o do urso, o da águia, e o da tartaruga. Os três alinhados horizontalmente, de valores iguais (Miller, 1998b, p. 103):



Sugere que imaginemos uma evolução demográfica que faz desaparecer o clã do urso, por já não existirem mais elementos que lhe pertençam.

Acontece, no entanto, que os mitos e os ritos da tribo imaginária permanecem tripartidos e sublinha que seria preciso um extenso e custoso trabalho de remanejamento ideológico para fazer face a essa nova circunstância. Ora, o que se passa é que a tribo produzirá uma solução: conservará o clã da águia, mas dividir-se-á em dois o clã da tartaruga,

que passará agora a ser conhecido como da amarela e da cinzenta; e mediante este artifício manter-se-á a tripartição de origem: águia, tartaruga amarela e tartaruga cinzenta, porém, não mais em linha horizontal, como originalmente, mas em subdivisão (Miller, 1998b, p. 104):



Assim como Miller, esperamos que já imaginem a aplicação que podemos fazer desse apólogo à nossa leitura do caso Paco. Miller pede ao seu leitor que seja “*lévistraussiano*”, no sentido de poder imaginar uma solução de tal natureza. Endereçamos uma demanda similar aos leitores da análise que ora desenvolvemos.

Nada melhor, nesse momento, do que as próprias palavras do autor:

“Lévi-Strauss anota na página 92 de sua obra: ‘Vê-se, pois que a evolução demográfica pode fazer estourar a estrutura, porém, se a orientação estrutural resiste ao choque, ela dispõe, em cada subversão destas, de vários meios para restabelecer um sistema, se não idêntico ao sistema anterior, pelo menos formalmente do mesmo tipo’. E ele sublinha precisamente o fator da inércia: ‘os mitos e ritos mudarão, mas com certo atraso, e como se fossem dotados de uma remanência que neles preservaria, no todo ou em parte, a orientação primitiva’”. (Miller, 1998b, p. 104).

Voltando a Paco, consideramos que o tratamento que dá ao seu corpo, tatuando-se e furando-se, sem parar, são visivelmente de estrutura toxicômana, similar ao uso que se faz de drogas; e parecem encobrir dificuldades pertencentes ao campo dos casos raros e de difícil classificação em psicanálise, por não se localizar um desencadeamento típico, mas que nem por isso deixa de ser de natureza psicótica. Com o binômio tatuador-tatuado busca fazer um tampão no vazio subjetivo, em momentos de confrontação com vivências que remontam à infância, de separação, de desamparo, de solidão. Nesses momentos aparecem evidências de despersonalização: “*eu fico muito estranho*”, declara, quando se escarifica.

Entendemos que há algo de uma ideação delirante – portanto, da ordem do fenômeno elementar – na fixação à certeza, pouco dialetizável, de que pela via de suas técnicas de desafio à dor, fazer um controle da mente e dos pensamentos. Sobre isso Castanet & De George (2012, p. 24) afirmam que “a convicção dos sujeitos sobre o sentido sinestésico de uma abolição dos limites da realidade sensível só se equipara ao caráter enigmático e angustiante desse gozo”. É o momento do neodesencadeamento, momento em que o sujeito é marcado por fenômenos de magnitude emocional devastadora, produzindo perda de referências corporais e identificatórias. Vale ressaltar, que segundo os autores citados, o termo neodesencadeamento não designa apenas o desencadeamento psicótico, mas nos permite interrogar como o sujeito se desliga do laço social e se liga ao seu gozo. Esses autores levantam a hipótese de que:

Tal desencadeamento pode ser lido em uma clínica borromeana como um desenodamento da estrutura ocasionado pelo esmorecimento da relação imaginária com o corpo, expondo a impossibilidade de limitar o gozo, assim como seu caráter totalmente xenopático. (Castanet, H. & De Georges, P., 2012, p. 26).

Há muitos indícios de que, efetivamente, a experiência dos perus decapitados, sangrando e correndo como mortos-vivos não foi simbolizada. Localizaria nesse detalhe do morto-vivo, o ponto enigmático que não recebeu uma resposta convincente e conciliadora do binômio simbólico-imaginário. Momento de vivência apocalíptica, de confronto com um gozo Outro, totalmente enigmático, que o coloca no lugar de objeto em perigo. Não encontra, para a referida vivência, um modo de simbolização, em virtude do esgaçamento do tecido simbólico, que rompido, impede a possibilidade de aparelhamento significativo do gozo. É justamente por ser um morto-vivo que ele inscreve o pai morto no real do seu corpo, como árvore morta, para que como árvore nunca morra e permaneça vivo enquanto ele assim o for. Solução visivelmente bizarra, não enlaçada pelo binômio acima referido, e como tal impossível de encontrar uma inscrição significativa que efetivamente tempere o gozo.

Nossa hipótese é de que Paco não pode subjetivar a repetição de gozo à qual está submetido. Que seu desligamento do Outro não é total, mas, em diversos pontos da estrutura: na identificação ao galo decapitado; no tráfico e uso de drogas; na compulsão de se cortar e na errância. São quatro traços clínicos, em tempos diferentes, que sugerem um desligamento escalonado na história desse sujeito. Paco faz uma tentativa não de todo bem-sucedida de estabilização pela marca, e seu caso é um exemplo paradigmático de um neodesencadeamento.

Refere empobrecimento dos laços sociais e marginalização: abandono da escola, saída precoce do lar, errância, inquietação. Vivência marginal nas ruas, tráfico e uso de drogas. “Vida louca” resume o que considera do seu *modus vivendi*. Podemos dizer então que, de desligamento em desligamento, pouco a pouco, instaura uma modalidade de vida sem pouso.

Os cortes no seu corpo são uma tentativa de suprir a função fálica faltante, de fazer advir sobre seu corpo a castração não integrada no simbólico (Lévy, 2010). Ele busca enquadrar o gozo, nomear os incessantes e repetidos ataques da pulsão de morte, que o

devasta por dentro. Porém, as suas são soluções precárias e inconsistentes, porque produzem condutas que, na realidade deixam-no na iminência de traços caracteriais de transgressão, que favorecem o desligamento do laço social e a parceria com a pulsão, e que o deixam à beira do abismo sem que nenhum objeto de amor lhe dê lastro.

Na identificação à insígnia ancorará sua questão, para a qual ensaia uma resposta não simbólica, localizada no real do corpo. Defendemos a tese de uma resposta maníaca, no sentido que lhe dá Soler (2007b) de festa maníaca, em que estão inoperantes a função paterna e o ideal do eu, e que tem no não cessar de atacar o corpo a marca de uma falta de simbolização, sinal de que algo se soltou, de que algo se desligou do Outro e enganchou-se com a cifra de gozo, e que põe esse sujeito num risco mortal, de perecimento duplo: como sujeito e como ser vivente.

Paco é uma prova viva de que, apesar dos avanços da ciência e da técnica, os sujeitos estão cada dia mais carentes e mais desamparados, localizando no corpo próprio a evacuação de um gozo desmedido, não temperado pela lógica da função paterna que preconiza identificações fundamentais e ideais, de calado suficiente e leme forte, capazes de dar um rumo à navegação cotidiana pelos bravios mares da vida.

Em suma, a identificação à insígnia em Paco, embora seja um tratamento de gozo não consegue apaziguar a angústia que o oprime e o lança numa cruzada de fruições patológicas, regidas pela lógica do mais, mais ainda, sempre mais, esgotante e devastador, que em última instância desregula seus ritmos vitais. Portanto, no que diz respeito a Paco, sua verdadeira e definitiva tatuagem é sua identificação ao seu nome de gozo: o galo decapitado.

5.5. Paco e o Real do Nome

Efetivamente, o galo decapitado se inscreveu no real do corpo, eclipsando o nome próprio como traço do ideal, identificando-o a uma nomeação de gozo. Nele uma marca com demasiada carga pulsional se fixou, condenando-o a se satisfazer comandado pelo seu nome de gozo. Seu nome é uma letra à espera de uma leitura que consiga lhe propor outra versão que o desligue de uma nomeação reificante que o faz sangrar como os galos da fazenda. Há uma nomeação que, de alguma forma, aparelha a angústia, mas não dá conta porque seu ponto de ancoragem é no imaginário e não consegue nomear o sujeito que ele é.

Seu nome de gozo está mais para ser uma túnica de Nessus⁵⁰ - que faz derreter quem vesti-la -. Paco dá-se um nome que nomeia o gozo do Outro, pois o galo decapitado é também o nome do gozo do Pai, do qual se fez objeto. O real desse nome é sua marca de gozo. Sua tentativa desesperada é a de prescindir do Nome-do-Pai à condição de se servir de uma invenção (Miller, 2003) que amarre o imaginário do seu corpo, ao simbólico de uma profissão- tatuador – com o real do seu sangue.

Tenta de qualquer forma, a qualquer custo fazer-se um nome para não se desligar do Outro. Ele faz do seu nome de gozo um brasão, a herança, a heráldica deixada pelo seu pai, por tê-lo feito ver o que não era para ser visto. Dessa forma, consegue minimamente, por vias perigosas, aparelhar o excesso do gozo do Outro e denunciá-lo. Suas marcas são, a nosso ver, da ordem do estranho familiar, que o expõem ao olhar do Outro, excedem seu corpo e falam do “marcado”. Elas são letras, verdadeiros enigmas por imagens, tentativas desesperadas de instalar um nome no ponto que um buraco se instalou no coração do seu ser, em virtude da

⁵⁰ O centauro Nessus prometeu ajudar Heracles e Dejanira, sua terceira mulher, a transpor um rio. O centauro após passar a jovem violou-a. O herói matou-o com uma das flechas envenenadas com o sangue da Hidra de Lerna. Nessus antes de morrer ofereceu a Dejanira a sua túnica ensanguentada. Quando Heracles se apaixonou por outra mulher Dejanira vestiu-lhe a túnica de Nessus e este morreu com dores insuportáveis.

versão paterna violenta, nas imediações da psicose. Suas marcas não seriam uma tentativa de recortar seu Outro, de marcar sua inconsistência? Não seriam seu *pharmakon*, sua doença e seu gozo?

5.6. Marcação corporal: técnica de tratamento do gozo

Paco se corta para alojar o objeto olhar. Graças à materialidade da letra de gozo encontrar um lugar onde se conjugam o ver e o dar-se a ver, e poder por um tempo, mesmo curto, domesticar o gozo do Outro. Deter-se sobre a imagem da marca é uma proteção, mas é precária, porque sempre recomeça diante de qualquer injunção. Ele marca e é marcado com uma transitividade que não consegue interromper. Suas marcas podem ser consideradas aparelhos que condensam efeitos de inscrição e de recusa incluídos no aparelho discursivo. Os cortes no corpo são a significação que ele encontrou para responder ao excesso traumático, ao seu momento de encontro como o gozo sem ordenamento fálico, de visão a que foi exposto com a cena da matança. O galo decapitado é, mesmo assim, uma solução, que não nomeia todo gozo, mas pelo menos o indica, representa o sujeito, mas não o remete. Representa o objeto que ele é para o Outro. Ele interpreta, no real do seu corpo, o enigma da matança dos perus.

As manifestações corporais de Paco são um substituto de palavras que não encontram meios de se ordenar num discurso, uma vez que o lado real do significante comunica menos. Então providencia a invenção de um discurso sem palavras. No nosso entender, marcar-se é nele a expressão sem limites do supereu. Trata-se da incidência da pulsão de morte, não como desejo consciente de se matar, pois nele a repetição dos cortes é tentativa de inscrição da angústia e do gozo na superfície corporal, mas como um empuxo que neutraliza o sujeito, algo que sendo mais forte do que ele obriga-o a gozar apesar do seu não querer.

Como já dissemos anteriormente, a passagem pelo real do corpo é uma tentativa de inscrição da função paterna faltante. Seus cortes buscam operar como suplência, “necessidade de instaurar um corte topológico essencial, em virtude da proximidade e da saturação promovida pelo objeto de gozo” (Lévy, 2009, p. 246)⁵¹. A tatuagem que está na ordem da metonímia, da contiguidade é signo da inoperância da metáfora em produzir uma comoção na imagem rainha – a matança de perus – que é uma marca, uma imagem privilegiada em torno da qual organizou sua vida.

Seu nome de gozo é o nome de uma imagem rainha. Não remete o sujeito para outro significante, mas o representa e se coordena com seu gozo. A realeza da imagem rainha realiza uma captura significativa do gozo, do nome de gozo sob o império do olhar. O que Paco faz é incorporar o Pai, imaginariamente real, o que é diferente de uma introjeção que é simbólica, lembrando que na incorporação o suporte é o corpo. Aí não se trata de representação, mas do império da imagem e não da subjetividade.

Consideramos que a matança de perus representou para Paco um encontro brutal com *das Ding*, aquela Coisa de gozo do Outro que não deveria invadir o campo escópico. Esse encontro o desalojou da Casa do Outro que passa a *unheimlich*, sinistro responsável por sua errância, fazendo dele um sem lugar. Por não ter encontrado onde alojar a cena devastadora, na casa da linguagem, alojou-a na outra casa do sujeito: no seu corpo como alteridade radical. Essa cena desvelou, para ele, brutalmente, o que deveria ter ficado para sempre velado: que há gozo ali onde não deveria haver, no Outro da Lei e da Garantia: na pai-versão. Convocamos Lacan a dizer melhor do que nós: as marcas de Paco foram uma tentativa de “solução de sua aventura interior” (Lacan, 1985a, p. 95).

⁵¹ Nécessité d’instaurer une coupure topologique, devant la proximité et l’encombrement de l’objet de jouissance.

Após o estudo das psicoses ordinárias, já se sabe que há distintas modalidades de forclusão. Paco é um exemplo de como um acontecimento que não encontrou tradução no campo do simbólico marcou o corpo em curto-circuito. É um caso de retorno no corpo, em virtude do fracasso da significação fálica. A matança de perus como um Real que retorna se imaginariza, e nos limites do simbólico marca o corpo. O real se imaginarizou e o simbólico não deu conta de processar o gozo maciço advindo da pulsão escópica que como Um Outro, olhou para o sujeito. Pela sua pouca idade, podemos supor que seu aparelho simbólico ainda não estava preparado, não dispunha de uma organização simbólica suficientemente estruturada para responder ao excesso do dar a ver e, em curto-circuito produziu afeto, afligiu, marcou, causou intrusão de gozo por excesso de fruição. O afeto mobilizado traspassou a carapaça isolante e o gozo penetrou no seu corpo, desestabilizando-o. Uma das finalidades da clínica do gozo seria conseguir o fortalecimento da estrutura simbólica que impermeabilizasse e aspirasse o gozo que invadira o corpo e o conduzisse a voltar a circular pelas bordas pulsionais.

5.7. Um apelo à nomeação

Paco tenta se fazer um nome, efetivamente, dar corpo a um nome, a fim de revigorar um desejo ameaçado de extinção por um suplemento de sensações fortes, suplemento estimulante e dopante.

Aqui, a função de um analista na direção de um tratamento seria sustentar seu esforço de nomeação, sem deixar de questionar a pulsão de morte, que nele, conforme já sublinhado, embora não sendo um desejo consciente de se matar é um empuxo que o obriga a gozar, apesar do seu não querer. Fica claro que Paco não é um perverso, ele é portador de uma psicose ordinária neodesencadeada, que tem por fenômeno elementar o desligamento do

Outro, e em sua tese do controle do mental, através da técnica da marcação corporal, uma crença muito próxima de uma convicção delirante, sem nuances, muito pouco ou quase nada dialetizável.

Destarte, tratar-se-ia, pois, de construir com ele um laço social que barrasse o efeito devastador do gozo do Outro sobre seu corpo. Lembrando que o analista, na função de nomeação, é o oposto do “nomear para”, que designa um projeto que não é uma invenção do sujeito, conforme nos indica Ferrari (2006). Ao contrário, tem que ajudar o sujeito a sair dessa nomeação catastrófica e entrar no campo do amor, servindo-se dele, por ser o único capaz de fazer o gozo condescender ao desejo, na medida em que “só existe amor por um nome. O que faz de uma psicanálise uma aventura singular é a busca do *ágalma* no campo do Outro” (Lacan, 2005a, p.366). Quando o tema é o amor, Sócrates, inesperadamente, faz uma mulher falar no seu lugar, “espantosa substituição” considera Lacan (1992, p. 128). No apogeu do diálogo “é a mulher, a mulher que está nele... que Sócrates deixa falar” (Lacan, 1992, p. 129). “Sócrates só pode se colocar do ponto onde ele não sabia” (p. 135). O que significa que o filósofo tenha deixado uma mulher falar no seu lugar? Que o amor nasce da falta. É preciso, então, que o analista deixe falar nele a mulher barrada, em falta.

Quem melhor nos esclareceu o sentido dessa passagem foi Miller (2008) ao destacar que é no Seminário 20 *Mais, ainda.*, onde Lacan chama atenção para a destacada função do amor na sexualidade feminina. Esclarece que aí o amor está maximamente investido e é o que engancha o gozo feminino ao Outro, conseguindo, desta forma, estabelecer uma relação com o Outro. O desafio é conseguir construir essa ponte, esse nexos entre amor e gozo. Vê-se nitidamente que a pista indicada é que é do lado da falta do feminino, da demanda de amor como o que nomeia a falta do Outro, que se poderá construir essa engrenagem. Trata-se visivelmente de outro estatuto do amor, que não o da completude imaginária, mas de um amor que se apresenta para fazer furo no autoerotismo do gozo desconectado do Outro. Sobre

isso, Miller (2008, p. 160) é, de fato, esclarecedor quando assim se expressa: “No *Mais, ainda*, em troca, o gozo está em todas as partes, trata-se de um uso totalmente diferente deste termo, e, aqui, encontramos o gozo do amor designado como tal”⁵². Neste sentido, “o amor é muito mais do que o amor” (Miller, 2008, p. 159)⁵³.

O analista na função de nomeação também tem que se servir do Amor, único capaz de fazer face ao gozo. Assim o faz quando mostra que o sujeito é digno de Amor: “É para ele que se está ali” (Lacan, 1992, p. 195). Serve-se do amor, quando constrói um trabalho em torno do romance familiar e da genealogia, quando permite ao sujeito se diferenciar no tempo e no espaço, em relação aos outros membros da sua família, permitindo localizar, nomear, recortar e extrair todo rebotalho do Outro que o fixa nesse lugar insuportável. Ajudar a engendrar o amor e o respeito pelo corpo. Separar a fantasia da realidade, e esta última da interpretação. Dar nascimento à confiança. Aparecer como desejante, agalmático e não todopoderoso, em outras palavras, organizar a dispersão (Ginester-Delbreil, 2006). Artifícios do amor que implicam abrir espaço à *poíesis*, à criação, no sentido de bricolagem, conforme o indicado por Claude Lévi-Strauss em seu livro “O Pensamento Selvagem” (2010). O *bricoleur* é aquele que busca produzir um objeto novo a partir de pedaços e fragmentos de outros objetos. Vai reunindo, sem um plano muito rígido, tudo o que encontra e que serve para o objeto que está compondo. Do vernáculo francês, bricolage é a ação de fazer qualquer espécie de trabalho, consertar ou remendar da forma mais livre com o pouco que se tenha. Destaco que em *O Pensamento Selvagem* (2010. p. 33), Lévi-Strauss ressalta o **princípio de serventia** de quaisquer elementos como **meio de criação**. “Em outras palavras, não é ansiando por coisas prontas, completas e concluídas que o amor encontra o seu significado,

⁵² En *Aun*, en cambio, el goce está en todas partes, se trata de un uso totalmente diferente de este término, y aquí encontramos el goce del amor designado como tal.

⁵³ El amor es mucho más que el amor.

mas no estímulo a participar da gênese das coisas. O amor não é senão outro nome para o impulso criativo” nos ensina Bauman (2004, p. 21).

Dessa perspectiva, o que se faz é acompanhar o trabalho obstinado do sujeito na sua tentativa de extrair o sofrimento do seu corpo e encontrar substitutos para o antigo modo de gozo. Procurar o tempo todo não se colocar do lugar do Outro, do saber, mas funcionar como aquele que “quanto mais deseja mais se torna desejável” (Lacan, 1992, p. 132).

Desejamos vivamente concluir, esse capítulo, formulando não uma resposta, mas uma questão: será que uma das funções mais importantes de uma psicanálise não seria ajudar esse sujeito e tantos outros a dar melhor tratamento ao corpo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessas considerações finais, nosso maior desejo é indicar que nos esforçamos para superar a dimensão especulativa. Buscamos, o tempo todo, encontrar um princípio de orientação. Encontramo-lo em Lacan (1992, p. 165): “prosseguir firme sem se deixar ir à deriva”, guiados pelo desejo de saber. Com isso, queremos dizer que defendemos a posição de Alcibíades, que se esforça para extrair o objeto precioso do outro e dar nascimento ao desejante e não à posição desejada de Sócrates. Sendo assim, não acreditamos exagerar ao dizer que se este trabalho não é um marco, ele deixa, pelo menos, uma marca, um traço que se inscreve no conjunto daqueles que se deixaram questionar pelos sujeitos marcados com seus corpos escritos à espera de uma leitura, sem dúvida, mas, sobretudo, de um leitor, uma vez que para ser identificado como uma escrita que pode fazer sistema e consistir uma significação faz-se necessário que suas marcas sejam reconhecidas por outros. É desse lugar que nos reconhecemos.

Diríamos, então, que nosso esforço, nesta tese, foi nada mais do que realizar uma leitura autoral de Pereira (2007), através de Freud, Lacan, Miller e todos os outros autores a quem evocamos ao longo deste trabalho. Leitura autoral, como se fala de cozinha autoral: uma forma singular de misturar os ingredientes que já estavam aí para quem desejasse deles se servir e, a partir de uma mixagem nova, produzir um novo sabor com gosto de arranjo artesanal. Dessa forma, haverá tantos Pacos quantos leitores houver. Até hoje, havia o de Fabiana Pereira e, a partir de agora, há também o nosso que, como ela, compartilhamos com vocês. Ela (2007) mostrou que havia um diferente, e nós (2013) tentamos mostrar o que o fazia diferente.

Esperamos ter conseguido demonstrar que, de uma forma ou de outra, o nome de gozo é a verdadeira tatuagem desse sujeito e de que se procurarmos também nós nos reconheceremos tatuados, marcados por aquilo que, enquanto objetos, fomos no desejo do Outro. Nesse sentido, Paco é, ao mesmo tempo, um paradigma, nesse último aspecto que indicamos, e uma singularidade, na medida em que o que é único é o que cada qual faz com a sua tatuagem. Foi isso o que mais se destacou da estrutura dos seus enunciados.

Esclarecemos que este não foi um exercício nem de psicanálise pura nem de psicanálise aplicada, porque sabemos que a única psicanálise aplicada que existe é a psicanálise aplicada à terapêutica. Esta pesquisa representou um esforço a mais, na nossa tentativa de saber fazer, exatamente aí onde o saber nos faltou. Nesse ponto, consideramos esclarecedor citar o parágrafo final da nossa dissertação de mestrado, no qual dizíamos: “Esse outro nome inscrito no corpo, talvez seja mais próprio e mais singular do que o próprio nome, pois é o nome desconhecido do gozo. Saber mais sobre ele é o que fica no horizonte como desejo de saber, e o não saber ou saber pouco sobre isso foi o que restou como produto maior desse estudo, que se endereçado a um degrau a mais de pesquisa, poderia, quem sabe, nos responder à indagação: qual é o verdadeiro nome próprio de um sujeito? Concluir um trabalho por uma pergunta, talvez seja o primeiro passo para outros mais. Com isso deixamos clara nossa intenção de continuar” (Siqueira, 2009, p.172).

Se não fizemos psicanálise aplicada, declaramo-nos, no entanto, tendo feito psicanálise em extensão, num esforço de poesia, ali onde o saber nos faltava sobre o “que aparece como extensão, ou mesmo a demência, do individualismo contemporâneo” (Miller, 2000, p. 103). Desse lugar um pesquisador-intérprete fala do lugar de sujeito dividido e não do saber. Tampouco usamos a teoria como metalinguagem, “linguagem mais sofisticada capaz de descrever melhor que a linguagem comum algo da realidade” (Ferrari, 2010, p. 42).

Aqui, a teoria foi usada para, ainda seguindo a mesma autora, nomear, para tentar escrever algo do impossível de dizer. Desta posição, não se pretendeu nem completar, nem ter a última palavra, mas relançar o desejo de leitura de textos-signos-hieróglifos que mantenham acesa a chama do entusiasmo pela letra da Psicanálise. Com isto, queremos dizer que se ficar encastelada em torres medievais, onde predomine a lei do silêncio, ela, inevitavelmente fenecerá como letra morta.

Realçamos, ainda, que há uma clínica do gozo para ser feita, que ela é uma clínica da nomeação, do isolamento do nome de gozo, para dar-lhe um tratamento artesanal e tem por finalidade maior proteger o corpo dos ataques destemperados do gozo, pois “o risco autêntico da conduta humana é funcionar por fora do Outro, porque é dessa forma que o sujeito fica reduzido a um corpo que goza só, ficando assim desconectado do Outro e conectado a um gozo do qual é objeto” (Acero, 2012, p.90)⁵⁴.

⁵⁴ El auténtico riesgo de la conducta humana es funcionar por fuera del Otro, pues es de este modo que el sujeto queda reducido a un cuerpo que goza solo, quedando así desinsertado del Otro e insertado a um goce del que es objeto.

REFERÊNCIAS

- Acero, I. R. (2012). Prólogo. In: Gavlovski, E. J. (Org.). *Sin límites: conductas de riesgo*. (pp. 7-10). Caracas: Pomaire.
- Allouch, J. (2007). *A clínica do escrito*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Aubry, J. (2004). *Psicanálise de crianças separadas: estudos clínicos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Aulagnier, P. (2003). Angústia e identificação. In Lacan, J. *A identificação*. (pp. 276-292). (I. Correa & M. Bagnó, Trad.). Recife: Centro de Estudos Freudianos.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Campanella, M. G. (2005). De una comprensión al rigor de una lógica de la estructura. In J-A. Miller (Org.). *El saber delirante* (pp. 41-48). Buenos Aires: Paidós.
- Castanet, H. & De Georges, P. (2012). Ligamentos, desligamentos, religamentos. In J-. A. Miller (Org.). *A psicose ordinária* (pp. 21 – 52). Belo Horizonte: Scriptum.
- Clerget, J. & al. (1990). L'essor du nom. In J. Clerget. (Org.). *Le nom et la nomination. Source, sens et pouvoirs* (pp. 15-71). Toulouse:Érès.
- Cueva, R. (2005). Fenómenos elementales y delirio en la tesis doctoral de Jacques Lacan. In J-A. Miller (Org.). *El saber delirante* (pp. 35-39). Buenos Aires: Paidós.
- Dadoun, R. (1983). A Babel, qu'en fut-il? In *Corps écrit*, 8, (Le nom), 5-7. Paris: Puf.
- Demoule, J. P. (2010). Préhistoire du nom, constructions de l'identité. In C. Masson, & M.G. Wolkowicz (Orgs.) *La force du nom* (pp. 45-63). Paris: Desclée de Brower.
- Dumézil, C. & Brémond, B. (2010). *L'invention du psychanalyste. Le trait du cas*. Toulouse: Érès.
- Elmer, D. (2000). *Comentarios del RSI*. Buenos Aires: Editorial Lec Tour.
- Ferrari, I. F. (2006). Amor e solidão. *Anais do XVI Encontro Brasileiro do Campo Freudiano*. 61-63. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Ferrari, I. F. (2010). Caso clínico: o método do exemplo. In F. K. Neto & J. O. Moreira (Org.). *Pesquisa em Psicanálise: transmissão na Universidade* (pp.36 – 48). Barbacena: Ed. UEMG.

- Forbes, J. (1988). *Os Caminhos lógicos da psicanálise: O Nome próprio*. (pp.1-8). Disponível em www.jorgeforbes.com.br/print.php?=-491. Recuperado em 28.12.2012 às 14h10m.
- Freud, S. (1969). *O caso de Schreber. Artigos sobre técnica e Outros trabalhos* (Vol. 12). (Edição Standard Brasileira das Obras Completas). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1975) *Moisés e o monoteísmo* (Vol. 23). (Edição Standard Brasileira das Obras Completas). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976a). *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (Vol. 17). (Edição Standard Brasileira das Obras Completas). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976b). *Duas histórias clínicas (O “Pequeno Hans” e o “Homem dos Ratos”)* (Vol. 10). (Edição Standard Brasileira das Obras Completas). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1976c). *Construções em análise* (Vol. 23). (Edição Standard Brasileira das Obras Completas). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1979). *Além do princípio do prazer. Psicologia de grupo e outros trabalhos* (Vol.18). (Edição Standard Brasileira das Obras Completas). Rio de Janeiro: Imago.
- Gardiner, A. (2010). *La théorie des noms propres*. Paris: Epel.
- Gault, J.-L. (2001). *L'extimité du symptôme*. Disponível em [Ornicar ? digital nº 166 de 04.05.2001](http://www.wapol.org/ornicar). In <http://www.wapol.org/ornicar>. Recuperado em 07.05.2001 às 16h :53m.
- Ginester-Delbreil, S. (2006). *Narcissisme et Transfert*. Paris : Campagne Première.
- Goldstain, J. (1983). Le nom dans le Nouveau Testament. In *Corps écrit*, 8, (Le nom), 17 - 27. Paris: Puf.
- Granon-Lafont, J. (1990). *A topologia de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Holland, J. (1998). *Le nom propre et la nomination: Russell et Gardiner avec Lacan*. Mémoire du DEA. Paris VIII. St. Denis.
- Iezi, G. (1974). *Matemática 1º e 2º grau*. São Paulo: Atual.
- Kripke, S. (1982). *La logique des noms propres*. Paris: Les éditions de minuit.
- Lacan, J. (1973 - 1974) *Los nombres del padre*. (I. Agoff & E. Ramos, Trad.). Para uso interno da Escola Freudiana de Buenos Aires.
- Lacan, J. (1974 - 1975). *Seminário 22. R.S.I*. Edição para uso interno de Agalma Instituição Psicanalítica. Salvador- BA.
- Lacan, J. (1983) *Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1985a). *As psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985b). *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1985c). *Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1988). *A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1992). *A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998a). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan. *Escritos* (pp.496-536). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998b). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In J. Lacan. *Escritos*. (pp. 537-590). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998c). Subversão do sujeito e dialética do desejo. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1999). *As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003a). *A identificação*. (I. Corrêa & M. Bagno, Trad.). Recife: Centro de Estudos Freudianos.
- Lacan, J. (2003b). Radiofonia. In *Outros Escritos* (pp. 400-447). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2005a). *A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2005b). *Nomes do Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2006). *Problemas cruciais para a psicanálise*. Recife: Centro de Estudos Freudianos.
- Lacan, J. (2007). *O sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2008). *A lógica do fantasma*. Recife: Centro de Estudos Freudianos.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1970) *Vocabulário da psicanálise*. Santos: Martins Fontes.
- Laurent, E. (2006). Os tratamentos psicanalíticos das psicoses. In Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais (Org.). *As pequenas invenções psicóticas*. (pp.15-24). Belo Horizonte: IPSMMG.
- Laurent, E. (2008). Entrevista para o Jornal *La Nación*, exibida em 9 de julho de 2008 e divulgada por EBP-Veredas em 01/08/2008. (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro.
- Leicknam, B. (1983). La signification du nom en Mésopotamie. In *Corps écrit*, 8, 9-15. Paris: Puf.

- Lévi-Strauss, C. (2010). *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.
- Lévy, A. (2009). Le réel et la clinique de la coupure. In P. M- Mattera (Org.) *Réel et réalité*. (pp. 235 – 248). Paris: Desclée de Brower.
- Lévy, A. (2010). Introductions aux psychoses ordinaires. In L. Jodeau & L. Ottavi (Org.). *Les Fondamentaux de la psychanalyse lacaniene*. (pp.317-336). Rennes : Presses Universitaires de Rennes.
- Lopes, A.M .C & Santiago, J . & Ferreira, R. (2008). Psicopatologia da imagem corporal: causalidades e consequências. *Mental* , 6, 1-8. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?> Recuperado em 28.12.2012 às 15h40m.
- Mill, J. S. (1984). *Sistema de lógica dedutiva e indutiva. Exposição dos princípios da prova e dos métodos de investigação científica* (Seleção). (J. M. Coelho, Trad.). São Paulo: Abril Cultural.
- Miller, J-. A. (1992). *Comentario del seminario inexistente*. Buenos Aires: Manantial.
- Miller, J-. A. (1995). A imagem rainha. *Opção Lacaniana*, 14, 12-22.
- Miller, J-. A. (1997). Lacan avec Joyce. *La cause freudienne*, 38, 10-12.
- Miller, J-. A. (1998a). *Los signos del goce*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J-. A. (2000). Os seis paradigmas do gozo. *Opção lacaniana*, 26-27, 87-105.
- Miller, J-. A. (2003). A invenção psicótica. *Opção lacaniana*, 36, 6-16.
- Miller, J-. A. (2006). Peças avulsas. *Opção lacaniana*, 45, 9-30.
- Miller, J-. A. (2008). *El partenaire-síntoma*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J-. A. (2009). A sutura: elementos da lógica significante. In J-A Miller. *Um início na vida de Sartre a Lacan*. (pp. 98-119). Rio de Janeiro: Subversos.
- Miller, J-. A. (2010). *Extimidad*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J-. A. (2011). *O ser e o Um*. Orientação lacaniana. Seminário inédito. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Miller, J-. A. (2012). Progressos em Psicanálise bastante lentos. *Opção lacaniana*, 64, 9-67.
- Miller, J-. A. et al. (1998b). *Os casos raros, inclassificáveis da clínica psicanalítica. A conversa de Arcachon*. São Paulo: Biblioteca freudiana.
- Miller, J-. A. & Laurent, E. (2005a). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós.

- Miller, J. A. et al. (2005b). La invención del delirio. In J.-A. Miller (Org.). *El saber delirante* (pp. 81-98). Buenos Aires : Paidós.
- Miller, J. A. et al. (2012). A clínica fluída. In J.-A. Miller (Org.). *A psicose ordinária* (pp. 241 – 245). Belo Horizonte : Scriptum.
- Milner, J. C. (1996). *A obra clara*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Oráculo de Delfos. Disponível em <http://mundoestranho.abril.com.br>. Recuperado em 25.07.2012 às 12:05h.
- Pereira, F. (2007). *Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE.
- Pernot, P. (2012). L'ordre symbolique inconcistent, une clinique créationiste du nom. In P. Pernot (Org.) *L'horizon des confluentes* (pp. 9-12). Paris: Hors - sens.
- Portela, R. & Portela, C. (2000). Aspectos do Atomismo lógico de Russell. *Cad. Pesq. São Luís, 1*, 9 – 28.
- Pujó, M. (2000). El cuerpo en la clínica. Erotología y cuerpo. In *Psicoanálisis y el hospital*, 18, 13-21. Buenos Aires: Ediciones Del seminário.
- Rosa, M. (2009). Da cadeia significante à constelação de letras: os signos do gozo. *Revista Ágora*, 12, (1). Rio de Janeiro. Disponível em Scielo. Print version. ISSN 1516-1498. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/51516-14982009000100004>. Recuperado em 20.02.2012 às 09h45min h.
- Rosa, M. (2012). *Lacan com Kripke: o real em jogo nome próprio lido como um designador rígido*. (pp. 1 – 18). Texto inédito. Disponibilizado pela autora em 22.12.2012.
- Russell, B. (1985). Ensaio escolhidos. Lógica e conhecimento. In *Os pensadores* (pp. 3-135). (P. R. Mariconda, Trad.) São Paulo: Abril Cultural.
- Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Schwab, G. (1997). *Enéias*. São Paulo: Paz e Terra.
- Shakespeare, W. (1981). Hamlet, o príncipe da Dinamarca. In *Shakespeare Tragédias*. São Paulo: Abril Cultural.
- Siqueira, A. A. (2008). *Atrasos de aquisição de linguagem: algumas considerações sobre o processo de espelhamento*. Tese de doutorado. Pós-graduação em Psicologia Cognitiva. Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE.

Siqueira, E. R. A. (2009). *O estatuto contemporâneo das identificações em sujeitos com marcas e alterações corporais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco. Recife-PE.

Siqueira, P. (1998). Le nom propre: une maladie? In *La cause freudienne. Les maladies du nom propre*. 39, 3 – 4.

Soler, C. (2007a). *Os nomes da identidade* (pp. 171 – 177). Disponível em [HTTP://www.uva/trivium/edicao1/conferencia/os-nomes-da-identidade.pdf](http://www.uva/trivium/edicao1/conferencia/os-nomes-da-identidade.pdf). Recuperado em 16.07.2012 às 19h00min.

Soler, C. (2007b). *Estudios sobre la psicosis*. Buenos Aires: Manantial.

Tesone, J. E. (2009) *En las huellas del nombre propio: lo que los otros escriben en nosotros*. Buenos Aires: Letra Viva.

Thévoz, M. (1995). *Le corps peint*. Genève: Skira.

Wons, M. (2011). La extimidad del goce: localización y heterogeneidade. *Coloquio de la Extimidad. En referencia al libro Extimidad de Jacques-Alain Miller* (pp. 37-40). Buenos Aires: Eol Grama ediciones.